

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GERALDO DE MARGELA FERNANDES

CAMINHO POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO: a utopia do Pólo Gás Sal

NATAL/RN
2007

GERALDO DE MARGELA FERNANDES

CAMINHO POSSÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO: a utopia do Pólo Gás Sal

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinôco

NATAL/ RN
2007

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Fernandes, Geraldo de Margela.

O Rio Grande do Norte: a difícil construção da modernidade / Geraldo de Margela Fernandes. – Natal, RN, 2007.

155 f.

Orientadora: Eleonora Bezerra de Melo Tinôco.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Desenvolvimento econômico – Rio Grande do Norte - Tese. 2. Modernização industrial – Rio Grande do Norte – Tese. 3. Desenvolvimento regional – Rio Grande do Norte - Tese. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 332.146.2 (813.2) (043.3)

O RIO GRANDE DO NORTE: a difícil construção da modernidade

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, na área de Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: / /

Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinôco
Departamento de Ciências Sociais - UFRN
Orientadora

Prof. Dr.
Departamento de Ciências Sociais - UFRN
Examinador

Prof. Dr.
Departamento de -UFRN
Examinador

Prof. Dr.
Dep
Examinador

Prof. Dr.
Departamento de Ciências Sociais - UFRN
Examinador

Dedico este trabalho a minha mãe, Sabina Nunes Vieira, pela maneira inteligente e corajosa como tem enfrentado os problemas colocados pela vida, e ao meu pai Marcelino Nivaldo Fernandes pelo exemplo democrático de respeito aos direitos do outro.

AGRADECIMENTOS

As minhas filhas Valéria e Luana pela presença afetiva;

A Eleonora Tinoco pela orientação competente;

Ao Departamento de Ciências Sociais pela permanente política de qualificação dos seus docentes;

Aos meus colegas: João Emanuel e José Willington Germano pelas contribuições críticas ao trabalho;

À Secretária do Departamento de Ciências Sociais, Conceição Sena, pela atuação competente à frente da secretaria desse departamento;

Aos meus entrevistados que com presteza ajudaram a deslindar o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Norte: Bira Rocha, Jaime Mariz, Aníbal Barbalho, Cassiano Arruda;

À Biblioteca Central Zila Mamede pela orientação de normalização.

RESUMO

Este estudo sobre a modernização econômica ocorrida no Rio Grande do Norte se constitui numa discussão sobre as tentativas de consolidação de um projeto de desenvolvimento industrial que tem como base o aproveitamento de matérias primas locais, tais como: o sal, o calcário, as águas m̄es e o petr3leo, entre os anos 70 e 90 do s3culo XX. Ele procura demonstrar como se tentou, a partir da investiga33o da atua33o planejada do Estado nacional e regional, contando com a participa33o do capital internacional e com o apoio de grupos econ3micos e pol3ticos locais, a implanta33o, em conjunturas econ3micas distintas de uma ind3stria de insumos b3sicos, atrav3s da cria33o de dois p3los de desenvolvimento: o P3lo Qu3mico Industrial (1974) e o P3lo G3s Sal (1996). Ele ter3 como foco a an3lise das a33es direcionadas 3 concretiza33o desses p3los tomando como refer3ncia as pol3ticas de desenvolvimento emanadas do Estado nacional, especialmente as constantes do II PND, dirigidas 3 implanta33o de uma ind3stria descentralizada na regi3o Nordeste nos anos 70; as regras estabelecidas pelo Plano Nacional de Desestatiza33es destinadas a promover as privatiza33es das empresas estatais brasileiras, quando sob essas regras foi vendida a Alcanorte ao grupo empresarial comandado por Fragoso Pires; e as pol3ticas definida pelo Estado nacional e regional configurada na “guerra fiscal” com o objetivo de atrair capitais internacionais para viabilizar o P3lo G3s Sal. Ao final, fica demonstrado que o Estado coordenou um conjunto de a33es, nas 3reas da infra-estrutura e de incentivos fiscais e financeiros, com o prop3sito de acelerar a transi33o de uma economia prim3ria exportadora a uma economia moderna, industrializada. E que, mesmo congregando expressivas for3as econ3micas e sociais: o capital nacional e internacional, os grupos de elites locais, enquanto atores coadjuvantes dessa mudan3a, n3o foi poss3vel promover a moderniza33o industrial dos setores qu3mico e petroqu3mico como desejado. Entre outras explica33es para esse insucesso p3de-se anotar: a aus3ncia de uma pr3via acumula33o interna de capital; a depend3ncia da economia local de tecnologia e de capital, de grupos econ3micos internacionais; a inconsist3ncia das estrat3gias de desenvolvimento contidas na pol3tica configurada na “guerra fiscal”; e a fragilidade da representa33o pol3tica local.

Palavras Chaves: Desenvolvimento econômico. Modernização industrial. Desenvolvimento regional.

RÉSUMÉ

La présente étude sur la modernisation économique qui s'est opérée dans le Rio Grande do Norte, constitue un débat concernant les tentatives de faire aboutir un projet de développement industriel fondé sur l'exploitation des matières premières locales telles que le sel, le calcaire, les eaux mères et le pétrole, entre les années 70 et 90 du XX^e siècle. Elle cherche à montrer, à partir de l'observation de l'action planifiée de l'État national et régional, soutenu par le capital international et par les groupes économiques et politiques locaux, comment on a tenté d'implanter, dans des conjonctures économiques distinctes, une industrie d'intrants de base moyennant la création de deux pôles de développement : le *Pólo Químico Industrial* (1974) et le *Pólo Gás Sal* (1996). Elle est centrée sur l'analyse des actions orientées vers la concrétisation de ces pôles, et prendra pour objet les politiques de développement émanant de l'État national, en particulier celles qui relevaient du II PND et qui visaient, au cours des années 70, à l'implantation d'une industrie décentralisée dans la région Nordeste ; les règles fixées par le *Plano Nacional de Desestatizações*, destinées à promouvoir les privatisations des entreprises publiques brésiliennes, lesquelles ont rendu possible la vente d'Alcanorte au groupe industriel commandé par Frago Pires, et les politiques définies par l'État national et régional, rassemblées sous le titre de « guerre fiscale » afin d'attirer des capitaux internationaux susceptibles de rendre viable le *Pólo Gás Sal*. Il y est démontré que l'État a coordonné un ensemble d'actions dans les domaines de l'infrastructure et des exonérations fiscales et financières, dans le but d'accélérer la transition d'une économie primaire et exportatrice vers une économie moderne, industrialisée. Et que le concours simultané de forces économiques et sociales particulièrement expressives – le capital national et international, les élites locales – n'a pas suffi pour promouvoir la modernisation industrielle escomptée des secteurs chimique et pétrochimique. Parmi les différentes raisons qui ont contribué à un tel échec, on peut mentionner : l'absence d'une accumulation interne préalable de capital ; la dépendance de l'économie locale par rapport à la technologie et au capital des groupes économiques internationaux ; l'inconsistance des stratégies de développement relevant de la politique qui caractérisait la « guerre fiscale », et la fragilité de la représentation politique locale.

Mots-clés : Développement économique. Modernisation industrielle. Développement régional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCANORTE – Álcalis do Nordeste S.A.

ADESG – Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra

ANSAS – American Natural Soda Ash Association

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BA - Bahia

BDRN – Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

BANDERN – Banco do Rio Grande do Norte

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAERN – Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

CES – Comissão Executiva do Sal

CIP – Comissão Interministerial de Preços

COFERN – Companhia de Fomento do Rio Grande do Norte

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COSERN – Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte

EIT – Empresa Industrial Técnica

FDCI – Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial

FUNPESAL – Fundo de Apoio à Indústria do Sal

FUNDEMINAS – Fundo de Apoio à Indústria de Mineração

FUNTEXTIL – Fundo de Apoio à Indústria Têxtil

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBS – Instituto Brasileiro do Sal

MAISA – Mossoró Agroindústria S.A.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PND - Plano Nacional de Desestatização
PROIN – Programa de Irrigação do Nordeste
II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
RN – Rio Grande do Norte
RJ – Rio de Janeiro
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELERN – Telefônica do Rio Grande do Norte
UEB – União das Empresas Brasileiras
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	11
2	A PROBLEMÁTICA	13
3	OBJETIVOS	18
4	GERAL	18
4.1	ESPECÍFICOS	18
4.2	JUSTIFICATIVA	20
5	O PROCESSO METODOLÓGICO	20
5.1	MÉTODO DE ANÁLISE	20
5.2	FONTES DE INFORMAÇÃO	27
6	O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO	29
6.1	EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL	29
6.2	O NORDESTE: UMA EXPERIÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL	37
7	AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE	44
7.1	O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	44
7.1.1	A Modernização da Agricultura no Rio Grande do Norte	43
7.2	O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL: O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE	54
7.2.1	O Pólo Industrial Têxtil	61
7.2.1.1	A Produção do Algodão (1970-90)	61
7.2.1.2	A Indústria de Confecções	63
7.2.1.3	A Criação da Indústria Têxtil	64
7.3	O PÓLO SCHEELITÍFERO	66
7.4	O PÓLO QUÍMICO INDUSTRIAL	71
7.5	O PÓLO GÁS SAL	73
8	A INDUSTRIALIZAÇÃO DA BARRILHA NOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	77

8.1	GETÚLIO VARGAS: O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO E A POLÍTICA DE INSUMOS BÁSICOS	78
8.2	JUSCELINO KUBITSCHEK: O PLANO DE METAS (1956-1961), A FÁBRICA NACIONAL DE BARRILHA E A CRIAÇÃO DA SUDENE	80
8.3	COSTA E SILVA: O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1968-70) E MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA SALINEIRA NO RN	83
8.4	ERNESTO GEISEL: O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – II PND E O PÓLO QUÍMICO INDUSTRIAL	86
8.4.1	A Crise do Estado, as Metas do II PND e a implantação da Alcanorte	86
8.4.2	A Alcanorte e o Mercado da Barrilha	91
8.4.3	A Alcanorte e o Poder Político Local	94
9	DA PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE Á CRIAÇÃO DO PÓLO GÁS SAL	101
9.1	A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE	104
9.2	O PLANO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO: E A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE	105
9.3	A ALCANORTE PRIVATIZADA: O SEU NOVO CONTROLADOR	107
9.4	A ELITE LOCAL E A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE	109
9.5	O FRACASSO DA ALCANORTE PRIVATIZADA	110
9.6	O PÓLO GÁS SAL	111
9.6.1	Continua a Aposta na Modernização Industrial	112
9.6.2	As Condições Naturais e Institucionais e a implantação do Pólo Gás Sal	114
9.6.3	A Energia o “Diferencial” RN	116
9.6.4	O Pólo Gás Sal: está chegando o Progresso	119
9.6.5	Lá se foi o Progresso	122
10	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	133

1 APRESENTAÇÃO

O projeto de desenvolvimento pela via da modernização capitalista implementado no Rio Grande do Norte, a partir dos anos 70 do século XX, é o tema a ser aqui investigado. Ele foge ao debate tradicional que se fazia sobre a economia do Nordeste, restrito à questão agrária, aos problemas suscitados pela seca, pela fome e pelo desemprego. A discussão a ser feita nesse trabalho se refere aos caminhos da modernização percorridos pela economia do Rio Grande do Norte, com ênfase nos projetos de industrialização, buscando entender a sua dinâmica interna e as estratégias adotadas para a sua integração ao mercado nacional e internacional, no período de 1970 a 1990. Nessa fase do desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte, era adotado o caminho da industrialização das matérias primas aqui existentes como estratégia para atrair capitais e, assim, superar o “atraso” em que imergia a economia e a sociedade norte-rio-grandense.

Para o entendimento dos rumos tomados por estes projetos industriais de modernização será feita uma reflexão sobre o papel de atores políticos e sociais de referência, especialmente aqueles que se posicionaram pelo aproveitamento industrial do sal, do calcário, das águas mñas, do gás natural e do petróleo. Nesse sentido, terão destaque as ações desenvolvidas pelo Estado Nacional, responsáveis pelas políticas de desconcentração industrial ocorridas no Brasil, a partir dos anos 70, e, nesse contexto, se fará uma análise da implementação de um projeto de modernização específico nas áreas da Química e da petroquímica. Para isso serão consideradas as políticas emanadas do Estado nacional como a arena principal de onde emergiram os interesses e as articulações em torno da execução dessas políticas de modernização. A discussão sobre a forma de participação das empresas multinacionais bem como a intervenção das lideranças políticas e empresariais locais nas tarefas de construção desse projeto no setor industrial complementam o cenário dos atores a serem considerados.

A visão teórica, aqui adotada, descarta a noção de desenvolvimento como uma mera extensão dos padrões econômicos presentes nos países ou regiões mais avançadas e procura resgatar o papel da política na conformação dos processos de modernização ocorridos em uma dada região. Assim, se buscará compreender, nesse espaço, geralmente atrasado, a dinâmica própria a cada processo, através da investigação das formas de intervenção do Estado nessa economia, considerando os planos dos governos; o papel desempenhado pelas multinacionais na implantação das políticas destinadas à estruturação dessa modernização; e a influência das lideranças econômicas e políticas locais na

definição e cumprimento das propostas estabelecidas pelo Estado e pelo mercado para a concretização dos planos e projeto adotados, enquanto atores interessados em um certo tipo de modernização.

A demonstração empírica do papel desempenhado por cada um desses atores de referência, na implementação da modernização proposta, se fará pelo estudo do projeto de industrialização das matérias primas ligadas ao sal e ao petróleo, no Rio Grande do Norte, reivindicado a partir dos anos setenta do século passado e considerado o elo mais forte entre os movimentos de integração da economia local à dinâmica da economia nacional e internacional.

A produção racional do sal no Rio Grande do Norte data de 1915, quando teve início a extração comercial desse produto pelo grupo empresarial chefiado pelo Conde Pereira Carneiro, localizado no Rio de Janeiro (PIONEIRISMO, 1962). De lá a esta parte, ela passou por profundas mudanças sendo as mais visíveis: 1 - a mecanização das salinas, no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, quando ocorreram transformações no transporte do sal, dos cristalizadores para os aterros das salinas e destes para as barcaças encarregadas de levar o sal aos porões dos navios, e daí aos grandes centros consumidores; na melhoria da qualidade do sal, através da introdução de novas tecnologias no processo de sua purificação; nas relações entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho no processo de extração do sal no interior das salinas; e na organização e controle das empresas salineiras, quando estas passam para o domínio de grandes empresas multinacionais (FERNANDES, 1995); 2 - a criação de um Pólo Químico Industrial, na primeira metade dos anos 70, quando se propôs o aproveitamento do sal marinho, das águas mães e do calcário como matéria prima para a produção de cloro, barrilha, soda cáustica, magnésio metálico, entre os insumos essenciais à indústria química (QUEIROZ, 1974); 3 - e, por último, a construção do Pólo Gás Sal, nos anos 90, quando foi retomado o projeto do Pólo Químico, paralisado desde a década de 80, e proposta a implementação do pólo petroquímico (RIO GRANDE DO NORTE, 2004; ESTADO, 2000a). Esse é o cenário de mudanças a partir do qual se fará as proposições a serem investigadas.

2 A PROBLEMÁTICA

A pesquisa, aqui desenvolvida, centra a sua atenção na compreensão dos processos políticos e econômicos relacionados às tentativas de implantação de um projeto de modernização econômica no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1970 e 1990, na área da indústria química e petroquímica. Ela busca, em dois momentos com conjunturas políticas e econômicas distintas, descrever os rumos tomados por esses projetos de desenvolvimento considerando: as políticas definidas pelo Estado para esses setores; os movimentos do capital nacional e internacional na organização de um parque industrial a partir do aproveitamento do sal, do calcário e do petróleo; e a luta das lideranças econômicas e políticas locais em torno da concretização dessa proposta. Isto, com o propósito de esclarecer a participação de cada um desses atores nesses processos de mudança, mas, não só isso, entender as relações ocorridas no seu interior entre o Estado, o capital internacional e nacional, e os grupos de empresários e de políticos locais, em suas tentativas de concretização de um determinado tipo de modernização econômica.

Com essa intenção o trabalho destacará as políticas de modernização econômica estabelecidas pelos governos centrais do Brasil, com ênfase na implantação de uma industrialização descentralizada no Nordeste a partir dos anos 70 do século XX, tomando como referência os Planos Nacionais de Desenvolvimento do período 1974 a 2002, tais como: o II Plano Nacional de Desenvolvimento – o II PND, (1974-1979); O Plano Collor (1990-1992) e o Plano Nacional de Desestatização – PND, (1992); Os Planos Brasil em Ação (1995-1999) e Avança Brasil (1999-2002). Considerando as proposições contidas nesses planos, são destaque dois objetivos gerais que justificavam as ações do Estado em torno dos projetos de fomento ao desenvolvimento econômico regional, então adotados: 1- avançar com o processo de modernização da economia brasileira, a partir do incremento da produção de insumos básicos requeridos pela indústria em expansão no país; 2 - fomentar a industrialização regional, com base no aproveitamento de matérias primas existentes em cada espaço localizado. No tocante as empresas privadas (nacional e internacional), dois aspectos despertavam seus interesses: a possibilidade de abrir espaços para a ocupação, pela via da modernização, de setores econômicos essenciais ao abastecimento da indústria nacional e a criação das condições para a implantação de indústrias regionais; e, por fim, às lideranças empresariais e políticas locais interessavam superar o antigo modelo de produção de matérias primas para exportação por um padrão de modernização industrial de determinadas economias, como as do sal e do petróleo.

No que diz respeito à dinâmica econômica estabelecida a partir das políticas definidas pelo Estado nacional, se sobressai a orientação imprimida pelo II PND, na segunda metade dos anos 70, quando é conferida prioridade ao processo de integração regional, através da industrialização, tendo como base o aproveitamento de matérias primas específicas existentes em cada região e como atores de referência o mercado interno, o empresário e o capital nacionais. (SANTANA, 2001; CASTRO; SOUZA, 1985; CARNEIRO, 2002).

Já em relação à dinâmica econômica regional, estabelecida pelos planos de governo dos anos 90, constata-se que esta dinâmica passou a depender de programas específicos direcionados a setores dinâmicos da economia, não mais respaldados na industrialização dos anos anteriores, mas em processos direcionados a sua inserção ao mercado nacional e internacional, não restrita ao empresário, ao capital e ao mercado da indústria nacional. Nessa década, houve mudanças no padrão regional de desenvolvimento e, por consequência, mudanças na dinâmica do seu crescimento. A política econômica voltava-se mais para as ações institucionais que contemplavam os interesses do mercado internacional: as privatizações das empresas estatais, a abertura econômica, a desregulamentação comercial e financeira e a concessão de incentivos à entrada de capitais externos. (RAMPINELLI; OURIQUES, 1977; PETRAS; VELTMAYER, 2001). Nesse contexto, o tema de estudo aqui definido, a modernização econômica pela via da industrialização, que tem referência espacial e características particulares, adquire relevância ao ser articulado ao contexto das mudanças no padrão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos anos 70 e nos anos 90 do século XX.

A trajetória de modernização a economia do sal e do Petróleo, no Rio Grande do Norte, seguiu as políticas definidas pelo Estado nacional em diferentes momentos: com a modernização do parque salineiro ocorrido no final dos anos 60, sob o comando de empresas multinacionais, com financiamento oriundo do governo central (FERNANDES, 1995); com o projeto de implantação do Pólo Químico Industrial, em 1974, sob a direção do Estado nacional, com a participação do capital internacional (QUEIROZ, 1975); com a privatização da Alcanorte, 1990, quando se procurou, através da participação do capital nacional, retomar o projeto de construção da fábrica de barrilha, interrompido em 1982 (CARDOSO, 2002); quando se idealizou, em 1998, o Pólo Gás Sal tentando-se, mais uma vez, ativar a fábrica e barrilha, ao lado da criação de um Pólo Petroquímico, numa iniciativa de lideranças políticas e econômicas locais, com a adesão do Estado nacional. (ROCHA, 1998).

No que diz respeito ao mercado consumidor de sal a nível nacional, observa-se que, a indústria química, já em 1970, passa a ser o segundo consumidor desse produto, perdendo apenas para a

pecuária. (GOVERNO Federal, 1974). Podendo-se assegurar que a contínua expansão desse mercado contribuiu para a modernização das salinas, a partir dos anos 60, justificou as ações do Estado em torno da implantação de um Pólo Químico Industrial, nos anos 70, e respaldou a criação do Pólo Gás Sal nos anos 90. (QUEIROZ, 1977; ROCHA, 1998).

Tomando como referência essa trajetória, merece destaque ainda nesse debate o fato de que as lideranças empresariais e políticas locais lutaram, sempre com entusiasmo, pela criação desses pólos de modernização, fossem eles definidos pelo poder público federal, em articulação com os interesses do capital internacional ou nacional ou quando tomaram, eles mesmos, a iniciativa de proporem a criação do Pólo Gás Sal. Essas lideranças tinham a compreensão do seu reduzido poder de influência na economia e na política a nível nacional e internacional; dos escassos recursos disponíveis para fazer investimentos em projetos que demandavam grandes somas de capitais, e, por essas duas condições, eram, igualmente, conscientes das poucas possibilidades de dar a direção a um amplo projeto de modernização, econômico, ordenado e dinâmico, tendo como base indústrias ligadas à química e à petroquímica. Cientes dessas limitações aderiram, sem questionamento, a um processo de modernização econômico vindo de fora, nos anos 60, com a mecanização das salinas e, nos anos 70, com a criação do Pólo Químico Industrial ou pensado de dentro para os de fora, nos anos 90, com a proposição do Pólo Gás Sal. Assim, esses grupos, obedientes à lógica dos interesses da expansão do capital, buscavam integrar a economia local ao processo de desenvolvimento nacional.

Ver-se que a superação do “atraso” econômico pela expansão do capitalismo não era apenas uma necessidade da classe dominante do Centro-Sul, tendo como base o Estado, também, a modernização industrial no Nordeste, a partir dos anos 70 do século passado, era colocada por seus dirigentes como objetivo econômico prioritário. Essa é a problemática que se pretende abordar, neste estudo de caso, descrever como esse processo se concretizou no RN. Admitindo-se o pressuposto de que as mudanças ocorridas em cada período, aqui destacadas, foram influenciadas por estratégias governamentais globalmente definidas, sem, no entanto, deixar de considerar o papel dos atores locais e a trajetória de cada projeto em particular considerando os dados empíricos, a partir dos quais se possa oferecer de forma sistemática as respostas às questões postas.

Assim, fica definido que a estratégia para compreender esse processo destaca a direção organizada do Estado na tentativa de criação de uma indústria química e petroquímica em um espaço econômico de desenvolvimento retardatário; as conjunturas econômicas nacionais que influenciaram, de alguma forma, as políticas estabelecidas pelo Estado para o desenvolvimento regional; e o papel dos atores

sociais locais, enquanto agentes articuladores de mudanças, em uma realidade econômica que pretendia transitar de um cenário econômico de produção de matérias primas para exportação a um projeto de aproveitamento dessas matérias primas, através da montagem de uma indústria moderna.

Esse trabalho pode oferecer uma contribuição crítica para a compreensão de diferentes processos de modernização em espaços econômicos específicos. A literatura conhecida sobre questões políticas e econômicas regionais legitimou as pesquisas em espaço geográfico peculiares. São inúmeros os trabalhos nessa linha de investigação onde a clivagem regional dos temas estudados tem contribuído para o entendimento dos processos de modernização das relações políticas e econômicas aí ocorridos. Sobre o Nordeste, por exemplo, destacam-se trabalhos como: OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1977; CASTRO, Antonio Barros. **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Forense, Vol. II. 1971; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo: Hucitec-Sudene 1987; ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, V. 11, número 29, Janeiro/Abril, 1997, GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, V. 11, número 29, Janeiro/Abril de 1997; FELIPE, José Lacerda Alves. A (RE) INVENÇÃO DO LUGAR – Os Rosados e o “País de Mossoró”. João Pessoa: Editora Grafset, 2001. GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo – A Campanha de Pé no Chão. São Paulo: Cortez Editora, 1982. ALMEIDA, Maria da Conceição. Produção Ideológica no Discurso Político. Mossoró: Revista Terra e Sal, Ano III, v. VII, Jan/Mar/1986, entre outros.

Importante salientar ainda que, as políticas econômicas definidas pelo Estado nacional para a região Nordeste, a partir dos anos 70, assumiam o caráter de reestruturação da economia, posto que, buscavam pela via da modernização industrial fazer avançar a produção capitalista, numa tentativa de superação de um conjunto de fatores negativos, marcantes – a seca, as disparidades regionais, a pobreza, a inexistência de centros de pesquisas tecnológicos e a falta de um parque industrial moderno articulado ao mercado nacional - caracterizadores do atraso e do subdesenvolvimento da região¹. No

¹ O Congresso de Salvação do Nordeste é ressaltado por estudiosos da questão regional (CARVALHO, 1987; AZEVEDO, 1982; CAVALCANTI, 1985), como um acontecimento que redireciona as ações políticas implementadas pelo governo federal para o Nordeste a partir dos anos 50 do século passado, além de ser precursor das idéias que justificaram a industrialização sob a égide da Sudene. Estes autores evidenciam a importância desse Congresso como criador de um consenso entre as elites regionais em torno do desenvolvimento pela via da modernização industrial como caminho para a superação do “atraso” econômico em que vivia essa região.

caso dos projetos em estudo - o Pólo Químico Industrial e o Pólo Gás Sal - suas propostas de mudanças são consideradas inovadoras e portadoras de elementos positivos, como a criação de indústrias modernas de barrilha, de vidro, de detergente, de cloro, de gasolina, de óleo diesel, de PVC, de tintas, ou seja, esses projetos, ao serem implantados, criariam, na visão dos seus idealizadores, as condições para o surgimento de mais empresários e mais empresas, além de mais emprego em um determinado espaço econômico, ao tempo em que atendia as necessidades de uma economia nacional em expansão.²

Desse modo, esses atores e suas políticas propositivas criaram um consenso no plano político-ideológico, em torno do caminho a ser percorrido na direção da modernização e da forma de inserção da economia local ao processo de expansão da economia nacional e global, ideário dos sujeitos de referência nesse período histórico.

Com a intenção de sintetizar as intenções e os limites desse trabalho, estabelecemos a seguir os objetivos norteadores.

² O empresário ligado à indústria do sal e Deputado Federal Antônio Florêncio de Queiroz ao defender, em 28.08.75, em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, a instalação de uma fábrica de barrilha no RN, componente do que seria um Pólo Químico Industrial a ser aqui implantado, assim se expressa: “Esse empreendimento representará para nós o balizamento do início de uma nova era para a economia do Nordeste: a indústria de base. Trata-se de uma indústria altamente geradora de outras indústrias, e a sua localização no Rio Grande do Norte reveste-se de especial significação: é o reconhecimento expresso por autoridades vinculadas ao assunto, das excelentes condições que o meu Estado oferece para a implantação desse projeto de excelente magnitude. Na verdade, dispomos das matérias primas indispensáveis ao fabrico desse insumo básico da indústria de vidro, fibra de vidro, detergente, e um considerável somatório de outras indústrias”.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Diante da convergência de interesses nacionais (Estado e Mercado) e locais (lideranças econômicas e políticas) em torno da construção de um Pólo Químico Industrial no Rio Grande do Norte, como entender que uma política que se propunha transformar um cenário onde predominava o antigo padrão econômico com base na produção de matérias primas para exportação, em um modelo de desenvolvimento industrial modernizado, através da implantação de um complexo químico e petroquímico não avançou? Não teria o Estado nacional e sub-regional e os grupos modernizadores locais deixado de realizar as tarefas indispensáveis ao avanço desse tipo de indústria? Essas questões constituem o centro da problemática a ser, aqui, investigada.

4.2 ESPECÍFICOS

Partindo-se da afirmação de que o Rio Grande do Norte é uma sociedade de industrialização tardia, que transita para a modernidade industrial a partir dos anos 70 do século passado, pretende-se descrever atuação do Estado como coordenador e indutor dessa modernização, especialmente no que se refere à implantação do Pólo Químico Industrial, nos anos 70, a sua privatização, nos anos 90, e a criação do Pólo Gás Sal, nessa mesma década, tendo como referência três momentos conjunturais específicos: primeiro, quando da criação do Pólo Químico Industrial, em 1974, nos termos colocados pelo II PND - no espírito da descentralização do desenvolvimento industrial e da política de prioridade a produção de insumos básicos contida naquele plano; segundo, em 1992, quando da privatização da empresa Álcalis do Nordeste S.A. - Alcanorte, nos termos definidos pelo Plano Nacional de Desestatização - PND, em obediência à doutrina do Estado mínimo e da prevalência da lógica do mercado; e terceiro, em 1998, quando da proposição de criação do Pólo Gás Sal pelo Governo do Estado, nos termos estabelecidos pelo Decreto Lei de No 13.957 de 11 de maio de 1998 e no espírito da “guerra fiscal” – quando da transferência aos Estados regionais à responsabilidade pela atração dos investimentos externos necessários à modernização econômica.

Entendendo que há uma conexão necessária entre economia e política nos processos de desenvolvimento econômico nos parâmetros definidos pelo capitalismo, pretende-se caracterizar o papel desempenhado pelo capital privado nacional e internacional nos rumos tomados pelos pólos de desenvolvimento - Químico Industrial e Gás Sal – “implementados” no Rio Grande do Norte, no período em estudo.

E, por último, no pressuposto de que as ações políticas na busca da modernização econômica não ocorrem de forma homogênea e na mesma direção em todos os espaços geográficos, já que a atuação do Estado depende, também, da coesão e da capacidade de ação das forças políticas em cena, pretende-se verificar as contribuições das lideranças econômicas e políticas locais, na implantação dos pólos químico e petroquímico no RN.

3 JUSTIFICATIVA

A modernização industrial se constitui na via principal de mudança definida para a Região Nordeste, entre os anos 70 e 90 do século XX, sendo reivindicada por amplos setores sociais, como o caminho para superar a situação de atraso a que estava submetida essa região.

No caso Rio Grande do Norte, o estudo sobre a modernização industrial se sustenta na necessidade de se conhecer uma realidade que transita de um modelo de exportação de matérias primas a um estágio de modernização das suas estruturas produtivas. A escolha do Pólo Químico Industrial e do Pólo Gás Sal como objeto de estudo deste trabalho deve-se ao fato de que eles foram o centro de discussão sobre as possibilidades de implantação de uma indústria moderna, com base no aproveitamento do calcário, do sal e do petróleo, matérias primas abundantes no Rio Grande do Norte, nos últimos trinta e cinco anos. Esses pólos eram articulados à indústria que ia se implantando no centro sul do país, especialmente na área da indústria química, e seguiu uma trajetória que vai da modernização do parque salineiro, na segunda metade dos anos 60; a criação do Pólo Químico Industrial, nos anos 1970, ao Pólo Gás Sal, nos anos 90. Esse tipo de indústria, como se demonstrará, fugia aos padrões de industrialização tradicional do Nordeste e do RN, que tinha duas características principais: a agricultura era a sua principal fonte fornecedora de matéria prima e o seu dinamismo estava submetido ao mercado consumidor local e, quando muito, regional.

O aprofundamento do estudo desta temática tem importância ainda por possibilitar a investigação das peculiaridades da expansão do capitalismo industrial em uma determinada região e a ampliação do conhecimento sobre o papel do Estado nesse processo de expansão. Como demonstra a literatura sobre esse assunto, um dos eixos de revitalização da economia regional, desde os anos 60, passa pela forte presença do Estado no fomento à industrialização, que para Oliveira (2003:130) “seguiu de perto sem formalização, a política de substituição de importação válida para o conjunto da economia nacional”. Portanto, a proposta de criação do Pólo Químico Industrial e do Pólo Gás Sal, ao fazer parte dessa política pode ser compreendida como fazendo parte, igualmente, de um projeto nacional de desenvolvimento, em atendimento, algumas vezes, aos desejos de grupos internos. A dimensão histórica aqui considerada respalda-se nas transformações ocorridas na economia brasileira no período 70-90 e nas políticas diferenciadas de atuação do Estado nacional para o Nordeste e o Rio Grande do Norte, nesse mesmo período.

5 O PROCESSO METODOLÓGICO

5.1 MÉTODO DE ANÁLISE

O pressuposto metodológico aqui adotado requer a compreensão da conexão entre economia e política, e será pautado pela seguinte orientação: 1 - as políticas de integração regional, no período em estudo (1970-1990), foram definidas pelo Estado a partir da ótica do centro hegemônico da economia nacional (o Centro-Sul) que era integrar as regiões à dinâmica do capital monopolista **pela expansão da produção industrial**; 2 - a execução das políticas econômicas e as articulações dos grupos sociais envolvidos nesse processo buscavam modificações secundárias, modernizadoras, mantendo, por conseguinte, o caráter econômico e social do desenvolvimento desigual do capitalismo, embora tenham tentado modificar o curso da sua direção, ao se definir pela transformação de uma economia exportadora de matérias primas, em uma economia moderna, industrializada.

Seguindo esta orientação, a análise do tema aqui proposto se circunscreve no âmbito de uma abordagem teórica onde a dinâmica interna do capitalismo em suas contradições específicas, geradas pelo desenvolvimento, pode ou não resultar no progresso. Desse modo, fica entendido que os cenários compostos por diferenças econômicas regionais e sociais, pela concentração e centralização da riqueza, é uma consequência e uma resposta a um modelo que não é resultante apenas de deliberações externas, mas ditado por forças econômicas internas, privadas ou estatais, com suas leis específicas, comandados por um reduzido grupo de atores sociais, no âmbito da economia, da política e da cultura. Assim, o desenvolvimento do capitalismo tem um caráter específico, ele não é homogêneo, pelo fato mesmo da presença das forças econômicas e políticas em disputa: pelos bens materiais, pelo controle do poder político, e pela orientação ideológica a ser imprimida. A atenção a essas dimensões remete o investigador para a obtenção de dados empíricos que levem em conta a capacidade de intervenção do Estado, a dinâmica econômica estabelecida pelo capital e os interesses manifestos dos grupos sociais em disputa.

Esse tipo de abordagem considera que, a “desigualdade econômica e social” pode ser verificada em inúmeros países, regiões, estados ou localidades, mesmo entre aqueles países industrialmente mais

desenvolvidos. Isso ocorre porque a dinâmica do desenvolvimento capitalista tende a concentrar as atividades produtivas, sob o domínio de grandes grupos, em espaços econômicos mais avançados.

Seria ingenuidade tratar do tema da modernização econômica e da desigualdade por ela produzida desconhecendo trabalhos já realizados por destacados estudiosos sobre esta questão. Refiro-me, inicialmente, a Reinhard Bendix (1996), ao estudar determinadas sociedades em situação de atraso econômico - caracterizada pela ausência de inovação tecnológica, sem forte acumulação de capital e sem significativa experiência em organizações industriais - indica que sejam consideradas três dimensões históricas na análise do processo de modernização: a capacidade do Estado-nação de definir políticas estratégicas de desenvolvimento, a produção capitalista sistemática, a existência de uma elite coesa em torno dessas estratégias e a sua orientação ideológica. É a partir da investigação dessas dimensões, segundo ele, que se pode estabelecer a diferenciação do processo e do padrão de modernização em uma área econômica particular, deixando evidente a importância dessas dimensões ao fazer uma análise comparativa do desenvolvimento Alemão e Japonês.

Pode-se enfatizar, ainda, o debate sobre a modernidade nos países de desenvolvimento tardio que toma como referência o modelo de mudança ocorrido na economia inglesa (1761-1830) e na política francesa (1789-94), levado a cabo pelas ciências sociais, especialmente a ciência econômica que, tendo como base as mudanças ali ocorridas, passaram a denominar de **nações modernas** aquelas possuidoras de características culturais, políticas e econômicas peculiares, como: domínio de uma tecnologia avançada, presença de um elevado nível educacional, economia industrializada, participação política dos estratos inferiores da sociedade e sistema de comunicação eficiente. Os outros países, sem esses requisitos, passaram, a partir daí, a serem denominados de nações seguidoras ou atrasadas. Nessa ótica, **a modernidade** passou a caracterizar os países desenvolvidos do ocidente, especialmente Inglaterra e França, **e o atraso**, os países subdesenvolvidos da periferia do mundo.

A abordagem que privilegia a identificação de determinadas características encontradas nos países desenvolvidos, nas nações atrasadas, e, a partir daí, estabelece o nível de desenvolvimento dessas nações não é, na visão de Bendix (1996), o caminho mais adequado. Para ele, o estudo dos processos de modernização das sociedades seguidoras ou subdesenvolvidas deve observar a diferenciação de determinados espaços econômicos e, em seguida, procurar descrever numa situação concreta de desenvolvimento ou atraso em busca da peculiaridade da modernização, sem desconhecer, no entanto, as determinações férreas do capitalismo em sua fase industrial. Ele questiona a análise que

adota a transferência do modelo de desenvolvimento ocidental e sua lista de atributos como válido para estudo das nações de desenvolvimento tardio. É o que faz quando afirma que:

Listas de atributos da relativa modernização dos países não evitam facilmente a implicação de que uma mudança uma vez iniciada deve seguir seu curso ao longo das linhas indicadas pelo 'modelo ocidental', e que na transição para a modernidade todos os aspectos da estrutura social muda de alguma maneira mais ou menos integrada e simultânea. (BENDIX, 1996, p. 373).

Nesse sentido, a orientação teórica adotada por Reinhard Bendix requer que se definam elementos da realidade, que possibilitem reconhecer as particularidades dos processos de modernização, e, nesse sentido, devem-se destacar três dimensões históricas: a capacidade de intervenção do Estado-nação na economia, a produção econômica sistemática, o poder de ação das elites e a orientação ideológica adotada.

Em relação ao papel do Estado na promoção da modernização em nações em situação de atraso econômico, Bendix afirma que:

De um modo geral, os governos tentam desempenhar um papel maior na modernização das sociedades relativamente atrasadas do que nas relativamente desenvolvidas. Uma vez que essa generalização se aplica às 'sociedades seguidoras' desde o século XVIII, e uma vez que a maioria das sociedades do mundo estão (ou estiveram) nesta categoria, a proposição é talvez um outro aspecto da modernização, isto é, da distinção entre os dois tipos de sociedades. A diferença pode ser a importância estratégica para a modernização, uma vez que as 'sociedades seguidoras' são, por definição, carentes de alguns dos elementos da modernidade encontrados nas 'sociedades adiantadas'.(BENDIX, 1996, p. 374-375).

Com essa abordagem Bendix considera o desempenho do Estado como fundamental na modernização dos países de desenvolvimento tardio, ao fomentar mecanismos de inovação tecnológica, impor exigência de maior racionalização da produção, conceder incentivos fiscais, organizar uma infra-estrutura material e definir alocação de capitais. Diferentemente do que ocorrera com os processos de modernização originariamente promovida pelos países desenvolvidos do ocidente (Inglaterra e França, especialmente) que não tiveram, no Estado, o aporte principal na conquista da modernização.

No que se refere ao papel das elites no fomento a modernização, Reinhard Bendix afirma que: "as minorias instruídas dos países atrasados são colocadas numa posição de importância estratégica no

processo de modernização desses países. São elas receptoras de idéias e técnicas dos países modernos na perspectiva de superação do atraso”. (BENDIX, 1976, p. 376). Para isso assume importância: o nível educacional da população e o papel a ser desempenhado pelos intelectuais na conquista da modernização, diferente do ocorrido nos países desenvolvidos quando a análise teórica (numa perspectiva da divisão do trabalho) centra a sua atenção nas contradições resultantes das lutas políticas travadas entre o operariado e a burguesia. Os efeitos das influências externas, nessa linha de interpretação, devem ser consideradas no papel de mudanças nos estratos dirigentes, já que são estes, como já mencionado, os agentes responsáveis pela recepção das novas idéias e das técnicas avançadas à disposição das nações atrasadas.

Reinhard Bendix entra nesse debate como pioneiros nos estudos que buscam, em realidades concretas da economia em análise, os elementos explicativos para estabelecer a diferenciação dos processos de mudanças. Para ele, a economia em atraso ou em via de progresso tem sua explicação, prioritariamente, a partir das ações dos atores e acontecimentos internos a cada nação.

Esse é, também, o caminho adotado por Otavio Soares Dulci em seu trabalho: *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais de 1999*, que trata das implicações políticas do processo de desenvolvimento desigual, ao estudar o desenvolvimento da economia mineira de 40 a 50 do século XX. Ao destacar alguns pontos essenciais do desenvolvimento desigual, Dulci observa que:

A noção de desenvolvimento desigual aplicada a um dado país envolve o entendimento de que esse país é um sistema de regiões estratificado, segundo certas dimensões de desenvolvimento. A posição nele ocupada pela unidade equivale ao seu grau de desenvolvimento relativo. Nessa medida, o desenvolvimento desigual significa que as diversas regiões do país encontram-se, a cada momento, em estágio distinto de avanço, de acordo com a forma de expansão da indústria do centro para a periferia. Tal expansão, em princípio, segue a lógica do mercado que favorece algumas áreas em detrimento de outras. Sob o prisma estritamente econômico as alternativas de uma região retardatária são escassas em relação às de uma região avançada, a qual tende a concentrar cada vez mais recursos pelo fato mesmo de estar à frente. (DULCI, 1999, p. 19).

O caminho de superação dessa desvantagem, na visão de Otavio Dulci passa pela consideração da existência de estruturas regionais de poder. A importância dessa dimensão reside, para ele, na possível influência de fatores políticos sobre a lógica da distribuição espacial do capital. (DULCI, 1999). Nessa linha de interpretação, em um país desigualmente desenvolvido, com regiões competindo por investimentos, devem-se considerar as oportunidades que podem conduzir ao desenvolvimento como

as condições econômicas e as forças políticas em ação. Embora as forças do mercado sejam decisivas na alocação dos investimentos, as ações políticas-estratégicas são capazes de contrabalançar as desvantagens econômicas de uma determinada área, gerando perspectivas de desenvolvimento.

Outra dimensão histórica, considerada por Otavio Dulci, como capaz de contrabalançar as áreas concentradoras dos investimentos são as elites. Elites, enquanto grupo que se distingue pelo seu papel no sistema econômico e na estrutura do poder político, e capazes de dar direção às políticas de desenvolvimento em um estado-nação, em uma região ou em uma localidade. Elas devem ser vistas, principalmente, na visão de Dulci, pela capacidade de articular os meios à disposição do Estado, influenciando nas decisões sobre as prioridades de investimento.

A sua importância [das elites] é tanto maior quanto mais tenha poder de interferir na lógica de distribuição espacial e setorial do capital, condicionando sua trajetória mais provável. Desse modo, sob influxo de fatores extramercado as oportunidades econômicas de uma dada região podem ser incrementadas, ou, inversamente, restringidas. Da mesma forma o perfil da estrutura produtiva de determinada região pode ser intencionalmente definida em tal ou qual direção.(DULCI, 1999, p. 19).

As elites exercem, ainda, nessa perspectiva, função legitimadora das políticas de desenvolvimento pela via da modernização, através da veiculação de um discurso ideológico em defesa do progresso (do avanço das forças produtivas), homogeneizando o debate sobre o modelo de desenvolvimento a seguir e impondo a modernização econômica, como a única via possível na conquista do progresso. A luta concreta desses atores sociais de mudança fica, assim, restrita ao debate sobre as condições que possibilitem a incorporação, no campo da modernização capitalista, dos espaços econômicos atrasados. Assim, nessa visão, as elites não só podem exercer forte influência sobre o destino provável da economia, como se conformam às normas e aderem a valores, bem como teorizam à cerca da sociedade que buscam construir.

Embora seja o papel do Estado e das elites no processo de construção da modernização a questão central, aqui, considerada, se faz necessário trazer ao debate as idéias de SMITH (1988) enquanto um estudioso que trata dos fundamentos econômicos ou a produção capitalista sistematizada como base de explicação do desenvolvimento desigual, quando adverte para a necessidade de se considerar nas análises de determinadas sociedades as forças produtivas como elementos definidores da alocação da indústria e outras atividades econômicas em espaços geográficos específicos.

Em relação ao papel desempenhado pelos recursos naturais como base material da diferenciação do desenvolvimento, SMITH (1988) destaca a escola americana de Geografia como defensora da

versão extremada da crença de que as condições geográficas naturais determinou em grau maior ou menor o tipo de localização das atividades humanas. Como o determinismo ambiental nunca foi inteiramente hegemônico no debates sobre a localização dessas atividades, a escola Geográfica americana foi substituída, segundo Smith, pela escola alemã de Geografia representada por Hettner que estava preocupado em explicar as variações geográficas compostas sobre a superfície da terra como sendo resultado das variações naturais, daí o conceito de “diferenciação das áreas” que dominou o centro da tradição geográfica americana até os anos 60 do século XX. Nessas escolas, a concentração espacial da riqueza era vista, primeiramente, como resultado da diferenciação natural na fisiografia, nos recursos naturais e no clima. Como relata Smith.

[...] a mais explícita e ao mesmo tempo a mais sofisticada tentativa de relacionar as diferenciações nos dons naturais com a concentração de capital vem da Geografia Comercial. De origem fundamentalmente britânica, a “Geografia Comercial” descreveu as variedades de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produtos agrícolas e industriais com base nas diferentes dádivas da natureza. [...] As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias primas específicas, de estradas e caminhos naturais e de coisa semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultavam do caráter particular do solo, do clima e da fisiografia. (SMITH, 1988, P 153).

A força desse tipo de explicação, onde a natureza contribui de forma substancial na constituição das diferenciações econômicas entre regiões e na definição de políticas de desenvolvimento para regiões dotadas de diferentes recursos naturais, ainda tem peso explicações para certos grupos sociais. Sendo verdade que esse tipo de pensamento foi por longo tempo determinante na localização de diferentes setores industriais.

Porém não mais o é. O desenvolvimento das forças produtivas, como o avanço dos meios de transportes e o desenvolvimento de modernas tecnologias, reduziu as restrições que impediam que uma determinada indústria se localizasse em um espaço ou região que não detivesse as matérias-primas de que necessita. Agora, são as forças produtivas, nessa ótica, os elementos definidores da alocação das atividades econômicas. Analise-se o que diz Neil Smith sobre esta questão:

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais das condições naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a necessidade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias primas. Com o

desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural, (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois as matérias primas hoje são de um número sempre crescente de processos de trabalhos anteriores. Pense-se somente no caso do plástico, uma matéria-prima base em ampla gama de processo de produção. Em última análise, ela se origina na forma de petróleo, mas passa por um certo número de diferentes processos de trabalho antes de aparecer como mercadoria de canalizações, móveis, roupa ou astro-turf. Para todos esses processos de trabalho, exceto o primeiro, a matéria-prima é um produto industrial cuja localização é determinada pela localização das forças produtivas e de forma alguma pela natureza. (SMITH, 1988, p. 157).

Por mais importante que sejam as diferenças naturais nas condições de produção, elas perdem cada vez mais relevância no contexto geral se comparada às diferenças que são resultantes do desenvolvimento desigual das forças produtivas. A concentração e a centralização do capital dá-se de acordo com a lógica social inerente ao processo de acumulação de capital, e isso anula as diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica. Isso porque há um novo conjunto de forças que tendem para a diferenciação das condições e dos níveis de desenvolvimento: a ciência, a tecnologia, a comunicação, a informação e a ação do próprio Estado.

Assim, o desenvolvimento econômico requer muito mais do que a existência dos meios naturais. No sistema de produção capitalista, organizado em bases competitivas, sempre uma empresa, um setor econômico estará inovando os meios de produção e organização para acumular mais do que seu concorrente. Para isso ela trava uma luta frenética pela produção de novas tecnologias, pelo domínio dos mercados, pelo controle dos meios naturais, dos mecanismos institucionais e pela adesão das forças políticas dirigentes aos seus projetos, ao mesmo tempo em que procura se implantar num espaço econômico favorável, que, em sua dinâmica, possibilite reiterar permanentemente o seu domínio. Nesse sentido, os recursos naturais em forma de matérias primas, como por exemplo, sal, calcário, gás natural, minérios e petróleo, propícios à implantação de inovadores empreendimentos econômicos, são insuficientes para a promoção do desenvolvimento; não são, por si, condições indispensáveis para atrair investimentos de capital direcionados à modernização econômica. Há algo mais a ser considerado, como o nível de desenvolvimento das forças produtivas, a ação planejada do Estado e a atuação dos atores sociais interessados em um determinado tipo de desenvolvimento.

5.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

5.2.1 Pesquisa bibliográfica – livros, artigos, conferências. As informações obtidas a partir do acervo bibliográfico serão utilizadas, especialmente, na elaboração do Capítulo 1 sobre o referencial teórico, no Capítulo 2 sobre os projetos de modernização do Rio Grande do Norte e no Capítulo III sobre a história da barrilha nos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

5.2.2 Pesquisa documental - documentos oficiais: GTDN, Planos de Desenvolvimento e Mensagens de governos, do Estado de 1970 a 2000, e Planos de desenvolvimentos dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Costa e Silva, Ernesto Geisel, Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso serão a base para a obtenção das informações necessárias aos esclarecimentos das questões formuladas nos capítulos 3 e 4.

5.2.3 Pesquisa em periódicos - revistas e jornais diários. Através desses meios de comunicação buscaremos as informações relacionadas à dinâmica factual dos projetos em estudo, Diário de Natal, Jornal Hoje, Tribuna do Norte e a Revista RN-Econômico.

5.2.4 Entrevista. As entrevistas com atores sociais ligados às elites industriais e políticas têm o propósito de informar sobre o papel desempenhado por estas na implementação desses projetos. Ex-Secretário de Planejamento (1996 -1999) Jaime Mariz de Faria; ex-presidente da FIERN, empresário, Abelírio Vasconcelos da Rocha; Aníbal Barbalho, presidente do Sindicato da Construção Civil; Jornalista Cassiano Arruda Câmara.

6. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

6.1 A EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

Considerada a importância do papel desempenhado pelo Estado e pelas elites econômicas e políticas no desenvolvimento de regiões localizadas em espaços econômicos atrasados, passa-se à análise de abordagens teóricas sobre algumas experiências históricas de modernização considerando-as úteis para a compreensão do desenvolvimento diferenciado ocorrido em espaços econômicos com configurações políticas distintas. Procurar-se-á, a título de exemplificação, descrever as peculiaridades dos processos de modernização ocorridos em alguns países considerados retardatários, através de uma abordagem centrada no poder político e nas suas instituições de sustentação.

A tese da homogeneização da expansão capitalista tem tradição no conjunto das explicações nas ciências sociais sobre a modernização ocorrida em diferentes países. Entre as explicações mais conhecidas, destacamos a teoria evolucionista e a teoria das etapas (ROSTOW, 1974), que pressupõem o desenvolvimento de forma linear, homogêneo, onde a superação do atraso se faz dentro dos mesmos padrões estabelecidos pelo capitalismo clássico europeu, a partir da experiência econômica e política inglesa e francesa, respectivamente. A reprodução dos padrões de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos pelos países atrasados tem respaldo, inclusive, em uma passagem de Karl Marx quando afirma: “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”. (MARX, 1975, P. 5). Com essa expressão Marx afirma a idéia de que há um destino necessário do desenvolvimento histórico no mundo moderno uma espécie de estágio a ser vencido por todos os países no âmbito do capitalismo. As exceções e o atraso verificados em alguns, para essa interpretação, são considerados como desvio do padrão de evolução do industrialismo europeu e que não podem impedir as transformações nessa direção em longo prazo.

Os adeptos das teorias da expansão homogênea do capital perderam força à medida que o capitalismo avançou, no século XX, quando foi possível comparar experiências de desenvolvimento ocorridas em diversas partes do mundo. Foram essas comparações que possibilitaram o surgimento de uma nova interpretação que assegura que os países que lutam pelo desenvolvimento econômico no âmbito do capitalismo assimilam o modelo de desenvolvimento dos países mais adiantados, mas não

repetem as etapas do seu passado, nem gera transformações iguais ou semelhantes nas classes sociais e nas estruturas políticas. (BENDIX, 1996).

Essa perspectiva de análise pode ser representada por VEBLEN, (1980) e TROTSKI (1967). Para quem a industrialização segue um determinado ritmo em conformidade com as instituições e o nível de desenvolvimento tecnológico de cada país. Eles relacionam o grau de atraso com as instituições políticas e com o ritmo do avanço econômico de determinada sociedade.

O Estado imperial prussiano, autocrático e marcado por instituições arcaicas, condicionou, segundo VEBLEN (1980), o processo de industrialização alemã ao adotar as modernas tecnologias nos processos produtivos, ao mesmo tempo em que regulava os seus efeitos na aquisição de novos hábitos das populações. O Estado Imperial alemão acrescenta Veblen, assimila o estágio das artes ‘industriais’ sem se ver ameaçado pelas suas conseqüências institucionais em longo prazo. Ao adotar novos padrões de produção, a Alemanha conservou, porém, práticas políticas tradicionais.³

Já Leon Trotski (1967) contribuiu para as discussões sobre o fenômeno da dinâmica das mudanças nas sociedades atrasadas ao elaborar a lei do desenvolvimento desigual e combinado a partir da realidade econômica russa. Foi o fracasso da revolução de 1905, na Rússia, que levou este autor a admitir que uma revolução burguesa na Rússia não reproduziria a revolução democrática burguesa ocorrida na França, no século XVIII, e que era preciso procurar as razões para isso nas peculiaridades da história russa, ou seja, naquilo que a diferencia da história de outros países. É a partir dessa constatação que Trotski elabora a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, que é expressa, por ele, nos seguintes termos:

A desigualdade do desenvolvimento, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior complexidade nos países atrasados. Sob o acicate das necessidades externas, sua cultura atrasada é obrigada avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade deriva uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, pode ser definida como lei do desenvolvimento combinado, o que quer indicar o avizinhamo de diferentes fases, a combinação de diferentes etapas, a mistura de formas arcaicas com formas mais modernas. Sem essa lei – considerada, bem entendida em todo o seu conteúdo material – é impossível entender a história da Rússia, assim como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segundo, terceiro ou décimo lugar. (TROTSKI, 1978, P. 25).

³. A esse respeito observa Jeffrey Herf em: *Modernismo Reacionário – Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3º Reich*, 1993, p. 2: “Os avanços científicos e tecnológicos da Alemanha aconteceram sem as vantagens de uma tradição vigorosa do liberalismo político”.

A partir da formulação da lei do desenvolvimento combinado afirmando o caráter singular da economia russa, Baruhc constata que:

O caráter particular da economia russa podia ser indicado exatamente no fato de que a industrialização russa não fora criada por uma classe média, nem existia uma classe média criada pela industrialização; ela não tinha transformado a agricultura, nem resolvido o problema da população camponesa, já que foi simplesmente enxertada pelo alto, e coexistia com a economia agrícola tradicional, sem que houvesse, porém, nenhuma integração com esta. A industrialização, além disso, havia deixado intacta a estrutura política, ou melhor, havia-a até mesmo reforçada na medida em que, agora, a autocracia controlava maiores recursos econômicos. (BARRUCH, 1985, p. 180-181).

Assim, pode-se afirmar que a busca das peculiaridades da modernização industrial constitui o traço comum entre alguns estudiosos do desenvolvimento do capitalismo tardio. Suas pesquisas estão centradas na identificação dos elementos que particularizam as experiências de mudanças. Nessa perspectiva BENDIX (1996), em suas investigações sobre civilizações industriais modernizadas, afirma que toda experiência de modernização é singular. Em seus estudos comparativos sobre a modernização industrial, na Alemanha e no Japão, e suas conseqüências sobre as classes sociais, privilegia o estudo da rota não revolucionária da mudança. Não segue os evolucionistas que destacam a discussão dos contrastes entre tradição e modernidade e nem aceita a generalização da experiência industrial européia. Para ele, toda experiência de modernidade é peculiar e é na busca das peculiaridades de cada experiência econômica que se devem concentrar as investigações.

Nesse sentido, um elemento a ser considerado na compreensão das peculiaridades no seio da nova modernização industrial nos espaços de desenvolvimento tardio está relacionado, na visão de Bendix, à direção organizada da industrialização, ou seja, à relevância da intervenção do Estado na economia. Em suas palavras: “De uma maneira geral, os governos tentam desempenhar um papel maior na modernização de sociedades relativamente atrasadas do que nas sociedades adiantadas”. (BENDIX, 1996, p. 374-375). Esta noção requer a compreensão da politização dos processos que levam à industrialização como estratégia de superação do atraso econômico de um país ou região, na direção da modernidade industrial.

Em relação à experiência de modernização da economia brasileira se destacam algumas teorias interpretativas em busca das peculiaridades desse processo. Estas interpretações não aceitam as proposições sobre a reprodução, por assimilação, ou por pura imitação do padrão de desenvolvimento

industrial europeu, entre elas destacam-se: a teoria da dependência, a teoria do desenvolvimento prussiano e a teoria da revolução passiva ou revolução-restauração adotadas, enquanto modelo de interpretação das transformações da nossa realidade.

Florestan Fernandes pode ser apresentado como o principal representante da teoria do desenvolvimento dependente no Brasil. Para ele, a modernização, em nosso caso, forjou suas próprias peculiaridades ao destacar que esta ocorreu sem que houvesse rompimento das estruturas tradicionais de poder, pois continuou sendo administrada por um grupo ou por uma classe dirigente restrita. Essa classe ou grupo controlava, media e regulava o âmbito da mudança, sempre circunscrita aos valores, que ele entendia, que podiam mudar. Sintetizando as questões relacionadas à teoria do desenvolvimento dependente, Florestan afirma que em nenhuma das três fases do desenvolvimento capitalista brasileiro⁴ foram impostas:

1 - a ruptura com a associação dependente em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2 - a desagregação completa do antigo regime e de suas seqüelas ou falando alternativamente, das antigas formas pré-capitalista de produção, troca e circulação; 3 - a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes a satelitização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza. (FERNANDES, 1975, p. 223).

Duas outras questões são colocadas por Florestan em relação à revolução burguesa no Brasil e que a torna peculiar: por que ao invés de ter escolhido um sistema democrático liberal, a burguesia brasileira optou por um Estado autoritário de democracia limitada? Por que, ao invés de escolher um sistema pluralista flexível típico de outros países capitalistas na era da revolução industrial, a elite brasileira construiu um sistema de poder oligárquico que excluiu amplos setores da sociedade da participação política? Esses caminhos escolhidos pela sociedade brasileira, segundo Florestan, não fazem parte da essência do capitalismo em geral, mas, é típico do capitalismo dependente desenvolvido no Brasil. (FERNANDES, 1975, p. 222-288).

Continuando o debate sobre as questões do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, João Manuel Cardoso de Mello analisa, em o “Capitalismo Tardio” (1986), a forma peculiar de como esse

⁴ Quando este autor trata em “A Revolução Burguesa no Brasil” no Capítulo 6º da Natureza e Etapas do Desenvolvimento Capitalista - Emergência e Expansão do Mercado Capitalista Moderno, Emergência e Expansão do Capitalismo Competitivo e Emergência e Expansão do Capitalismo Monopolista, afirma que o capitalismo no Brasil significou coisas distintas em cada uma das suas fases que marcam a evolução interna do capitalismo brasileiro. Não se configurando em nosso caso uma assimilação do caráter universal do capitalismo Europeu. (FERNANDES, 1975).

modo de produção se desenvolveu, e de maneira mais específica discute o nascimento e consolidação do capital industrial em São Paulo, a partir da realização do processo de acumulação na economia cafeeira.

Cardoso de Mello inicia criticando a teoria do desenvolvimento da Cepal, observando que essa teoria abstrai os condicionantes sociais e políticos internos e externos do processo econômico latino-americano e admite que o desenvolvimento dos países periféricos é um mero prolongamento do desenvolvimento das economias do centro. E que, o fato da dinâmica econômica da periferia está presa à demanda externa não podia constituir uma economia nacional autônoma. E mais que, a continuação do seu crescimento para fora mantinha o estado de pobreza e miséria a que estava submetida essa região. Sendo esta situação resultante, em última análise, da deterioração dos termos de troca entre as nações do centro e as nações da periferia do mundo. Para romper com esse quadro, a Cepal idealiza um processo de desenvolvimento econômico voltado para dentro, ou seja, propõe a concentração de esforços na implementação de um processo de industrialização para modificar a dinâmica econômica direcionada às exportações de produtos primários. (MELLO, 1986).

Então o caminho proposto pelos estudiosos latino-americanos ancorados na Cepal, como saída para equilibrar os termos de troca e romper com a situação de atraso em que vivia essa região, era a industrialização. Como ela não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem muito menos a liquidação da pobreza, uma das duas situações, segundo Cardoso de Mello, teria ocorrido: “ou ela abortara, ou quando tivera êxito não eliminou a miséria”. (MELLO, 1986, p. 23).

Em relação à Teoria da Dependência esboçada por CARDOSO e FALETTO (1975), em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, Cardoso de Mello afirma que estes estudiosos ao enfrentar a questão da não-industrialização-nacional, por volta dos anos 70, mantêm os critérios de periodização histórica adotada pelos teóricos da Cepal, desprezando as peculiaridades da via de construção na América Latina do desenvolvimento capitalista. E ainda, para oferecer uma contribuição substantiva a Teoria da Dependência:

Teria sido preciso, (...), que não se localizasse o equívoco do pensamento da Cepal na abstração dos condicionantes sociais e políticos internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas conseqüências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo. (MELLO, 1986, p. 26).

A partir dessas observações sobre a contribuição teórica da Escola da Cepal coordenada por Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto e da Teoria da Dependência formulada por Cardoso e Faletto, Cardoso de Mello trabalha um conjunto de conceitos e situação que para ele daria uma adequada explicação do processo de desenvolvimento de uma indústria de bens de produção no Brasil. Em sua interpretação assume relevância os conceitos de industrialização restringida, industrialização tardia e mais o papel desempenhado nesse processo pelo Estado e pelo capital internacional, além dos obstáculos de acesso à tecnologia internacional, então disponível, sob o controle dos grandes oligopólios.

Em relação à industrialização restringida, vista como o início uma nova fase do período de transição, é caracterizada por Cardoso de Mello da seguinte forma:

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase de período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nessa fase que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força do trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras de acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permita a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (MELLO, 1986, p. 110).

Já a industrialização retardatária é definida por Cardoso de Mello como o desenvolvimento tardio do setor da indústria pesada. Destacando-se como questão central, nesta fase, saber com que base em que esquema de acumulação nasceria à indústria pesada de bens de produção no Brasil, como descrito por ele:

Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria já existente, como ocorreu durante a segunda revolução industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeria agora, [...] gigantesca economia de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que, controlada pelas grandes empresas monopolistas dos países industrializados. (MELLO, 1986, p. 112).

Discute em seguida o papel do Estado, destacando suas ações no fortalecimento da burguesia cafeeira que vem a ser “[...] a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria”.(MELLO, 1986, p. 143). Ao definir um conjunto de investimentos em energia elétrica, transporte ferroviário e melhoramentos urbanos; e ao estabelecer políticas de desvalorização cambial favorecendo as exportações e ao intervir no mercado, adquirindo o excesso da produção do café, mantendo a sua valorização, favorecendo, desse modo, a acumulação capital nesse setor, essencial ao avanço da industrialização, o Estado contribui para o fomento do processo de industrialização em curso. (MELLO, 1986).

No momento em que se organiza o setor de bens de produção, no Brasil, o capital internacional tem pouca participação na sua implementação. Isto porque, segundo Cardoso de Mello:

A depressão econômica de 1929 e a deflagração da segunda guerra mundial em 1945, período de crise nas economias centrais, provocaram severas restrições ao grande capital oligopolista decorrente de fortes quedas de volume de vendas, quebra de margem de lucros, e aumento da capacidade ociosa. No período de imediata recuperação da Depressão, os investimentos internos absorveram a maior parte do excedente de capital monetário nas economias centrais e logo depois estourava a Guerra. O período de pós-Depressão caracterizou-se por uma volta a padrões de crescimento “nacional-autárquico” e em vários casos, sob regime de força, onde os Estados nacionais passaram a centralizar ainda mais o financiamento à acumulação de capital, principalmente para os meios de produção e setores básicos. Dentro desse clima de agressiva competição capitalista internacional, a exportação de capital produtivo pesado era ainda mais restringida pelos próprios Estados Nacionais, empenhados em defender suas respectivas vantagens tecnológicas e reservar capacidade básica de acumulação para sustentar a indústria militar. (MELLO, 1986, p. 115).

Essas mesmas razões dificultaram ao Brasil, segundo ainda Cardoso de Mello, o acesso à tecnologia de ponta disponível no mercado internacional, essencial à organização de um setor de bens de produção. Isto ocorre num momento em que existiam, aqui, fatores favoráveis aos investimentos industriais, já que o capital direcionado a esse setor dispunha de oportunidades lucrativas de inversões, com risco baixo, na medida em que a indústria percorreu seu caminho natural, ao expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis “leves”, ou, mesmo, converter-se em capital mercantil..

A teoria da revolução prussiana ou a teoria da mudança pelo alto é outro modelo de interpretação empregada na interpretação das transformações da sociedade brasileira. Ela firma-se no caso da Alemanha na visão de José Luiz Fiori, na proposição de que: “[...] a burguesia alemã não conseguiu a mesma supremacia política lograda na Inglaterra e na França, sendo obrigada a uma aliança com a nobreza agrária, da qual resultou uma evolução progressiva das relações de produção, uma evolução desde de cima ou pelo alto como a chamaram mais tarde”. (FIORI, 1995, p. 60-61).

Assim a revolução burguesa alemã de 1848 assume características peculiares, como já enfatizado. A industrialização ocorre de forma célere sem que a burguesia se enfrente frontal e radicalmente com o antigo regime; as instituições se modernizam lentamente; e o Estado cumpre um papel essencial no processo de industrialização. (TORRES, 1985). No Brasil, Otávio Guilherme Velho. *Capitalismo, Autoritarismo e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1976; Fernando Antônio de Azevêdo. *As LIGAS Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; Luciano Martins. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, representam esse modelo de interpretação de desenvolvimento no capitalismo brasileiro.

As categorias utilizadas pela revolução passiva ou revolução-restauração, na concepção gramsciana, aplicadas na interpretação da modernização brasileira, caracteriza-se pela não participação das massas nos movimentos de mudança e por um tipo de ação que engaja apenas as elites políticas, os partidos, enquanto grupos dirigentes e as forças que garantem de cima a direção da ação, excluindo as participações populares, que elas temem não poder controlar, a fim de canalizar o movimento histórico nos limites predeterminados e compatíveis com a linha política da classe dirigente. (MACCIOCCI, 1976). Os estudos de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1997, são os trabalhos mais representativos nessa perspectiva teórica.

Este resumo das vias políticas da revolução burguesa alerta-nos para o fato de que não há um único modelo de transição de uma sociedade atrasada para uma sociedade capitalista modernizada. Que o modelo ocidental de desenvolvimento industrial exemplificado pela Inglaterra e pela França não se reproduziu em outros espaços nacionais ou mesmo regionais, reafirmando que os diferentes papéis desempenhados pela burguesia e pelas classes subalternas dependem das circunstâncias históricas e do nível de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Assim, as burguesias podem desempenhar um papel reacionário ou transformador. No primeiro caso a burguesia, apoiada no Estado, alia-se à velha classe oligárquica dominante promovendo uma modernização conservadora, de feição elitista e

autoritária. No segundo caso, a burguesia adota uma democracia liberal ao encampar as reivindicações imediatas das classes subalternas, ampliando a sua dominação a partir de uma base social mais ampla.

Para os objetivos desse trabalho a primeira opção expressaria o que teria aqui ocorrido, já que o Estado, aliado às elites locais, exerceu um papel decisivo nos encaminhamentos dos projetos de modernização implementados e excluiu a massa da população dos resultados alcançados. Ocorreu, aqui, uma aliança entre os grupos de elite local e os grupos oligárquicos, fechando as possibilidades de transformação mais profundas.

6.2 O NORDESTE: UMA EXPERIÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL

Como já enfatizado, a linha de interpretação que procura entender a modernização a partir das peculiaridades dos processos de mudanças ocorridos em determinado espaço econômico considera, como primordiais, as ações políticas implementadas pelo Estado, ao lado do poder de articulação das elites locais. Nesse sentido, a região Nordeste pode ser considerada como um caso típico de um espaço econômico de desenvolvimento industrial retardatário, que requereu para promover a sua modernização industrial uma ação efetiva do poder público e das suas elites, através da implementação de políticas de planejamento, da criação de infra-estrutura, de incentivos financeiros e de isenções fiscais.

Assim, o Nordeste brasileiro desenvolveu uma trajetória peculiar no seu processo de modernização econômica. Mesmo sabendo que as regiões fazem parte de uma estrutura jurídico-política nacional e que, as políticas de modernização econômica buscaram integrar os espaços regionais à lógica dos processos de expansão do capital monopolista a nível nacional, admite-se que, as regiões possuem alguma peculiaridade e essa peculiaridade se torna possível pela forma de intervenção do Estado e pelos tipos de arranjos das forças políticas internas a essa região. Nesse sentido, é através da política e dos conflitos entre os interesses das classes e grupos sociais que se pode identificar a face variável do desenvolvimento econômico ocorrido em espaços geográficos diferenciados. Procurar-se-á nessa perspectiva, considerando a via da modernização industrial fomentada pelo Estado nacional, em atendimento aos interesses do capital privado e dos seus agentes, e, das forças políticas e econômicas regionais, descrever as estratégias adotadas para a conquista do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte entre os anos 70-90 do século XX.

Considera-se o projeto de modernização industrial adotada no Nordeste a via destinada a promover o desenvolvimento dessa região e a forma de integrar a economia regional ao mercado nacional. Articulado pelo Estado em consonância com os interesses dos empresários, dos intelectuais, da Igreja católica e das classes médias regionais, essa via modernizadora transformou-se em caminho para a promoção das mudanças sociais, então reclamadas. Este projeto de modernização econômica se constituiu em objetivo central para esses atores sociais e estratégia política escolhida para retirar a região Nordeste da condição de “atraso” a que estava submetida.

As condições materiais e os arranjos políticos das classes ou grupos dominantes, ao longo dos últimos 40 anos no Nordeste e no Rio Grande do Norte, particularmente, reafirmam o projeto de modernização aqui adotado, não permitindo o surgimento de caminhos alternativos de desenvolvimento, nem o fortalecimento de outros grupos sociais (os trabalhadores rurais, por exemplo) que, em certo momento, se insurgiram contra a ordem social e as políticas propugnadas pelos defensores desse projeto. Esses trabalhadores, no caso do Nordeste, travaram acirradas lutas políticas contra a dominação dos latifundiários, sendo contidos em suas intenções de mudanças e de maior participação no progresso econômico pela repressão comandada pelo regime militar instalado no Brasil, em abril de 1964. Derrotados em suas aspirações, eles terminaram sendo absorvidos pelo projeto de modernização definido pelas classes dominantes, sob o comando do Estado e em parceria com o capital monopolista nacional e internacional. A política de modernização implementada sob a direção do Estado nacional, no Nordeste, reduziu, assim, o espaço para a emergência de novas experiências de desenvolvimento econômico, com maior participação política e ampla inclusão social.

Ao se avaliar as tarefas propostas pelas forças políticas que estiveram à frente da modernização econômica no Nordeste, na última metade do século XX, se constata que algumas dessas tarefas foram realizadas e tantas outras se viram frustradas. Dois documentos são importantes a partir dos quais é possível fazer essa avaliação. O primeiro se refere às propostas de desenvolvimento estabelecidas pelo Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Recife em 1954. Esse congresso faz parte de um conjunto de lutas e ações sociais ocorridas no Nordeste nas décadas de 50 e 60. E a partir dele os problemas regionais são discutidos de forma sistemática, dentro de uma perspectiva diversa da visão apoiada em um determinismo geográfico, que prevalecia até então. (CARVALHO, 1987; AZEVÊDO, 1982). O segundo, o GTDN – Uma política de desenvolvimento para o Nordeste de 1959. Esse documento compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática,

pretendiam modificar os dados desse problema e encaminhá-lo a uma solução definitiva. (UMA POLÍTICA, 1978). Estudos posteriores, realizados por estudiosos da questão regional, analisam os resultados das proposições contidas nesses trabalhos, destacando-se, entre outros: ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Estado e Industrialização no Nordeste: intenções e resultados**. Rev. Economia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 1982, n. 3. p 99-114. FERREIRA, Assuéro. **O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação**. Revista de Economia Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, vol. 3, n. 3, p. 71-87. CARNEIRO, Ricardo. **Repensando o Nordeste**. Revista Vidas Secas. Recife: Editora Universitária. Ano 1 No 2, set/out/nov, 1990, p. 139-151. FURTADO, Celso. **O Nordeste: reflexão sobre uma política alternativa desenvolvimento**. Revista de Economia e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, Vol. 4, No 3, julho-setembro/1984, p. 5-13.

É a partir da compreensão dessas políticas econômicas, que conformaram um tipo de modernização implementado no Nordeste e em torno do qual se organizou o apoio de expressivos grupos sociais que se podem revelar os matizes que caracterizam esse processo.

Assim, parte-se do pressuposto de que não foi reproduzido, no nordeste, o modelo paulista de industrialização que teve o mercado, como o elemento principal e a cafeicultura como base de acumulação, com o apoio do Estado. No Nordeste foi diferente, o processo de modernização industrial teve como elemento central o uso dos recursos públicos, aliado à importação de tecnologia e a existência de uma base de recursos naturais. Os projetos de modernização industrial, neste caso, se fizeram por estímulo do poder público, sob a forma de planejamento, suporte financeiro, ou mesmo investimento direto, como contraposição a ausência de um mercado de sustentação e uma escassa acumulação interna de capital.

A hipótese que justifica a presença do Estado nos processos de modernização dirigidos para o Nordeste de acordo com DULCI (1999, p. 33) é a de que: “O atraso regional não seria recuperado confiando-se apenas na ‘mão invisível’, pois em termos de mercado a enorme força de gravitação do centro econômico do país deixaria pouca margem para a diminuição das disparidades regionais”.

Admitida à forte presença do Estado no fomento à modernização da economia no Nordeste, este merece destaque em dois momentos: 1 – quando, a partir do início do século XX, prioriza a transferência de recursos públicos tendo como objetivo implementar as conhecidas políticas hidráulicas, direcionadas a modernização da agricultura nessa região. Políticas estas que se prolongam até os anos 50, quando as secas de 1951-1953 e 1958, pelas suas danosas conseqüências sociais, denunciam a permanência dos velhos problemas ligados à falta ou a má distribuição da água, a

continuidade das atrasadas relações de produção, a negação aos trabalhadores rurais à posse da terra e aos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores urbanos, além da manutenção da estrutura de propriedade e do poder sob o domínio das velhas oligarquias regional; 2 – quando, se verifica que, após 60 anos de políticas direcionadas a modernização da agricultura, a situação de pobreza da maioria da população do Nordeste pouco mudou. A partir desta constatação, expressivas forças políticas e econômicas nacionais e regionais se mobilizam em torno de uma nova proposta de desenvolvimento para essa região. Para isso, propunha-se, agora, a transferência para o setor produtivo do Nordeste, de capitais do Sudeste e do exterior, através de mecanismos institucionais criados pelo poder público federal. Para isto foi criada, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, órgão encarregado de viabilizar os mecanismos legais de incentivos a essa nova via de desenvolvimento econômico. Daí foram estabelecidos, por ela, os artigos 34/18⁵, constantes do I e II Planos Diretores, aprovados em 1961 e 1963, respectivamente, além da criação (1974) do FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste, que possibilitaram a destinação dos recursos necessários à execução de uma experiência de modernização econômica regional planejada.

Essa política emanada do Estado nacional, ou seja, de fora da região, contou com o apoio de expressivas forças econômicas e políticas nacionais e regionais interessadas em reduzir as tensões sociais, aqui existentes, e promover à integração da economia regional a dinâmica capitalista do centro hegemônico - o Sudeste, sem exigir, no entanto, profundas mudanças nas estruturas produtivas da economia nordestina, ao mesmo tempo em que, procura fragilizar o poder político das velhas oligarquias regionais, em princípio, resistente à modernização proposta.⁶

Esse tipo de desenvolvimento pode ainda ser expressa nos seguintes fatos: 1 – na incorporação do Nordeste, enquanto espaço econômico complementar, ao desenvolvimento do Sudeste; 2 – no enfraquecimento do latifúndio, enquanto sustentáculo das estruturas oligárquicas de dominação, e

⁵ O artigo 34 instituído pelo I Plano Diretor da Sudene contemplava com incentivos fiscais, apenas as empresas genuinamente nacionais. Já o artigo 18, constante da Lei no. 4.239, de junho de 1963, ampliava a essa prerrogativa, partir do II Plano Diretor, às empresas estrangeiras sediadas no Brasil. Este artigo permitia a presença das empresas internacionais associadas às empresas nacionais, facilitando a promoção da integração da economia regional a dinâmica capitalista do centro-sul. Essa política estava baseada na concepção política de que só com a integração da economia regional à economia do Sudeste seriam resolvidos os conflitos sociais no interior do nordeste.

⁶ FERREIRA (1983:81), observando o movimento das forças políticas e sociais no interior do nordeste assim se expressa: “A tentativa do Estado de integração [do Nordeste] não se deu apenas pela natureza ideológico-desenvolvimentista então assumida. Na verdade, ela decorreu também das pressões sociais que se insurgiram e tomaram corpo regionalmente. E isso ocorreu tanto ao nível da classe dominante local como das classes dominadas. Entre estas, as pressões sociais se expressam nos movimentos das organizações camponesas que se estruturavam e que tomaram maior vulto no início dos anos sessenta, e que poderiam por em risco a própria estabilidade da acumulação tanto a nível regional como nacional”.

empecilho ao avanço de um projeto de modernização industrial, indispensável à expansão do capital privado nacional e internacional, a partir do Sudeste; 3 - na desarticulação das organizações dos trabalhadores rurais, impedindo que estas continuassem reivindicando transformações na estrutura fundiária e radicais mudanças nas formas de dominação do poder político na região.

Desta forma, a natureza das mudanças implementadas possibilitou o surgimento de novos arranjos entre as forças políticas e econômicas externas e internas à região, criando, assim, as condições para o avanço do capitalismo a partir do Sudeste, na busca de superação do atraso em que submergia a economia regional. Foram esses novos arranjos que tornaram possível à implementação, com relativo êxito, do projeto de modernização industrial iniciado com a Sudene nos anos 60, continuado com os militares nos anos 70, e com os neoliberais nos anos 90.

Nessa perspectiva, não houve, no caso específico da industrialização aqui ocorrida, uma simples transposição do modelo paulista de desenvolvimento. Diferentemente do que ocorrera no Sudeste, nesta região a industrialização foi implantada, em grande parte, com capital e empresários de fora e com o decisivo apoio do Estado nacional e regional. Associado ao poder público, estes empresários, e, por vezes, o Estado, individualmente, implantaram um modelo industrial oligopolizado, que deixou de fora expressivas forças econômicas regionais. Esse projeto de modernização definido para o Nordeste, caracterizado, também, por um elevado coeficiente de capitalização; pelo emprego de tecnologias avançadas; com abundância de mão-de-obra, advinda do campo; e baixos salários pagos aos trabalhadores, por sorte, incorporados a esse novo processo de modernização, reforçou a natureza peculiar dessa industrialização.

Numa observação mais geral e na busca de características próprias às transformações, aqui ocorridas, pode-se destacar o seguinte: 1- A classe média nordestina foi formada principalmente por imigrantes e funcionários públicos. Aqueles, empregados qualificados, atraídos pelas novas indústrias implantadas e os funcionários do Estado, filhos, em sua grande maioria, das oligarquias estaduais, mas no geral, a serviço do novo movimento de modernização econômico; 2 – a indústria baseada numa tecnologia avançada e, portanto, poupadora de mão-de-obra, não possibilitou a criação de uma classe operária vigorosa; 3 – estando o processo de modernização integrado ao mercado nacional, não houve pressão para que fosse criado um mercado consumidor regional. A esse respeito OLIVEIRA (1977, p. 114) afirma que: “[...] a estrutura industrial [implantada no Nordeste] não é função de um mercado regional, mas função do mercado nacional mais amplo”. Este fato pode, em parte, ser responsável pelo enfraquecimento da luta em torno da reforma agrária. Prevalecendo, nesse ponto, a ótica das forças

conservadoras, ao incentivar a atração da população rural para as cidades; ao implantar projetos agrícolas privados, como foi o caso da implementação de ações modernizadoras, com a produção da fruticultura irrigada para exportação, a partir dos anos 70, e de projetos de colonização agrícola apoiados pela Sudene, como serve de exemplo o projeto do “Baixo Açu”, implantado no RN nos anos 80, deixando a estrutura fundiária intocável.⁷

Este modelo de modernização, implantado no Nordeste a partir dos anos 60 amainou as lutas sociais no campo, canalizando as ações políticas para um projeto industrializante, sem alterar a estrutura agrária vigente. Nessa direção, o movimento camponês e de trabalhadores rurais foi fortemente reprimido, sendo, em seguida, enquadrado no pacto populista, característico do modelo nacional desenvolvimentista, então dominante. Rompido esse pacto em 1964, esse movimento é desarticulado, firmando-se, de vez, a proposta de modernização capitalista no campo, articulada por três eixos principais de ação: crédito rural e política de preços mínimos; aplicação da ciência e da tecnologia, através de uma política de estímulo à industrialização rural; expansão da área de produção, sob o comando das empresas privadas e estímulo a programa de colonização para ocupar terras públicas, deixando, assim, intocada a estrutura fundiária, situação que pouco se modificou até os dias atuais. (BASTOS, 1984; CARVALHO, 1987)

Pode-se afirmar, então, que os atores sociais defensores da modernização econômica sob a lógica do capital, foram capazes de integrar à economia do Nordeste e do Rio Grande do Norte a economia nacional e que esta integração se deu concomitante à formação do mercado nacional. No entanto, esse processo não significou a eliminação das especificidades regionais, ligadas ao desenvolvimento desigual do Brasil. Foram essas características que requereram a presença dos fatores políticos na promoção da modernização, sendo o Estado um elemento central no processo de construção de uma grande conciliação entre os tradicionais grupos dominantes regionais e os grupos modernizadores nacionais e regionais emergentes. O Estado foi, nesse sentido, o instrumento de auto-afirmação e de dominação de classe a nível nacional e regional. Ele foi requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e para a aceleração do crescimento e da modernização econômica no Brasil, no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Foi o Estado nacional articulado a grande empresa nacional e multinacional com o apoio das agências internacionais, nacionais e regionais de financiamento, que criaram as condições e definiram os limites para os empresários nacionais, regionais e locais promoverem a modernização econômica, pela via da industrialização, em seus espaços de atuação.

⁷ Estas questões para o Brasil foram debatidas em VELHO (1976) e CAMARGO (1981).

Esse é o sentido que norteia a investigação, aqui proposta, ou seja, foi o Estado nacional, articulado ao capital privado nacional e internacional, com a adesão de setores ligados economia e à política local, que lutou pela implantação de uma moderna indústria química e petroquímica no Rio Grande do Norte, entre os anos 70 e 90 do século XX.

7 A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE: A INCESSANTE LUTA PELA MODERNIZAÇÃO

7.1 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Como vimos, a modernização econômica sob a ótica do capitalismo foi a solução adotada para superar o atraso econômico do Nordeste e do Rio Grande do Norte. Ela foi conduzida por um reduzido grupo social, com base numa estratégia de aproveitamento de recursos naturais, na atração de capital de fora do estado e no emprego de novas tecnologias, também importadas.

Como a modernização econômica não ocorre de forma homogênea, ou seja, não se verifica da mesma forma em todos os lugares, não sendo igualmente **inevitável**, constituindo o horizonte mais provável das economias atrasadas, cumpre investigar a trajetória da modernização na agricultura e na indústria aqui ocorrida, no sentido de demonstrar os caminhos tomados, tornando evidentes as condições que dificultaram ou facilitaram a tarefa dos atores sociais de fazer avançar essa modernização.

7.1.1 A modernização da Agricultura no Rio Grande do Norte

As lideranças responsáveis pelo processo de desenvolvimento pela via da modernização da agricultura em análise, desenvolvido a partir da primeira metade do século XX, conviveram com uma cultura agrícola diversificada como algodão, milho, arroz, feijão, mandioca, cana de açúcar, cera de carnaúba e criação de animais (bovinos, ovinos e caprinos), caracterizada, principalmente, por um baixo nível de renovação dos processos de produção, com o emprego de tecnologia rudimentar e uma infra-estrutura material de apoio precária, articulada, basicamente, às demandas do mercado local, exceto o algodão, que se destinava, em grande parte, ao mercado do Centro-Sul do Brasil e do exterior.

O Estado foi um ator central na promoção da modernização da nossa agricultura. Na primeira metade do século XX, ele se fez presente através do apoio à mecanização da produção do açúcar (TAKEIA e LIMA, 1987); a desobstrução de canais nos vales úmidos do litoral (FERNANDES e COSTA, 1992); a construção de uma infra-estrutura de estradas de ferro e de rodagem (CARVALHO FILHO, 1976) e a construção de açudes, barragens e poços (DANTAS b, 1979); (CARVALHO

FILHO, 1976); (DANTAS a, 2001); (SOUZA, 1983); (DUQUE, 1980); (GUERRA e GUERRA, s/d); (SÁ b, 2003).

Num segundo momento, notadamente, após os anos 70, a economia rural acelerou o seu processo de integração ao mercado nacional e internacional, adotando como estratégia o cultivo de novas culturas agrícolas, amparada por uma tecnologia de produção moderna. As ações do Estado, nesse momento, se voltaram para o fomento às modernas culturas a base da irrigação, com destaque para a produção do melão, manga, banana, mamão e caju, e, requereu, para isso, a continuação da política de perfuração de poços tubulares e construções de grandes barragens nos vales úmidos do Açu, Apodi e Upanema; ao cultivo de camarão; e o apoio à pecuária.

Para o entendimento dos caminhos percorridos pela modernização da agricultura no Rio Grande do Norte, vamos apresentá-la em dois períodos históricos. O primeiro que vai do início do século passado com a criação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas – IFOCS, em 1904 aos anos 60, quando predominaram as políticas hidráulicas (FERNANDES e COSTA, 1992). O segundo, quando tiveram início nos anos 70, as políticas de irrigação, com o uso mais intensivo de modernas tecnologias nos processos de produção.

Iniciemos a exposição dessa primeira fase com Manoel Dantas, estudioso das questões relacionadas à modernização do campo, que após percorrer, em 1901, os sertões secos do RN, proclama⁸: “Si as condições e a riqueza do solo sertanejo, quando fertilizado, pela água em abundância, fossem conhecidos extra muros, acredito já se teriam formado companhia para explorar a grande açudagem, como uma das empresas mais lucrativas do paíz”.(DANTAS a, 2001, p. 131).

Embora, com frágil articulação interna, no seu início, por falta das estradas - rodovias e ferrovias - e de comunicação entre as áreas produtivas, os defensores da modernização da agricultura ajudaram a construir um imaginário positivo em relação às possibilidades de mudanças na economia do Rio Grande do Norte. Esse imaginário, construído no decorrer do século XX, em relação à agricultura, tem como base material de sustentação as potencialidades naturais aqui existentes. É essa base material que justifica as proposições dos estudiosos da economia rural, em direção aos projetos de modernização em discussão. Com essa percepção, o engenheiro agrônomo Garibaldi Dantas afirma, em 1920, que: “Do que vi na região que visitei, durante a época mais intensa da seca, tirei a conclusão de que o Rio Grande do Norte tem capacidade para se tornar um dos estados mais prósperos da União, quando forem aproveitadas todas as suas fontes de riquezas”. (DANTAS, 1979, p. 113). Esse tipo de resposta

⁸ Foi mantida a grafia original do texto citado.

às dificuldades econômicas do RN, na primeira metade do século XX, onde era reconhecida a sua fragilidade em relação à infra-estrutura, ao tempo em que, eram ressaltadas as potencialidades em recursos naturais, ajudava a formar a idéia de que sendo essas riquezas devidamente aproveitadas poderiam transformar a realidade sócio-econômica do povo, reforçada, ainda, por Garibaldi Dantas ao defender as qualidades das nossas terras e ao propor um projeto de organização de uma agricultura modernizada pelas técnicas da irrigação. Assim, ao destacar as qualidades do solo potiguar para a agricultura, enfatiza: “Tudo que nella se lança germina com uma facilidade incrível, numa progressão estonteante de 01 para 100. Deante desta terra-máter dadivosa, o sertanejo esquece as tragédias passadas, corre uma esponja sobre lembranças dos dias ardentes e repousa indolentemente na abundância e na tranqüilidade dos dias bons”. (DANTAS, 1979, p. 61). Com o mesmo otimismo em relação ao emprego de novas tecnologias na produção agrícolas, nesse mesmo período, Dantas observa:

Nos mezes de inverno transmudam-se completamente as condições da chrysallida pardacenta, e, de uma terra adusta surge uma palpitação de azas verdes, num ímpeto seivoso extraordinário.

O sertão é agora um vasto pomar, como o disse um célebre escritor.

É por essa duplicidade de aspectos que o sertão não repelle, não desune, não afasta, como o fazem o deserto: não ostentasse elle esse reverso extraordinário de ubertozidade, e seriam inúteis quaisquer medidas tendentes a melhorar o sertão; é, porém, a certeza da fertilidade das suas terras, quando irrigadas, que garante toda e qualquer iniciativa, grande e pequena, no sentido de melhorar o grande problema. (DANTAS, 1979, p. 94).

Com essa confiança e com o propósito de avançar na sistematização de um projeto destinado a promover a modernização da agricultura e da indústria, foi realizado, em 29 de janeiro de 1930, em Natal, o I Congresso Econômico do Rio Grande do Norte, sob a presidência de Juvenal Lamartine e com a presença, nas comissões de estudos e debates, das principais lideranças da política, da economia e da cultura local. A organização desse congresso e os temas sob a responsabilidade de cada comissão indicam a segura opção de se promover a modernização da economia do RN nesse momento. Seus idealizadores estavam interessados na racionalização e no aprimoramento das principais culturas agrícolas e na industrialização de matérias primas locais e na criação de uma infra-estrutura que possibilitasse a sua viabilidade econômica. As comissões criadas deixam evidentes essas preocupações, vejamos: comissão da pecuária, comissão do algodão, comissão da agricultura geral, comissão do sal, comissão de vias e comunicação e comissão de organização municipal. Os itens

constantes nos temários discutidos em cada comissão sintetizam a relevância conferida à organização racional das atividades produtivas, principalmente, no campo. (CARVALHO FILHO, 1976).

Mesmo com o intenso esforço promovido pelas lideranças locais em torno do avanço da modernidade, nos anos 40 e 50, a economia do RN ainda vivia sob a sombra dos algodoads e nos limites dos currais de gado. O gado, nos anos 50, era o produto animal com maior participação na economia rural com 64% da produção, voltado para o consumo das populações locais e o algodão participava com 46% entre os produtos agrícolas, destinados à exportação. (AZEVEDO, 1961). Porém não se descuidava dos projetos modernizadores que rompessem com essas restrições econômicas. Como a política de desobstrução e aproveitamento dos vales úmidos para a produção de alimentos, defendida por Aluizio Alves em 1953, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados:

O Rio Grande do Norte tem mais de vinte vales úmidos, cuja queda pluviométrica varia de 1.600 a 1.800 milímetros anualmente, vales fertilíssimos para a produção contínua de cereais, de cana de açúcar, etc. Pois bem, 26.000 ha dessas terras estão saneados pelo Departamento Nacional de Saneamento, e mais de 16.000 hectares inteiramente disponíveis para o cultivo imediato. No vale seco do Açú, com água a quatro metros do sub-solo, temos, disponível para o trabalho agrícola, 18.000 ha. E até hoje esses vales continuam abandonados, mercê de planos de emergência que não se efetivavam, e mesmo eles estariam em condições de abastecer amplamente o Estado e outras regiões do Nordeste. (ALVES, 1953, p. 3).

Além das reivindicações por uma economia agrícola racionalizada, os defensores desse projeto lutavam pela implementação dos meios de comunicação, através da edificação das estradas de ferro, de rodagem e da criação de agências de correios, como suporte para a construção de um cenário econômico diferente daquele reinante na primeira metade do século XX.

A luta pela modernização ocorrida na primeira metade do século passado, continua na segunda metade desse século com Aluizio Alves, ao implementar, entre os anos de 1961-65, agora, como Governador, determinadas políticas públicas. Esse governo desenvolveu ações nas áreas da educação e da cultura, que responde a um dos requisitos da modernização enfatizado por (BENDIX, 1996), implementando com recursos da Aliança para o Progresso, o Instituto Presidente Kennedy para formação de professores e o colégio de primeiro e segundo grau Winston Churchill; e ao criar a “Fundação José Augusto” e, através desta instalar dois cursos superiores: um em Jornalismo e outro em Sociologia e Política. Merecem destaque, ainda, as ações executadas por Aluizio de melhoria da infra-estrutura material, com prioridade para a construção de estradas de rodagem, tornando possível a comunicação entre as regiões do estado, facilitando, assim, a circulação de mercadorias entre essas

regiões. Acelerando, como consequência, o processo de integração do território e da economia potiguar. Evidencie-se, ainda, entre as ações modernizadoras do governo de Aluizio, a criação da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Norte – Cosern; a Companhia de Água e Esgoto do RN – Caern, a Telefônica do RN – Telern, além da Comissão Estadual de Desenvolvimento (CED). Este conjunto de iniciativas estava articulado às políticas de integração econômica emanadas do Estado nacional definido a partir dos anos 50 e 60 do século XX, simbolizadas, na região Nordeste, pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, principalmente. (TINOCO, 2005; TRINDADE, 2004).

Retomando a linha de interpretação teórica sobre a modernidade esboçada por BENDIX (1986) onde a intervenção do Estado na economia e a prioridade concedida à educação se constituem em importante fator para a conquista da modernização nos espaços econômicos atrasados, observa-se a sintonia do governo de Aluizio Alves com esse pensamento, ao executar ações que contribuíram para a construção de um cenário favorável ao avanço do processo de modernização da economia norte-riograndense, nos anos 60 do século passado.⁹

Esse projeto de modernização avança com as políticas econômicas adotadas pelos governos militares no decorrer dos anos 70. Agora com o Estado mais estruturado e com melhores condições de exercer influência sobre os rumos da modernização econômica em andamento.

Assim é que, sob o mesmo argumento de retirar a economia do atraso, reduzindo a pobreza e o desemprego das populações da cidade e do campo, através do planejamento estatal e do emprego de modernas tecnologias na produção, os governos militares adotaram a concepção do desenvolvimento regional privilegiando a ocupação e a exploração sistemática dos recursos disponíveis e a expansão e integração da produção e dos mercados regionais, buscando a conformação e a consolidação de uma divisão inter-regional do trabalho que favorecesse a maximização global do crescimento econômico e a consecução do que os governantes definiam como os grandes objetivos nacionais. (CARVALHO, 1987). No Rio Grande do Norte, o Governador indicado pelos militares, José Cortez Pereira de Araújo (1971-1974), em consonância com a concepção adotada pelos militares pode ser destacado ao definir

⁹ Existem alguns textos de referências sobre aspectos diversos do governo de Aluizio Alves. Entre estes textos destacam-se: ALVES, Aluizio. Aluizio Alves – o que eu não me esqueci. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial LTDA, 2001. 240 p. TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Aluizio Alves – populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2004. 296 p. FELIPE, José Lacerda Alves. Imaginário, Política e Território – O Imaginário Nacional–Desenvolvimentista no Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN. 1997. TINOCO, Dinah dos Santos. Trajetória do Planejamento no Rio Grande do Norte: 1961- 2004. In. Políticas e Gestão Pública – Recorte da Realidade do Rio Grande do Norte. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005, p. 9-31. FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206 p.

políticas públicas de fomento à modernização desse setor. Esse governo, como fizera Aluizio Alves, buscou, para implementação de sua proposta de modernização na agricultura, o apoio do capital internacional através de agência de financiamento como o Banco Mundial. Essa instituição financeira internacional se apresenta concedendo empréstimo, US\$ 184. 804.700,00¹⁰, com esse objetivo, uma soma expressiva para á época, destinados ao financiamento de grandes projetos de modernização agrícolas, em diversas regiões do estado, sintetizados nas propostas modernizadoras de Cortez Pereira, através do Rural-Norte.¹¹

Ao fazer um relato às autoridades do governo federal sobre as potencialidades da agricultura e sobre as oportunidades de se implantar um conjunto de ações modernizadoras na agricultura, Cortez Pereira de Araújo apresenta os seguintes argumentos:

Abri um mapa do Rio Grande do Norte e mostrei a distribuição geográfica dos cinco projetos: o primeiro, na Chapada do Apodi com 105.000 ha.; [para plantio de cajueiro] no limite com o Ceará; o segundo, Serra do Mel com 62. 000 ha.; [para plantio de cajueiro] o outro, no Mato Grande, perto de Jandaíra, com 89.000 ha.; [para plantio de coco] Boqueirão, em Touros com 10.000 ha.; [para plantio de coco] e o último, de frutas tropicais, em Canguaretama, no limite com a Paraíba, com 30.000 ha. (ARAÚJO, 1987).

O entusiasmo do então governador, em relação à criação de pólos agrícolas modernizados e, por isso, indutores de mudanças nos processos de produção na agricultura, era tal que este chegou à conclusão de que: "A miséria do campo impunha a necessidade de uma reformulação fundiária, tornando proprietários agricultores sem terra, que se tornariam industriais da sua produção e exportadores de produtos industrializados. Assim, seriam agregados ao mercado populações sem qualquer poder de compra, isto é, seria criada uma classe média rural".(ARAÚJO, 1987, p. 243-244).

É de se notar a acentuada presença do capital internacional nos processos de modernização, tanto no governo de Aluizio Alves (1961-1965) como no governo de Cortez Pereira (1971-1975). O primeiro negocia com o governo norte-americano, através da Aliança para o Progresso, um programa de apoio à educação, e de organização de infra-estrutura material indispensável ao avanço da modernização econômica. Com a mesma pretensão, dez anos depois, Cortez Pereira vai à busca do apoio do Banco Mundial, para promover ações modernizadoras no campo.

10 Esses recursos, 50% vieram do Banco Mundial; 45% do Governo Federal e 5% do Governo do Estado. Cortez Pereira, (1987:245).

11 O Rural-Norte reunia as idéias do governador Cortez Pereira de Araújo, destinado a promover a modernização do campo no Rio Grande do Norte, na primeira metade dos anos 70. (ARAÚJO, 1987).

Ao lado da implementação de ações coordenadas pelo Estado na direção das inovações tecnológicas no setor agrícola, tivemos, também, no decorrer dos anos 70, o envolvimento de empresas privadas nas tarefas de implantação de projetos agrícolas mecanizados. Estas empresas, então direcionadas para o cultivo de frutas tropicais para exportação, com o emprego de tecnologias apropriadas à irrigação, contou com incentivos fiscais e financiamentos públicos na implementação dos seus projetos. No comando dessas ações destacaram-se três grupos privados locais: o grupo da Maisa, representado por José Nilson de Sá, empresário da construção civil; o grupo da Frunorte, à frente Manoel Dantas, profissional liberal da área da saúde; e o grupo Maia, controlador da Fazenda São João (Tarcísio Maia, governador do Rio Grande do Norte indicado pelo regime militar 1975-1979, e sucessor de Cortez Pereira de Araújo). Tendo como suporte terras férteis e água em abundância, além de isenções fiscais, esses grupos foram responsáveis pela implantação de grandes projetos agrícolas. Aproveitando a disponibilidade de crédito destinado à agricultura, transformaram, assim, um cenário econômico de atraso tecnológico a que, ainda, estava submetida à agricultura sertaneja do semi-árido norte-rio-grandense, nos anos 70 do século passado, em uma economia agrícola modernizada.¹²

O empresário José Nilson de Sá, sócio-fundador da Maisa¹³, expressa da seguinte forma as condições em que se deu a criação dessa empresa:

Geraldo Rola [seu sócio] foi a Israel e voltou para comandar o processo de agricultura irrigada na MAISA. Estudioso no assunto conhecia o poder de fotossíntese da região, da fertilidade das terras, do potencial hídrico da bacia potiguar (estudado por técnico da Petrobrás, do Projeto Radam Brasil, e pelo IPT de São Paulo), optando, imediatamente, pela cultura do melão, cuja resposta superou as expectativas. (SÁ, 2003, p. 217).

¹² A nível nacional, especialmente nos anos 80, pós-regime militar, no governo da Nova República presidido por José Sarney (1985-1990), foi criado o Programa de Irrigação do Nordeste-Proine que identificou na chapada do Apodi, entre o Rio Grande do Norte e o Ceará 300 mil hectares de terras férteis próprias para a cultura irrigada. Numa primeira fase, o Proine propunha irrigar quarenta mil hectares de terras nessa área. Vinte anos depois, o Engenheiro Agrônomo e ex-deputado federal Carlos Alberto Rosado, informa que o Rio Grande do Norte dispunha em 2002 de 2,7 bilhões de metros cúbicos de água acumuladas na barragem Armando Ribeiro Gonçalves no vale do Açú e do Upanema que possibilitaria a irrigação de 25 mil hectares de terras localizadas na chapada do Apodi. No ano de 2005, o Rio Grande do Norte tinha irrigado aproximadamente 20 mil hectares de terras.

¹³ MAISA - Mossoró Agroindústria S.A. Foi uma empresa criada em 1973, sob a direção de um grupo de empresários da construção civil, associado a políticos locais, destinada ao plantio do cajueiro, para a retirada do fruto da castanha, além do cultivo do melão. Localizava-se em terras férteis da chapada do Apodi, na Região Oeste do estado do Rio Grande do Norte. Esta empresa manteve-se no mercado de produção e comercialização de frutas tropicais por 31 anos sendo considerado um empreendimento modelo. Em 2004, endividada, foi à falência, sendo incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária, constituindo, hoje, três assentamentos de trabalhadores rurais, ligados ao MST e a Fetarn.

Essa empresa pioneira no uso de modernas tecnologias na produção de frutas tropicais, e considerada, posteriormente, como modelo nessa área, tinha suas ações direcionadas, principalmente, para o plantio do cajueiro para extração da castanha, e o cultivo de melão, ambos destinados à exportação. Com o seu pioneirismo cumpria uma reivindicação das elites locais que reclamaram ao longo do século XX por ações modernizadoras no campo.

Os debates promovidos por estudiosos da modernização da agricultura no Rio Grande do Norte, desde o início do século passado, aliados a iniciativas empresariais, somados a implementação de projetos de colonização e de irrigação agrícolas sob a direção do próprio Estado e ao conhecimento das propriedades do solo potiguar, criaram um ambiente propício aos investimentos nesse setor, contribuindo, assim, para as inovações tecnológicas ocorridas no campo nesse período. Então, essa modernização só se tornou possível pelas políticas de financiamento definidas pelo Estado, pelas potencialidades naturais aqui existentes e pela introdução de novas culturas e de modernas práticas agrícolas.

Ao lado das políticas definidas para esse setor, possibilitando o avanço do projeto de modernização do campo, destacam-se a ampliação da infra-estrutura (desobstrução dos vales úmidos, construções de açudes e barragens, rodovias e ferrovias), a disseminação de conhecimentos técnicos e científicos, através da criação de Escolas Agrícolas, como a Escola de Jundiá e a de Ceara Mirim.¹⁴ Esse conjunto de ações em busca da modernidade no campo tinha como justificativa a superação da seca e a redução da pobreza. Algumas dessas ações, do ponto de vista simbólico, iam além de certas orientações intelectuais mais gerais, como o racionalismo esclarecido ou o positivismo, elas se preocupavam com problemas concretos de determinados grupos sociais.

Vale destacar, no entanto, os limites dessas ações, ao não propor mudanças na estrutura fundiária e do poder político oligárquico dominante, restringindo, assim, a participação de amplos setores das populações rurais mais pobres nesses processos. Estas questões (a estrutura fundiária, o controle do poder político local, e a participação dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais) estavam ausentes da pauta dos debates, então realizados. Os grupos promotores das ações direcionadas à modernização da agricultura: a alta burocracia estatal, profissionais liberais, empresários urbanos, para serem vitoriosos tiveram que se conciliar com os grupos tradicionais (grandes proprietários rurais, políticos oligarcas e demagogos), mantendo a ordem política e a estrutura fundiária vigente,

¹⁴ A modernização da agricultura do RN estava em conexão com os projetos de transformação do campo levado a cabo, nos anos 70 e 80, pelo governo federal através do Polonordeste, Proterra e projeto Nordeste.

conseguindo, com essa estratégia, a adesão do Estado e a coesão das forças políticas dirigentes, além de submeter os intelectuais aos seus interesses e manter intocado o analfabetismo e a desmobilização das massas do campo.

Ao final, pode-se afirmar que a modernização do setor agrícola no Rio Grande do Norte, como encampada por suas elites – econômicas, políticas e intelectuais - no decorrer do século XX, pode ser considerada vitoriosa, adquirindo celeridade a partir dos anos 70 com uma forte presença do Estado, através de políticas dirigidas a esse setor. Com a participação do setor privado local, nacional e internacional, chegou-se ao mercado consumidor nacional e mundial com a oferta de uma diversificada pauta de frutas tropicais, aqui produzidas.

O processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Norte, de acordo com informações oriundas de fontes distintas e representando momentos históricos diferentes, pode ser ilustrado, com dados e observações, transcritas a seguir.

O Professor de economia João Matos Filho, em artigo publicado pelo Jornal “O POTT” de 21 de janeiro de 1996, afirma que:

Algumas atividades que se transformaram em campo de investimento para os capitais urbano-industriais e que utilizaram a infra-estrutura e os incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo Estado, não somente se modernizaram como também apresentaram elevado índice de crescimento na produção e na produtividade. As plantações de cajueiros, que nos anos 70 representavam pequenos cultivos domésticos, dispersos alcançando 54,7 mil hectares em 1985, passando para 127,7 mil hectares em 1992. A área cultivada com coqueiro era de aproximadamente 20 mil hectares em 1985, pulou pra aproximadamente 35 mil hectares em 1992. (MATOS FILHO, 1996).

Confirmando o que afirma Matos Filho, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA - RN, em documento intitulado “Perfil do Estado do Rio Grande do Norte”, no capítulo denominado “Aspectos Econômicos” no item Fruticultura, elaborado em 2002, a página 57, se lê:

O Rio Grande do Norte dispõe de excelentes condições para a prática da fruticultura tropical irrigada. A elevada insolação, as terras férteis localizadas nas regiões do Vale do Açu e Chapada do Apodi e a água abundante em pleno clima semi-árido colocam o Estado numa posição privilegiada para o desenvolvimento dessa atividade. Com a introdução de modernas tecnologias que refletem em ganhos de produtividade, o setor vem aumentando gradativamente sua participação na economia estadual. As baixas precipitações ocorridas na região em períodos de secas, ao contrário do que ocorre com as culturas de sequeiro, beneficiam a

fruticultura irrigada. Dentro desse contexto, o melão é a cultura de maior expressão na economia regional, sendo sua produção destinada quase que exclusivamente ao mercado internacional. As exportações desse produto totalizaram em 2001 US\$ 26,0 milhões, representando um acréscimo de 26,5% em relação ao ano anterior e participando com 14% de todo o valor comercializado para o exterior durante o ano. Outro produto que tem apresentado uma expansão significativa é a banana. Inicialmente tida como cultura de subsistência e voltada para o mercado interno, vem modificando essa característica, passando a ser produzida em áreas irrigadas e transformando-se no segundo produto em importância do pólo fruticultor do Estado. Em 2002, as exportações tiveram um crescimento de 20% em relação a 2001, alcançando o montante de US\$ 6,6 milhões. As demais culturas que utilizam a irrigação, algumas como a manga, o mamão, e a melancia tem apresentado resultados satisfatórios, com perspectiva de uma maior participação nesse ramo de atividade voltada para o mercado externo. (GOVERNO DO ESTADO-RN, 2002, p. 57).

Atestando essa dinâmica, as culturas à base da irrigação se consolidam no cenário agrícola do Estado, dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, relativos a 2004 e 2005, deixam claro o desempenho das exportações das frutas tropicais produzidas no RN.

Entre janeiro e setembro de 2005 foram exportados US\$ 25,7 milhões de melão, contra 19,9 milhões em igual período de 2004, (crescimento de 28,8 por cento). Com a castanha de caju o resultado foi ainda mais satisfatório: de US\$ 23,8 milhões houve um pulo para US\$ 32,9 milhões (38,4 por cento de aumento) com o preço médio do Kg do produto também apresentando valorização em dólar: de US\$ 3,75 para 4,73 (26,1 por cento) em relação à cotação do ano passado. As exportações de manga e melancia foram as que tiveram as melhores taxas de expansão: 290 e 152 por cento, respectivamente. O faturamento com manga saiu de US\$ 586 mil para US\$ 2,283 milhões, enquanto com a melancia foi de US\$ 866 mil para US\$ 2,183 milhões, com a cotação dessas frutas se valorizando em mais de dez por cento do ano passado para cá. Banana e cera de carnaúba, ambos produtos saídos do Vale do Açu, obtiveram crescimento nas remessas para o mercado externo superior a trinta por cento e seus preços em dólar se mantêm estáveis, com pequena valorização. As vendas de bananas passaram US\$ 10,3 milhões para 14,1 milhões. E as de cera de carnaúba subiram de 3,5 pra 4,6 milhões. (SÁ, 2005, p. 3)

O desenvolvimento desse projeto de modernização, além de assegurar a renovação tecnológica dos processos produtivos, de introduzir culturas agrícolas diversificadas, de acelerar o crescimento da produção das áreas cultivadas, e de promover a conquista do mercado internacional (Estados Unidos e Europa, principalmente), produziu profundas mudanças no controle da terra e no uso da água e concentrou nessas áreas dinâmicas da economia agrícola, controlada por grandes grupos econômicos, os incentivos concedidos pelo Estado para esse setor. As terras e a água passaram, em grande parte, para o domínio dos grandes grupos internacionais e nacionais como as norte-americanas Delmonte e

Calliman, localizadas no vale do Açú e direcionadas ao plantio de frutas para exportação; estando em negociação com a empresa Paires Exportações e Importações Ltda. controlada pelo empresário Guilherme Doiny, 15.227 hectares de terras, também, no Vale do Assu, de propriedade da tradicional família Montenegro, que seria destinada, também, ao cultivo de frutas tropicais para exportação, afastando, assim, gradativamente, os grupos familiares e os empresários locais do controle das terras e da água desse vale.(SÁ, 2004). Esse novo modelo de ocupação das terras férteis, nos vales úmidos potiguares, redefine o uso das águas acumuladas em grandes barragens construídas com recursos públicos, regando, agora, a acumulação do capital internacional, em pleno semi-árido do Rio Grande do Norte e não gerando, por conseguinte, uma dinâmica econômica favorável nos espaços onde estão localizadas, ao manter os trabalhadores e as populações que vivem em seu redor em profundo estado de pobreza. Em 1995, a Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte divulgou o estudo: POBREZA NO RIO GRANDE DO NORTE – condicionantes sócio-econômicos onde afirma que:

Indicadores de incidência da pobreza revelam que 46% das famílias do Estado estão constituídas de indigentes. Consideram-se indigentes aqueles indivíduos cuja renda permite, no máximo, adquirir uma cesta básica de alimentos, vivendo, portanto, num estado de privação alimentar, que as coloca no limiar da sobrevivência biológica. Em números absolutos, significa que 1,1 milhão de pessoas vivem nessa situação. Excluindo-se Natal, ou seja, considerando-se apenas o interior do Estado, esse índice atinge 52% em média. (GOVERNO, 1995, p. 9-10).

7.2 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PELA VIA DA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL: O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE

O segundo projeto de modernização, esboçado de forma mais sistemático para o Rio Grande do Norte, a partir da década de 70, tem como foco principal a organização de uma economia industrial, apoiada pelo Estado e respaldada na existência de abundantes recursos naturais. Com destaque para as ações destinadas à implementação de uma indústria têxtil, de tungstênio, do sal e do petróleo. Esse projeto, apoiado por nossas elites, tem no Estado o elo que conjuga os interesses dos diferentes grupos econômicos, internos e externos à região, com a intenção de inserir determinadas atividades econômicas na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Pode-se afirmar que existia e existe um conjunto de fatores favoráveis ao avanço da industrialização no Rio Grande do Norte. Desde a abundância de recursos naturais, à existência de um mercado consumidor de insumos básicos a nível nacional e internacional nas áreas da química, da petroquímica e da mineração; passando pela existência de um Estado nacional e sub-nacional determinados a incentivar a transformação de uma economia baseada na produção de matérias primas para exportação em uma economia industrial modernizada aos interesses de determinados grupos sociais por essa modernização.

Atento às experiências de modernização econômicas, anteriormente discutidas, pretende-se caminhar no sentido de entender como um espaço econômico regional foi parcialmente modernizado. Sendo caracterizado, de alguma forma, pela continuidade de grupos tradicionais, em algumas áreas da economia e pela permanência das lideranças políticas tradicionais no interior do aparelho de Estado. Sem desconhecer as divergências políticas e os interesses econômicos contraditórios, entre esses grupos, pode-se afirmar que o avanço da modernização econômica, aqui ocorrida, não criou as condições que possibilitassem aos empresários “modernos” locais e aos trabalhadores urbanos se imporem como alternativa de poder aos grupos políticos articulados às velhas estruturas de dominação política e econômica. Quero dizer com essa afirmação que os empresários do Rio Grande do Norte, ao contrário do que ocorreu no Ceará nos anos 80 e 90¹⁵, não conseguiram controlar o aparelho de Estado. Eles continuaram coadjuvantes, apoiadores, financiadores dos processos de escolha de dirigentes de extração oligárquico-tradicional e, nessa condição, participavam do poder. Ainda nas décadas de 1970-90, o Estado continuava submetido ao controle, alternativamente, de líderes oriundos das estruturas oligárquicas sustentadas pela ditadura militar instalado no Brasil após o golpe militar de 1964, ou líderes eleitos democraticamente em alianças com aqueles grupos. As formas de controle do poder político por estas duas vias não abriram espaços para a organização dos trabalhadores, e o

¹⁵ No Ceará foi criado, na década de 80, “O Pacto de Cooperação” um movimento de renovação política comandado por Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Amarílio Macedo oriundos do Centro Industrial do Ceará-CIC. Esse movimento se propunha organizar a sociedade civil em torno de um projeto político e econômico de modernização em contraposição às políticas clientelísticas adotadas pelas velhas oligarquias cearenses representadas pelos coronéis César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra. Para Josênio C Parente, esse Pacto de Cooperação era “um movimento informal de parceria entre a sociedade e o governo com vista ao desenvolvimento sustentado”. Cf. Parente, Josênio C. Fé e a Razão na Política - Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses. 2000. Linda Maria de Pontes Gondim questiona o processo de renovação política ocorrido no Ceará sob o comando de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, notadamente, nos aspectos de mudanças ocorridas na relação entre o Estado e a Sociedade civil, especialmente, no tocante ao modelo de gestão e as políticas públicas direcionadas à educação e à saúde. Cf. GONDIM, 1998. Das três lideranças que comandaram esse movimento, duas assumiram o governo do Estado do Ceará, tornando-se, posteriormente, figuras influentes no cenário político nacional, como Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

fortalecimento das entidades patronais, transformando o Estado, e não o mercado, no interlocutor principal do debate sobre o desenvolvimento.

Estrategicamente, os grupos econômicos locais, tradicionais, apoiaram a modernidade econômica, prolongando, por essa via, suas presenças em alguns setores vitais da economia. Desse modo, a partir de políticas definidas pelo Estado nacional ou sub-nacional participaram diretamente dos projetos de modernização, principalmente aqueles empreendimentos que utilizavam recursos naturais ou ambientes naturais favoráveis, ligados à agricultura e aos serviços. Como exemplos podemos citar a pecuária, beneficiada por um programa de distribuição de leite bancado com recursos públicos oriundos do governo do Estado, onde os agentes econômicos locais detinham o controle das fazendas de gado, das terras e das usinas beneficiadoras desse produto. (SÁ, 2000, p. 4).; o cultivo de camarão em viveiros, onde, igualmente, detinham o controle das terras e de tecnologias, inicialmente bancado pelo Estado (GOVERNO, 2001); as culturas irrigadas do melão, da manga, da banana, do mamão, que, além de controlarem as terras, contavam com financiamento público (SANTANA, 1997); o turismo, ao contarem com o decisivo apoio do Estado, ao receber, deste, por doação, valiosos terrenos em espaço nobre do litoral, como os da Via Costeira, em Natal, além de financiamentos para a construção de hotéis (CAVALCANTI, 1993), lembrando ainda dos benefícios advindos da organização de uma razoável infra-estrutura em forma de estradas, de energia elétrica e construção e reestruturação de portos e aeroportos. Porém, vale salientar que esses grupos econômicos não conseguiram comandar, como ocorrera no setor agrícola e de serviços, a implantação de uma indústria moderna, como a indústria têxtil e de confecção, de mineração-tungstênio, do sal e do petróleo.

No caso da indústria salineira, de maior interesse para esse trabalho, os empresários nacionais e locais detiveram ao longo de algumas décadas expressiva participação nesse setor, perdendo essa condição com o advento da mecanização das salinas¹⁶. São as empresas multinacionais que assumem o controle do processo de modernização direcionado a essa indústria. Podendo-se afirmar que, na primeira manifestação de modernização, no ramo da produção do sal, os grupos econômicos locais

¹⁶ Quem comandava a indústria salineira nos anos 60 e início dos anos 70 do século XX no Rio Grande do Norte? O empresário Tertuliano Fernandes (local) detinha o controle das duas maiores empresas salineiras em funcionamento na cidade de Areia Branca: as salinas Sosal e Guanabara, cedendo o seu controle acionário, em 1968, ao grupo americano MORTON NORWICH PRODUCTS INC. Cf. Queiroz, (1977) Francisco Souto, empresário (local) com atuação em Mossoró, controlava e ainda controla as empresas Morro Branco e Maranhão, as duas maiores, resistindo ao avanço das multinacionais graças ao apoio financeiro do governo estadual. Francisco Catão, empresário baiano, controlador da segunda maior empresa com sede em Macau: a Henrique Lages salineira, que para sobreviver, associou-se ao grupo italiano Nora. Paulo Ferraz, empresário carioca, controlador da maior empresa desse setor com sede em Macau: a Companhia Comércio e Navegação. Perde o controle acionário dessa empresas para o grupo Holandês AKZO nos anos 70. (FERNANDES, 1995); (QUEIROZ, 1977).

venderam os meios (as salinas) e, por isso, perderam a capacidade de exercer maior influência sobre a possível instalação de uma indústria química, com base no uso do sal, como matéria principal. Assim, a raiz da eliminação dos empresários locais do controle dos processos de criação e implantação do Pólo Químico Industrial e do Pólo Gás Sal pode ser encontrada, já no final dos anos 60, quando da chegada das multinacionais e com elas a eliminação dos empresários locais e nacionais do controle desse setor.

Esse processo de mecanização, financiado pelo Estado, sob a direção das multinacionais, ao retirar a indústria do sal do controle dos empresários nacionais e locais, não retirou o apoio destes, ao processo de modernização implementado em seguida.¹⁷ Isso porque, tendo uma economia caracterizada pelo atraso em relação à economia do sudeste, os grupos políticos e econômicos locais lutaram pelo desenvolvimento, pelos caminhos da modernização, da agricultura, da indústria e dos serviços, em conformidade com diretriz estabelecida pelo Estado nacional e em consonância com a natureza dependente da expansão econômica ocorrida no Rio Grande do Norte.

O empenho dos grupos locais pelo desenvolvimento econômico não possibilitou, no decorrer do século XX, no Rio Grande do Norte, o surgimento de Instituto ou Núcleo responsável por pesquisas científica e tecnológica capazes de produzir um conhecimento que pudesse ser aplicado a qualquer um dos setores tidos como favorável à industrialização – algodão, scheelita, petróleo e sal - e que viessem caracterizar algum tipo de reação à dependência tecnológica a que estavam secularmente submetidos estes grupos, tradicionais ou emergentes. A exceção pode ficar por conta da criação, em 1996, do Centro de Tecnologia do Gás - CT-GAS que se propôs: “Atuar como vetor de desenvolvimento tecnológico da indústria nacional, através dos seus laboratórios de serviços, atendendo as demandas das diversas cadeias produtivas por transferência de tecnologia, pesquisa aplicada e suporte tecnológico”. (PETROBRAS, 1976). E das pesquisas desenvolvidas pela UFRN, no setor de petróleo, também iniciadas nos anos 90 do século passado.

Assim, consideram-se, neste estudo, que há fatores econômicos, tecnológicos e arranjos políticos diversos nas definições das estratégias de atuação do Estado e de grupos de elites locais na busca do desenvolvimento, nos parâmetros da modernização capitalista. Para melhor esclarecer esta questão será feito, a seguir, um relato de mudanças na direção da modernização econômica nesse período.

¹⁷ As elites locais: empresários, políticos e professores universitários, em seminário realizado em Natal, em junho de 1976, coordenado pela ADESG –RN, se manifestam, através dos relatórios elaborados pelos grupos de trabalhos, em defesa do processo de modernização da indústria salina levados a cabo pelas multinacionais, naquele momento.

As iniciativas relacionadas à industrialização do RN, em toda a primeira metade do século XX, se caracterizam pelo emprego de reduzido número de trabalhadores assalariados no âmbito da indústria têxtil, de sal, de alimento, de cigarro, sabão, vela, rede de dormir, cerâmica, chapéu, couro e bebida, produzido, principalmente, de forma artesanal e localizadas em cidades como Natal, Mossoró, Caicó, Currais Novos, Acari, Açú, Macau e Areia Branca. Essas indústrias, pouco desenvolvidas, estavam voltadas, em sua maioria, ao abastecimento das populações das comunidades onde se localizavam. Nessa primeira metade do século, as exportações, especialmente de algodão, sal e minérios, não geram uma acumulação de capital capaz de induzir a criação de uma indústria no Rio Grande do Norte.¹⁸ Predominou no cenário norte-rio-grandense, nesse período, como atividade econômica, à agricultura de subsistência, à criação de animais domesticados para o consumo das populações locais e a produção de algodão em pluma para as indústrias têxteis do Sudeste e do exterior. O setor industrial nesse momento, segundo, Denise Monteiro, não teve grande significado na economia do Rio Grande do Norte, destacando-se, apenas, após a primeira Guerra Mundial, a exportação de algodão. (MONTEIRO, 2000). Em relação aos meios de comunicação A'RBOCZ (1986, p. 51) afirma que: “Na comunicação do litoral com o sertão, durante toda a metade do século [XX], predominou o comboieiro, com sua tropa de carga, embora sua importância decrescesse na razão direta do desenvolvimento do sistema ferroviário e, principalmente, do rodoviário”.

A partir da segunda metade do século XX, ganha destaque na região Nordeste o projeto de desenvolvimento pela via da modernização industrial, que tinha como estratégia implantar um parque industrial especializado com base na organização de uma indústria para a produção de máquinas e de insumos básicos.¹⁹ Esse projeto vai assumir maior nitidez com o II PND, nos anos 70, que, diferentemente do que propunha o documento: “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, publicado em 1959, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, sob a coordenação do economista Celso Furtado e que defendia um desenvolvimento regional autônomo, se firma, bem ou mal, articulado a dinâmica industrial do Sudeste. Ou seja, a

¹⁸ O conceito de industrialização induzida é empregado por Celso Furtado em **A Economia Latino-Americana**, 1986, no XX Capítulo, quando trata da industrialização induzida pela expansão das exportações na América Latina. (FURTADO, 1986).

¹⁹ Cf. Texto constante deste trabalho, no Item 10, com o título: Nordeste uma Experiência de Modernização Industrial, onde trato dessa questão.

industrialização do Nordeste avança como ação complementar àquele processo de desenvolvimento e não de forma independente como fora proposto inicialmente, pelo GTDN.²⁰

O Nordeste, mesmo assim, continuou sendo um típico exemplo de uma região de desenvolvimento industrial retardatário e o Estado, tanto com as propostas contidas no GTDN, assim como, com as diretrizes definidas pelo II PND, um forte instrumento de apoio à industrialização em curso. Nesse sentido, as políticas estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento definiram, ao longo da segunda metade do século XX, as regras, os mecanismos, os incentivos, assim como os limites da industrialização levada a cabo nesse período histórico. Nessa linha, e com base na trajetória das políticas direcionadas pelo governo central, para o Nordeste, se pode afirmar que foi o aparato burocrático, ou a via institucional que serviu de suporte à organização e financiamento dos projetos no setor industrial, estabelecendo, ainda, uma nova dinâmica econômica, ao integrar a economia do Nordeste e do Rio Grande do Norte ao capitalismo brasileiro, entre as décadas de 1970-90 do século passado.

Atento para o que ocorreu no Rio Grande do Norte, pode-se dizer que com base em um conjunto de matérias primas aqui existentes, como algodão, scheelita, petróleo, sal marinho e calcário, foram promovidas inúmeras ações, sob a coordenação do Estado nacional e/ou regional, associado ao capital privado nacional ou internacional, na direção da estruturação de um parque industrial direcionado a produção de mercadorias de consumo geral (os têxteis) e de insumos básicos (tungstênio, barrilha e petróleo) essenciais à indústria. Assim, o caminho a ser aqui percorrido tem como horizonte a passagem de uma economia voltada para a exportação de matérias primas à constituição de uma economia industrializada.

Com relação aos grupos econômicos locais, defensores do projeto de desenvolvimento industrial, tem-se a observar o seguinte: a elite rural e comercial do Rio Grande do Norte, nos primeiros 50 anos do século XX, não criou uma base técnica e financeira ou mesmo acumulou riqueza que permitisse transferir os recursos necessários à implantação de um setor industrial moderno nas cidades, sendo

20 O GTDN propunha como carro chefe do processo de industrialização do Nordeste a indústria siderúrgica, que deveria permitir a expansão de indústrias de transformação do ferro, do aço e mecânica. A instalação dessas indústrias possibilitaria a oferta de ferro e aço de forma competitiva com as indústrias do Centro-Sul, estimulando assim, a fabricação de implementos agrícolas, móveis metálicos e outros que já contavam com amplo mercado na região. Ao lado dessas indústrias germinadoras de novas indústrias, propunha, ainda, aquele grupo de trabalho, a criação da indústria de cimento, de adubo fosfatado e a industrialização do sisal. Não foi esquecida a indústria tradicional do Nordeste: a indústria têxtil algodoeira, todas voltadas para um presumível mercado interno. (UMA POLÍTICA, 1978).

forçada, a partir dos anos 70, a fazer alianças com grupos econômicos nacional e internacional no sentido de atrair capital e tecnologia, indispensáveis à promoção da industrialização.

No que se refere à atuação do Estado nacional, se destacam as políticas desenvolvidas por este, através da Sudene, no financiamento do projeto de modernização industrial a partir dos anos 60.²¹ E as políticas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND vigente a partir da segunda metade dos anos 70.²²

O Estado local passa a atuar de forma mais sistemática na industrialização, aqui implementada, a partir dos anos 70, quando foram criados mecanismos institucionais de apoio a esse setor como a COFERN – Companhia de Fomento do Rio Grande do Norte, com o objetivo de proporcionar as condições para a instalação dos Distritos Industriais - posteriormente transformada em Banco do Desenvolvimento do RN-BDRN; a Companhia de Desenvolvimento Mineral – CDM, 1975; e a Secretaria da Indústria e Comércio–SIC, 1976; além de alguns fundos de apoio ao desenvolvimento industrial. Estes fundos estabeleciam as regras e definia os incentivos aos novos investimentos tendo em vista atrair empresas na área industrial e contribuir para a modernização das existentes. Entre estes fundos merecem destaque: o Fundo de apoio à Indústria Têxtil – Funtexil; Fundo de Apoio à Produção Mineral – Fundeminas; Fundo de Apoio à Indústria do Sal – Funpersal, ambos criados em 1973; além do Fundo do Desenvolvimento Comercial e Industrial – FDCI, criado em 1975.

21 Em 15 anos de atuação do FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste, 1974 – 1989, coordenado pela Sudene, o Rio Grande do Norte recebeu incentivos no valor de NCz\$ 409.1 milhões para a implantação 131 projetos, nas áreas industrial e agrícola. Antes da criação do FINOR, a Sudene havia financiado 50 projetos industriais e 27 projetos agropecuários. Cf. Revista RN/Econômico. Ano XX, no 211, julho de 1989, p. 8–13.

22 ALMEIDA, Rômulo (1985), defensor de uma política de desenvolvimento regional, pela via da industrialização, sintetiza as políticas de pólos de desenvolvimento estabelecidos pelo governo central, a partir do II PND. Para a região Nordeste, foram criados vários pólos de desenvolvimento no espírito da descentralização industrial definido nesse Plano. Para a Bahia foi proposta a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari; o Maranhão foi contemplado com o Complexo Siderúrgico d Itaquí; Alagoas recebeu o projeto de produção de derivados de cloro; a Companhia Vale do Rio Doce (ferro) se instalou em Sergipe; no Rio Grande do Norte, a Petrobrás iniciou, em 1973, a extração de petróleo em nosso litoral e, em 1974, foi iniciada a construção de uma fábrica de barrilha no âmbito da criação de um Pólo Químico Industrial; na região Norte, teve início o Complexo Eletro-metalúrgico de Tucuruí no Pará; na região Sul, o Rio Grande do Sul foi contemplado com o projeto do III Pólo Petroquímico Nacional. Como se observa, esses grandes projetos, pensados no âmbito do II PND, obedeciam às diretrizes de uma política nacional de desenvolvimento, ou seja, eles eram articulados fora das regiões. Este fato não significa que as elites regionais não tivessem influências sobre a localização desses empreendimentos, mas que eles eram definidos, principalmente, em função dos objetivos nacionais de desenvolvimento e de acordo com a localização das matérias primas disponíveis em cada espaço territorial. Decorridos 31 anos do início da implantação desses projetos, observam-se que nem todos lograram sucesso, como foi o caso do Pólo Químico industrial localizado no RN, que, até hoje, não produziu um grama de barrilha.

Nos anos 80, esses fundos foram agrupados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – Proadi.²³ Destacando-se, ainda, a presença do Estado, através da realização de obras de infra-estruturas – perfuração de poços tubulares, construção de acessos rodoviários e a criação dos distritos industriais, ações que contribuíram de diversas formas para o avanço da modernidade industrial pretendida.

Sob o argumento das “vocações econômicas naturais” foram destaques, a partir dos anos 70, quatro pólos de desenvolvimento: um Pólo Têxtil Industrial, incrementado a partir 1973, quando a produção do algodão e as empresas de confecções já estavam em crise: crise de produção, a primeira, e de perda de competitividade, a segunda; um Pólo Scheelitífero, iniciado em 1986, no auge da queda dos preços da scheelita no mercado brasileiro e mundial, com a proposta de instalação de uma usina metalúrgica para o processamento do tungstênio extraído da scheelita; um Pólo Químico Industrial, com a implantação de uma fábrica de barrilha em Macau, em 1974, para o aproveitamento do sal e do calcário, quando o Estado nacional entrava em crise, pela elevação dos preços do petróleo e pelo endividamento externo; e, por último, o Pólo Gás Sal, planejado a partir 1996, reeditando-se o velho Pólo Químico Industrial e um Pólo Petroquímico, com a elevação da produção do petróleo sob o comando da Petrobrás. Para melhor compreensão desses pólos faremos, a seguir, um resumo da trajetória de cada um deles.

7.2.1 O Pólo Industrial Têxtil no Rio Grande do Norte.

7.2.1.1 A Produção do Algodão entre os anos 1970-1990

O algodão é um produto que se destaca ao longo da história econômica do Nordeste pela excepcional qualidade de sua fibra, especialmente, o algodão arbóreo, largamente produzido na região do Seridó do Rio Grande do Norte. Além de ser uma cultura perene, é resistente à intempérie das secas. No seu cultivo é empregada farta mão-de-obra, abundante na região, caracterizando-se, por isso, por um forte conteúdo social. A sua plantação era feita consociada com o milho, o feijão e a fava.

22 No final do seu primeiro governo, em 1986, José Agripino Maia, em mensagem à Assembléia Legislativa define os objetivos do PROADI nos seguintes termos: 1 – atrair investidores do Estado ou de outras regiões do país para promover a reabertura de fábricas, a ampliação de fábricas existentes, ou, principalmente, a implantação de empreendimentos novos no Rio Grande do Norte; 2 – possibilitar ao Poder Executivo oferecer a novos investidores financiamentos em valor correspondente a 80% do ICM recolhido, a prazo longo e juros subsidiados, como forma de atraí-los e incentivá-los a se instalarem no Rio Grande do Norte. (RIO GRANDE DO NORTE, 1986).

Depois de colhido, suas ramas serviam de pasto para o gado e da pluma era extraído o caroço, transformado, em seguida, em óleo comestível e o bagaço, resultante desse processo, em torta para os animais. Ele tinha uma vida produtiva de até dez anos. (SOUZA, 1979).

Nos anos 70, a sua produtividade por hectare era considerada baixa. Situação expressa pelo engenheiro agrônomo e ex-superintendente da Sudene, João Gonçalves de Souza, nos seguintes termos:

Ainda que o Nordeste possua cerca de 70% de toda a área algodoeira do País, figura com apenas 50 % da produção nacional. É que sempre foi explorado com poucos cuidados técnicos. A semente de qualidade inferior, as pragas, o esforço braçal e não à base de máquinas ecológica e economicamente adaptadas para plantar, cultivar, colher e ensacar, eis alguns fatores que lhe reduzem de muito a produtividade. Por esses motivos, principalmente e pelas oscilações imprevisíveis dos preços nos mercados internacionais, o volume das exportações, que em 1965 chegou a 11,8% do total enviado ao exterior pela região, decresceu, nos anos seguintes, para 1,96%, em 1970; 1,32% em 1974 e 0,02, em 1975.(SOUZA, 1979, p. 240-241).

A economia algodoeiro do Rio Grande do Norte reproduzia essa situação. O reduzido emprego de tecnologia e as secas periódicas ocorridas, nos anos 70 constituíam os elementos principais na explicação da perda da importância do algodão no cenário econômico potiguar. O engenheiro agrônomo e Delegado do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Norte, Geraldo Bezerra, atento para a queda da produção do algodão nessa década, expressa esse fato da seguinte forma:

O clima e a disponibilidade de água são fatores intrínsecos no reflexo da economia agrícola do Nordeste. A situação atual da economia agrícola do Rio Grande do Norte [vivia-se à seca de 1979-83] é uma amostra bem clara do quanto o desequilíbrio entre esses fatores expõe o ritmo que se pretende imprimir no desenvolvimento global.

Essas reações negativas, face ao imponderável, agravam-se mais ainda diante da aplicação reduzida de padrões tecnológicos agregados ao processo produtivo, conduzindo fatalmente aos baixos índices de produtividade, tanto na agricultura de mercado como na exploração doméstica de subsistência. (BEZERRA, 1979-1980, p. 81).

O fenômeno da seca e a ausência de tecnologia, apontados por Bezerra como iniciadores da decadência da cotonicultura, pode ser acrescido de dois outros fatores igualmente importantes: a inadequação das terras à implementação de uma cultura algodoeira mecanizada e a presença de um

besouro que destruía o casulo do algodão, impedindo o seu pleno desenvolvimento, denominado de “bicudo”, ocorrida a partir de 1985. (GARCIA, 2003).

A influência desses fatores e, principalmente, da seca na queda da produção algodoeira pode ser expressa pela produção média, para os cinco anos de estiagem (1979-83) de 7.153 ton/ano, com redução de 40,4 % se comparada com as 12 000 ton/ano produzidas em anos anteriores. Essa situação se agravou ainda mais com a ação do “bicudo”, a partir de 1985, reduzindo a produção do algodão na safra de 1987/88 a um nível de produtividade de 4.276 ton/ano, sendo esta a menor média dos 20 anos precedentes. (PRODUTO FORTE NO PASSADO, 1991, p. 27).

Ao se comparar à média anual da produção de algodão nos anos 60, que era de 26.340 ton/ano; com a média da produção na década de 70, de 25.000 ton/ano, se verifica, já, a tendência de queda da produção do algodão em pluma, mesmo antes da grande seca de 1979-83 e da chegada do bicudo em 1985. (BEZERRA, 1979-1980, p. 81-82). Sem investimento em tecnologia que pudesse recuperar a sua cotonicultura, o Rio Grande do Norte é obrigado, em 1984, pela primeira vez, na história da economia algodoeira potiguar, a importar algodão para abastecer as suas indústrias. (SANTOS, 1994, p. 231) Nos anos 90, o algodão passa a ser um dos principais produtos na pauta de importação, com reflexos para a política de implantação de uma significativa indústria têxtil. (FREITAS, 1999).

7.2.1.2 A Indústria de Confecções.

Como se verá em seguida, quando foram promovidas as primeiras ações políticas em torno da criação de um Pólo Têxtil no Rio Grande do Norte, no início dos anos 70, a economia do algodão já havia dado os primeiros sinais de crise de produção. É nesse momento que os empresários ligados à indústria de confecções, também em dificuldades, reivindicam a instalação de uma indústria têxtil que lhe pudesse fornecer a matéria-prima – fios e tecidos – mais baratos, indispensáveis à sobrevivência das suas empresas, ameaçadas pela concorrência das empresas do Sudeste. Para esses empresários: “somente com a criação de um Pólo Têxtil, com o devido respaldo de crédito e incentivos fiscais, seria possível reativar o potencial do parque de confecções do Estado”. (INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES 1979-1980, p. 28) Foi o que fizeram as empresas de confecções em funcionamento como T Barreto Indústria Comércio S.A., Confecções Reis Magos S.A., Soriedem S.A., Confecções Inharé (Currais Novos), a Confecções Sucar S.A. e Confecções Guararapes, ao reivindicarem a implantação de um Parque Têxtil para baratear os tecidos e poder concorrer com o mercado do Centro-sul, porque 90%

das matérias primas necessária à produção de confecções em funcionamento no Rio Grande do Norte, em 1979, eram importadas daquela região. (INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, 1979-1980, p. 29) Ao fazer uma análise sobre o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Norte, nos anos 70, o autor (sem assinatura) da “matéria” intitulada “Indústria de Confecções Procura Alternativa para Continuar Crescendo” expressa da seguinte forma a situação a que estava submetida essa indústria, naquela década:

Talvez pela sua tradição no setor algodoeiro, o RN abraçou a indústria de confecções como uma alternativa para o seu desenvolvimento econômico. O setor de confecções, com efeito, tem acusado um crescimento razoável, concentrando o maior contingente de mão-de-obra semi-especializada do Estado e assimilando, ao mesmo tempo, um nível suficiente de tecnologia. Entretanto, a limitada capacidade de formação de capital de giro **e a falta de um pólo têxtil** [grifo nosso] que apóie as potencialidades do setor, têm sido os maiores entraves para o desenvolvimento de um maior poder de competitividade com as indústrias similares do Sul do país. Há alguns anos atrás, os industriais de confecções ainda estavam otimistas quanto ao seu futuro, pois contavam com incentivos fiscais – o que possibilitava aos produtos um preço competitivo. Agora os incentivos fiscais estão extintos. (INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, 1979-1980, p. 28).

Como se observa, a partir desse relato, quando das primeiras reivindicações direcionadas à instalação, aqui, de um Pólo Têxtil, dois fatores se sobressaem como empecilho à concretização desse objetivo: a crise de produção do Algodão e a crise da indústria de confecções. Para se ter uma idéia da debilidade das empresas de confecções sob o controle do empresariado local na década de 70, apenas 7% da produção de fios e tecidos da Indústria Têxtil Seridó, instalada em agosto de 1976, em Natal, eram consumidas por essas indústrias. (ALVES, 1979-1980).²⁴

7.2.1.3 A Criação da Indústria Têxtil

É nesse contexto que o governo do Estado, através do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – BDRN e contando com o apoio da empresa Rhodia, realiza em Natal, em 1973, o I Encontro Nacional de Líderes da Indústria Têxtil - ENLIT. Nesse encontro foi discutida a viabilidade de implantação de um Pólo Têxtil no território potiguar e avaliado o interesse dos grupos econômicos nacionais e internacionais, ligados a esse setor, em participarem desse projeto. A partir daquele evento,

²⁴ ALVES, Garibaldi foi Diretor Administrativo-Financeiro da Indústria Têxtil Seridó, no período (1976-1977) em que ela esteve sob o controle do grupo UEB no Rio Grande do Norte.

se instalaram, no RN, com incentivos da Sudene e apoio do governo do Estado, através de isenção de ICM, conforme as regras estabelecidas pelo Funtexil (1973) e Finor (1974), três grandes grupos nacionais da indústria têxtil: a União das Empresas Brasileiras - UEB (do Rio de Janeiro), instalando, em 1976 a Indústria Têxtil Seridó para a produção de fio e tecido²⁵, a Fiação Borborema S.A., e a Guararapes Têxtil com esse mesmo objetivo. Foram atraídas também, a partir desse encontro, grandes empresas de confecções, oriundas de diversos Estados do Brasil, como a Sperb (do Rio Grande do Sul); Alpargatas Confecções do Nordeste S.A. (de São Paulo); empresa de confecções SPARTA Nordeste (grupo UEB-RJ), Sulfabril Nordeste S.A. (Santa Catarina). (SÁ, 1979-1980).

Os grupos tradicionais da indústria de confecções, sob o controle do empresário local, anteriormente mencionados, sem capital e tecnologia para competir com os novos empreendimentos recém instalados, fecharam as suas portas. Destes, restou apenas o grupo Guararapes S.A., uma empresa de confecções local, fundada em 1958, pelo Senhor Nevaldo Rocha, que, ao contrário das que faliram, ampliou a sua capacidade produtiva, formando um conjunto de fábricas, de âmbito nacional, direcionadas à produção de fios, tecidos e confecções, empregando, em 1994, em suas diversas fábricas, 14 mil operários. (FIERN, 1994).

Os anos 80 ficaram conhecidos na literatura econômica como a década perdida, caracterizada pela hiperinflação, recessão e pelo desemprego. E mais, a situação da balança de pagamento do Brasil deteriorou-se significativamente, e o estrangulamento externo impô-se como a principal restrição macroeconômica ao crescimento.

É nesse cenário de crise que o governo do Estado cria, em 1979, o programa do “Parque têxtil integrado do Rio Grande do Norte”. Ao lançar esse programa o governo do Estado destaca as vantagens para aquelas empresas que se dispusessem se instalar no RN. Mão-de-obra sem qualificação e abundante, baixa densidade em termos de capital, além de facilidades em obter recursos financeiros. Relevam ainda esse documento as vantagens locais capazes de favorecer a atração de novas indústrias para esse setor, como a cultura do algodão fibra longa, mão de obra abundante e barata, clima favorável, mercado de consumo local em expansão. (GOVERNO DO ESTADO, 1979). Mesmo

²⁵ Em 1977, apenas dois anos após a sua fundação, a Indústria Têxtil Seridó, sob denúncias de desvio de recursos públicos, pede concordata, registrado por (SÁ, 1979-1980, p. 20-21) nos seguintes termos: “A UEB não tinha negócios somente no nosso Estado. Pelo contrário: o grosso das suas atividades – pelo menos as que envolviam maiores necessidades de capital – estavam sediadas no sul. E acusa-se o grupo de que ele jogava os recursos captados junto aos órgãos oficiais (recursos que deveriam ser aplicados em seus projetos no Nordeste) no mercado de capitais, principalmente nos fundos de investimentos, os quais, com o estouro na bolsa no começo dos anos 70, lesaram tantos milhares de investidores pelo país afora. Quando o Banco Central começou a apurar mais a fundo as irregularidades denunciadas, o grupo UEB – como única alternativa para não sucumbir – requereu a concordata de todas as suas subsidiárias incluindo aí as fábricas potiguares”.

com a execução desse programa, muitas das indústrias têxteis e de confecção instaladas no Rio Grande do Norte na década anterior encerraram as suas atividades ou foram transferidas para outros grupos, como foi o caso da UEB, vendida, ainda, nos anos 80, ao grupo empresarial mineiro controlador da Coteminas.

A década de 90 se iniciou no mesmo contexto de crise causada pela recessão e hiperinflação que marcou os anos 80. Os governos do Brasil, nessa década, sob a orientação das políticas neoliberais recomendadas pelo Banco Mundial e o FMI, redefiniram a relação entre o Estado e a economia: abandonaram as políticas regionais de desenvolvimento, deixando aos Estados regionais o fomento à modernização industrial, promoveu a abertura do mercado nacional à competição do capital internacional, submeteu a frágil economia regional à competição dos grandes grupos econômicos nacional e internacionais. É nesse cenário que são atraídas ou consolidadas, no Rio Grande do Norte, grandes empresas como a Vicunha, Coteminas, Finobrasa Industrial S.A. Hering, Linhas Correntes, Texita – Cia Têxtil Tangará. Com exceção da Guararapes S.A., todas as outras são oriundas de fora do Estado. Ao introduzir os teares eletrônicos a jato, importados do Japão, em seus processos produtivos, essas indústrias adquiriram poder de competição no mundo de economia globalizada. Para isso elas obtiveram incentivos fiscais, como isenção de ICMS por até 12 anos, facilitando as importações desses e de outros equipamentos, além da construção de infra-estrutura e cessão de terrenos para as instalações industriais. Contando, ainda, como vantagem, a localização geográfica, estratégica em relação aos centros consumidores da Europa e dos Estados Unidos. Essas transformações fizeram desaparecer, entre os anos 1950-90, com exceção do grupo Guararapes que adquire status nacional, todas as empresas têxteis e de confecções de propriedade da tradicional elite industrial local. Pode-se afirmar que, sem a presença dos empresários locais, este setor industrial foi o que obteve maior sucesso. Firmando-se com a dominação de grandes empresas têxteis nacionais associadas a grupos internacionais.

7.3 O PÓLO SCHELITÍFERO

A scheelita é a matéria prima da qual se extrai o tungstênio que é largamente empregado na fabricação de aços especiais, de ferramentas de corte, nos materiais elétricos e na produção de catalisador químico. Ela começou a adquirir importância no Brasil a partir da primeira Guerra Mundial, já que se constituía em insumo básico na produção industrial de armamento de guerra. Com a

deflagração da segunda Guerra Mundial, foram criadas as condições para o surgimento, em 1943, da primeira empresa de pesquisa e lavra da scheelita no RN: a Tomaz Salustino S.A., localizada na cidade de Currais Novos, na região do Seridó. Com a guerra da Coréia em 1952, e o avanço da industrialização no Centro-sul do Brasil, nessa mesma década, aumenta enormemente a procura dessa matéria prima nos mercados nacional e internacional, determinado pela importância do tungstênio, na composição das tecnologias empregadas nos armamentos bélicos e na indústria automobilística, principalmente.

A conjuntura econômica produzida pelas guerras ocorridas entre os anos 40 e 50 do século XX ao contribuir para a expansão da indústria bélica nos países deflagrados e para o desenvolvimento da indústria automobilística em países da periferia, como o Brasil, favoreceu a chegada da primeira empresa estrangeira no setor de extração de scheelita no Rio Grande do Norte: a multinacional Anglo-American, já com forte atuação na produção e controle do cobre no mercado mundial. Em seguida chegaram as multinacionais: Tungstênio do Brasil e Acauan. Estas empresas, assim como já procedia a Tomaz Salustino S.A., direcionam suas ações para a pesquisa, a lavra e a exportação da scheelita em estado bruto. Conforme SILVA (1985) 80% da scheelita produzida no Brasil, entre 1940 e 1980 do século XX, eram exportadas sem qualquer beneficiamento para os países desenvolvidos. Com um importante detalhe: a reserva brasileira dessa matéria prima era de apenas 0,4% das reservas mundiais. E o Rio Grande do Norte despontava como o maior produtor e exportador brasileiro, nesse setor.

Este autor, retratando a presença das empresas estrangeiras na pesquisa e lavra dos minérios no Brasil, destaca que estas se caracterizam pela exportação dos minérios em estado bruto, não se propondo instalar indústrias que pudesse beneficiá-los. “Outra constatação que depõe contra a presença irrestrita dos estrangeiros, nas atividades setoriais, é o direcionamento nítido da produção nacional para exportação de minério bruto, a despeito da crescente industrialização do país, que já o posiciona em marcha acelerada para a condição de desenvolvido”. (SILVA 1987, p. 47).

As mineradoras com atuação no Rio Grande do Norte, fossem elas, nacional ou multinacional, seguem desde a criação da Tomaz Salustino S.A., em 1943, até o seu fechamento, em 1997, pesquisando novas jazidas e fazendo a lavra da scheelita sem muita preocupação com a sua industrialização. Esse padrão de atuação das mineradoras, aqui localizadas, segue por 54 anos, extraindo e exportando minérios, sem agregar nenhum valor, para o Centro-Sul do país e para o exterior, crescendo a uma média de 3 a 4% ao ano, nesse período. (PORTO, 1986).

A expansão da economia mundial nos anos 70 e os planos de aceleração do crescimento interno no Brasil, nessa década, fomentaram o consumo e elevaram os preços da scheelita nos mercados nacional e internacional, fortalecendo, assim, as empresa com atuação nesse setor. É o que constata o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - ILCA, ao dimensionar as potencialidades dos recursos minerais da região do Seridó, com o propósito de elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável dessa região.

A década de 70 começou com uma alta significativa nos preços da scheelita, no mercado externo, ativando as atividades desse sub-setor da mineração seridoense. Ademais, contou-se com a ampliação do mercado interno nacional, como resultado do processo de industrialização substitutiva de importações, em curso na Região do Centro-Sul do País. A economia mineira baseada na scheelita consolidou-se, nesse que foi seu melhor período de desenvolvimento.(GOVERNO DO ESTADO, 2000, p.66).

Nos anos 80, essa situação se inverte, por duas razões principais: a primeira está relacionada à recessão da economia brasileira ocorrida nessa década; e a segunda com a entrada da China, como fornecedor, no mercado mundial da scheelita. Esses eventos reduziram o preço dessa matéria prima numa ordem de grandeza tal que tornou inviável a permanência das empresas mineradoras, nas tradicionais atividades de extração, lavra e exportação da scheelita bruta para os mercados interno e externo. O empresário Marcelo Porto, ao relatar a crise vivida pela indústria scheelitífera nessa década, informa que: “em 1977 uma unidade de tonelada métrica de scheelita era cotada no mercado internacional US\$ 186 dólares; em 1986, essa cotação atingiu US\$ 62 dólares”. (PORTO a, 1986, p. 32)

Premidos por essas condições, os empresários ligados à produção da scheelita se mobilizam em torno da criação dos meios necessários a sua industrialização. Com o mesmo e velho discurso de abundância de matéria prima, esgrimido para justificar a industrialização de outros setores da economia potiguar, passou-se, igualmente, a reivindicar a industrialização da scheelita como reforço ao modelo de modernização industrial, aqui adotado. É o que expressa o presidente do Sindicato das Mineradoras no RN, empresário Marcelo Porto: “com a industrialização dessa matéria prima o Estado ingressará no clube dos Estados produtores, deixando de ser um eterno exportador de matérias primas para o Centro-Sul do país e para o exterior”. (PORTO, 1986, p. 38) É, no mínimo, curioso que o grupo empresarial controlado por Marcelo Porto, proprietário da Mina Brejuí por mais de 50 anos, não tenha

pensado a industrialização da scheelita quando as empresas desse setor (e a sua própria) acumulavam somas em dólares exportando tungstênio bruto para o exterior.

Assim como procederam as lideranças ligadas à agricultura, à indústria têxtil e à indústria salineira, os empresários responsáveis pela pesquisa e lavra da scheelita assumem o discurso de que as potencialidades naturais do RN, nessa área, constituem um diferencial capaz de promover a modernização pela via da industrialização das matérias primas minerais aqui existentes.²⁶

Com essa justificativa os empresários da mineração intensificaram a luta pela industrialização da scheelita, em articulação com o Estado e o capital internacional, já que isoladamente não dispunham de tecnologia e nem capital para promover a modernização industrial, agora reivindicada. Assim, já em crise, a caminho da falência, portanto, sem poder econômico, foram feitas várias tentativas de industrialização desse setor. A primeira delas se verifica em 1982, numa iniciativa da empresa Tomaz Salustino S.A., através do seu Diretor Presidente Mário Moacyr Porto, que relata suas tratativas nos seguintes termos:

Eu queria montar uma metalurgia, aqui, e levei à presença do governador o Senhor Peter Mangell, que veio da Suécia, para isso. Então, nós fizemos numerosos entendimentos com o governador do Estado, e chegamos a estabelecer, até, um quantitativo da participação de cada um. O governador me disse que queria que eu apresentasse um documento. Sim, eu enderecei ao governador, uma carta de intenções, em que eu discriminava, minuciosamente, como seria a empresa e a participação do Estado. O Estado participaria através da mina Bodó. Propus, também, ao governador o arrendamento da mina Bodó pela futura metalurgia, pagando royalty de sete e meio por cento, que é o que se paga as demais empresas como a Tungstênio do Brasil, a Acauan, etc. Mas isso caiu, infelizmente, em ponto morto. (PORTO b, 1987, p. 335).

Nessa primeira tentativa de industrialização o cenário econômico não se apresentava favorável. O mercado internacional estava em crise. O preço da scheelita chegou ao patamar de 72 dólares por unidade de W03 contido por tonelada métrica, quando foi vendida em anos anteriores ao preço de 186

²⁶ Para PORTO b, (1986, p. 27) “O Rio Grande do Norte, onde está instalada a Tomaz Salustino, tem dados estatísticos bastante expressivos: trata-se do maior produtor de scheelita do Brasil; o maior produtor de sal marinho do país; o maior produtor de diatomita do Brasil; o maior produtor de caulim do Nordeste, afora a sua contribuição em petróleo”.

dólares a mesma unidade métrica. No plano interno os fatores eram igualmente desfavoráveis, com a inflação na casa dos 100% ao ano, altos custos da produção e escassos investimentos na pesquisas de novos jazimentos, além de uma forte recessão econômica, desaceleração da economia e consumo interno em queda. As fábricas paulistas que tinham a scheelita como insumos básicos e que absorviam 45% da produção das mineradoras do RN reduziram esse consumo apenas 10% do total anteriormente consumido. Os juros bancários de 10% ao mês desestimulam novos investimentos. (PORTO, 1987).

Esse cenário não favorecia os agentes econômicos e políticos na organização de uma indústria que viesse beneficiar as matérias primas minerais extraídas do subsolo do RN. Nem tampouco o governador do Estado se dispôs a assumir essa proposta, como relata o empresário Mário Moacyr Porto.

É, o governo não ouve o industrial, não ouve o empresário Faz tudo no gabinete. Porque o tecnocrata, eu sempre digo, é um homem que sabe tudo sobre o pouco que aprendeu. Então, ele se divorcia da realidade. Não ouve. Se houvesse uma política mineral inteligente, nós empresários, se fôssemos ouvidos, para dar a orientação devida, eu acho que nós poderíamos fazer uma revolução, no bom sentido. Todos nós estamos em dificuldades. A nossa empresa está lutando com muita dificuldade. Nós estamos com um estoque de duzentas toneladas de scheelita, são quinhentos milhões. Para uma empresa sertaneja acumular um estoque de uma mercadoria qualquer, no valor de 500 milhões, é duro. (PORTO, 1987, p. 339-340).

O insucesso dessa primeira tentativa não arrefeceu os ânimos dos empresários em torno da industrialização da scheelita. Vem uma segunda tentativa, em 1986, através da criação de um consórcio para esse fim, entre a empresa multinacional Tenenge e a Tomaz Salustino S. A, com a participação do governo do Estado. O empresário Marcelo Porto, animado com essa nova iniciativa, afirma que:

Apesar das condições adversas que enfrentamos, temos nos esforçados para decolarmos da condição de produtores de material primário para a de produtores de manufaturados. Nós estamos associados à Tenenge e ao governo do Estado no desenvolvimento de um projeto para a metalurgia de Tungstênio. Trata-se de um projeto onde a Tenenge detém 65%, a Tomaz Salustino 30% e o estado 5%. Objetiva produzir ferro-tungstênio e carboneto de tungstênio que se constitui na primeira etapa para chegarmos aos aços especiais e ao metal duro. Este projeto deu entrada na Sudene em julho de 1985 [...] (PORTO a, 1986, p. 38).

Essa segunda iniciativa em prol da industrialização do minério de tungstênio, também, não obtém sucesso. Isso porque, a nível mundial, a scheelita continua sendo vendida a 62 dólares a tonelada

métrica, como a quatro anos passados. A China continua responsável por 50% da produção mundial da scheelita e passa a controlar o mercado consumidor desse produto, com o consumo mundial crescendo de forma lenta. Permanece, igualmente, desfavorável o cenário político-econômico brasileiro. Com o consumo limitado ao aumento da demanda da indústria automobilista e do setor de aços especiais, com um crescimento anual de apenas 3% a 4%. (PORTO a, 1986).

Nesse momento, o Estado é acusado pelos empresários de não ter uma política específica de incentivos à industrialização para o setor da mineração. Ao contrário, mantém uma política de controle dos preços dos minérios de scheelita através da Comissão Interministerial de Preços – CIP, impedindo que os mineradores acumulem em períodos de preços altos no mercado. (PORTO a, 1986).

A terceira iniciativa em torno da industrialização da scheelita se deu em 1990, com a criação da empresa Metais do Seridó S.A. – Metasa, numa associação entre empresários locais: Tomaz Salustino S.A., a Ecocil (empresa ligada ao ramo da construção civil) e o governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Mineral – CDM controladora da mineradora Bodomina.

Um fato digno de registro é que nesse momento não há sinais de participação de capital internacional nesse novo projeto de industrialização, como ocorrera nas vezes anteriores. Exato no momento em que avança o projeto neoliberal iniciado nos anos 80. Mesmo assim, essa tentativa obteve do governo federal, através da Sudene, financiamento da ordem de 3,9 milhões de reais entre 1989 e 1998. Não tendo sido, inteiramente, investido nesse empreendimento, conforme denúncia da revista Veja de 11 de fevereiro de 2004, p. 50. Esses fundos públicos teriam sido desviados pelo grupo controlador desse projeto.

Resumidamente, pode-se afirmar que as diversas tentativas de industrialização da scheelita não prosperam pelos seguintes motivos: a ausência de uma dinâmica interna de acumulação de capital, na fase das exportações das matérias primas extraídas da scheelita, capaz de impulsionar um processo de industrialização; a pouca expressividade econômica dos empresários locais interessados na industrialização da scheelita; a recessão econômica ocorrida nos anos 80 e as altas taxas de juros praticadas pelo mercado; os desvios de recursos públicos destinados a essa industrialização; e mais, a elevação da produção da scheelita na China baixando os preços desse produto no mercado consumidor mundial, tornando, assim, difícil a participação do Rio Grande do Norte e contribuindo, desse modo, para o encerramento do círculo da mineração no Rio Grande do Norte, iniciado em 1943 com a criação da empresa Tomas Salustino S.A. e terminado com sua falência, em 1997, interrompendo-se a

pesquisa, a lavra e a exportação bruta da scheelita e o sonho de organização de um projeto industrial para esse setor, alimentado por suas lideranças, por duas décadas.

7.4 O PÓLO QUÍMICO INDUSTRIAL

A orientação de política econômica contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND contemplava um projeto de desenvolvimento industrial descentralizado para o Brasil com prioridade para produção de bens intermediários necessários à expansão da indústria nacional, especialmente aquelas ligadas ao setor químico e petroquímico.

O projeto do Pólo Químico Industrial a ser implantado no RN tinha como objetivo principal a produção de barrilha para atender ao mercado nacional da indústria química em expansão no centro sul do país. Como cumprimento das metas desse projeto foi criada, em 1974, a Álcalis do Nordeste S.A. – Alcanorte. De natureza jurídica estatal, ela surge como subsidiária da Companhia Nacional de Álcalis, localizada em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. A implantação desse empreendimento, na cidade de Macau, teve início em 1975, depois de concluída a modernização das empresas salineiras situadas no litoral do Rio Grande do Norte, com previsão de funcionamento em 1981.

O governo federal responsável por 70% dos investimentos previstos era o seu principal controlador e o grupo holandês AKZO ZOUT CHMIE B. V., com 30% de participação, seria o seu parceiro privilegiado nesse empreendimento. Quando em plena atividade a fábrica deveria produzir 400 mil toneladas de barrilha/ano para abastecer o mercado nacional consumidor desse produto e estimular, aqui, a criação de um Parque Químico Industrial. Em conferência proferida na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 20 de setembro de 1983 abordando a instalação de uma fábrica de barrilha no Rio Grande do Norte QUEIRÓZ (1984, p. 10) afirma: “ela representará o balizamento do início de uma nova era para a economia do Nordeste: a indústria de base”. Tratava-se na visão de Queiroz de uma indústria altamente geradora de outras indústrias, e a sua localização no Rio Grande do Norte revestia-se de especial significado para o início do beneficiamento.

Com a crise iniciada ainda nos anos 70, e aprofundada nos anos 80, especialmente pela elevação das taxas de juros nos organismos de financiamento internacional e o conseqüente endividamento interno e externo do Estado brasileiro, os programas de investimento propostos pelo II PND são suspensos ou alguns deles desacelerados. Entre aqueles que tiveram seus investimentos paralisados encontra-se o projeto da fábrica de barrilha com sede no Rio Grande do Norte. Sem receber qualquer

investimento público, no decorrer dos anos 80, essa fábrica é privatizada no dia 10 junho de 1992, no governo de Collor de Melo. A falta de recursos, no âmbito do Estado, para a sua conclusão foi o principal argumento apresentado para a sua privatização, tendo sido vendido em leilão público promovido pelo BNDES, por 10% do seu valor real, ao armador Fragoso Pires, empresário, com bases de negócios no Rio de Janeiro. A transferência da Alcanorte ao setor privado contou com o amplo apoio de setores políticos e empresariais locais, na esperança de que com a racionalidade e a eficiência do setor privado teríamos, enfim, o início da instalação do tão desejado complexo químico industrial. No entanto, essa nova tentativa de modernização da economia do Rio Grande do Norte pela via da industrialização de matérias primas, mais uma vez, não teve êxito.²⁷ Como analisado no capítulo III a seguir.

7.5 O PÓLO GÁS SAL

Nos anos 90, retoma-se o debate sobre a necessidade de conclusão do projeto da Alcanorte. Duas razões são apresentadas, nesse momento, como justificativas para a retomada desse projeto: a existência de matérias primas favoráveis à instalação de uma indústria moderna na área da química e a conexão da economia do sal, do calcário e do petróleo à dinâmica da economia global. Em outros termos, inserir a economia local na dinâmica da economia nacional e internacional, através da indústria química localizada no Sudeste e do mercado internacional da barrilha.

O projeto do Pólo Gás Sal faz ressurgir parte da antiga política industrial, através da implantação de um pólo químico e petroquímico no RN, agora, numa perspectiva de inserção desse setor econômico no processo de globalização, aspiração das elites políticas e econômicas brasileiras e nordestinas nos anos 90.

É importante destacar que os projetos de modernização da economia regional não vinham, apenas, para atender aos interesses de acumulação do capital externo, mas atendiam, também, a um desejo interno. Os atores políticos e econômicos regionais e locais se mobilizavam em torno das iniciativas de

²⁷ O ex-presidente da Alcanorte, Otomar Lopes Cardos, faz um minucioso relato do processo de privatização dessa empresa e advertia à época que o grupo do empresário Fragoso Pires, novo controlador desse empreendimento, não levaria ao final o projeto de produção de barrilha posto que, os seus interesses estavam voltados para os terrenos pertencentes a Álcalis, localizados em Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro, de grande valor no mercado imobiliário. A previsão de CARDOSO (2002) de fato ocorreu. Até a presente data, setembro de 2007, nada foi executado daquilo que vem sendo apresentado à sociedade do Rio Grande do Norte, nos últimos 35 anos, como sendo um projeto de modernização industrial, agora privatizado, capaz, ao ser concluído, de transformar a economia estadual.

modernização econômica e mobilizavam, por sua vez, a sociedade civil, em geral, com o propósito de legitimarem suas pretensões. O Pólo Gás Sal, conjunto de iniciativas para atrair capital internacional, para os setores da química e da petroquímica, não tinha um sentido de invasão externa, pois se constituía em estratégia de promoção da modernização da economia local, pelo beneficiamento industrial do sal, do calcário, das águas mãs e do petróleo, sob o argumento de que geraria emprego e renda, além de aumentar a arrecadação de impostos para o Estado, ajudando a promover os serviços básicos do interesse do cidadão.

Nos Programas “Brasil em Ação” (1994-1999) e “Avança Brasil” (1999-2002), da primeira e da segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, em seus projetos de modernização setorial, não consta a reativação do Pólo Químico Industrial, iniciado em 1974, nem tão pouco a criação em 1996, de um Pólo Petroquímico para Rio Grande do Norte.²⁸

Eles surgem como uma iniciativa local, coordenada pelos empresários ligados à Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte, com a participação da Confederação Nacional da Indústria – CNI, do governo do Estado e da Petrobrás.

Nas articulações para atrair os capitais necessários à implementação desse Pólo, cabia aos empresários fazer gestão junto aos investidores, internos e externos e coordenarem a elaboração dos projetos técnicos, demonstrando através deles a viabilidade dos investimentos nesse setor. Ao governo do Estado ficava a responsabilidade de montar a infra-estrutura requerida pelos possíveis investidores, além da concessão de subsídios e isenção fiscal; o governo federal participaria, facilitando as negociações das dívidas contraídas pelo grupo empresarial de Frago Pires (detentor do projeto da

²⁸ As políticas econômicas de Fernando Henrique Cardoso para a região Nordeste, em seus dois períodos de governo, definidas no “Plano de Ação” e no “Avança Brasil”, se fizeram através dos Planos Setoriais de Desenvolvimento, em articulação com a iniciativa privada. Essas políticas não se sustentavam no princípio da redução das desigualdades regionais, mas, na capacidade que teria cada setor de contribuir para o equilíbrio da balança de pagamento. Dois setores econômicos receberam atenção nesses planos setoriais no Rio Grande do Norte: a irrigação e o turismo. Ao lado da infra-estrutura regional que foi contemplada com investimento em energia elétrica, com a conclusão da usina de Xingó e o setor de transporte com a promessa de construção da ferrovia Transnordestina, ligando Petrolina a Salgueiro – PE e Salgueiro a Missão Velha e daí a Fortaleza pela RFFSA, no Ceará. Este sistema de transportes chegaria ao Porte de Suape em Pernambuco, formando o corredor de acesso aos mercados mundiais. A transnordestina não passava pelo território potiguar. Com relação ao RN, em particular, a política de irrigação do governo de FHC teve efeito danoso, com a falência de três grandes empresas pioneiras nesse setor: a Maisa, a Fazenda São João e a Frunorte. Esses empreendimentos constituídos a partir dos anos 70 e responsáveis por 80% das exportações de frutas produzidas no estado fecharam as suas portas nos anos 90, tendo como motivos alegados pelos empresários responsáveis por estes empreendimentos as políticas de juros altos praticados pelo governo federal. As terras de duas dessas empresas – Maisa e Fazenda São João - foram compradas pelo governo federal para fins de reforma agrária, em (2002-2003), a pedido dos próprios empresários. Com relação ao turismo o RN, se transformou, na década de 90, no terceiro pólo de atração turística do Nordeste, após a Bahia e o Ceará. Nos dois Planos do governo de Cardoso não existiam políticas específicas para o setor químico e petroquímico que contemplasse o RN, portanto, o Pólo Gás Sal se constituiu em uma iniciativa do Estado e dos empresários locais.

barrilha) junto ao BNDES e ao BNB, com os grupos interessados em adquirir o seu controle acionário; à Petrobras ficou a responsabilidade de consolidar o Pólo Petroquímico.

Esse novo projeto – o Pólo Gás Sal - contemplava duas vertentes de investimentos produtivos: a primeira, denominada petroquímica, que tinha como base os hidrocarbonetos do petróleo e o gás natural, fruto da expressiva presença da Petrobrás no RN; a outra vertente, denominada química, teria como matéria prima o sal e as águas mães das salinas, além dos minérios de calcário e sílica. (GOVERNO do Estado, 2004).

Ressalte-se que o Pólo Gás Sal se constituiu em uma iniciativa de um Estado regional e de um empresariado local, fugindo ao padrão anterior (nos casos da modernização do parque salineiro, e do Pólo Químico Industrial dos anos 60 e 70), quando as iniciativas de industrialização desse setor partiram do Estado nacional em busca de insumos básicos para abastecer a indústria química brasileira em expansão. Declare-se, ainda, que não havia, por parte do governo central, a intenção de se montar um parque industrial moderno na área da indústria química no Rio Grande do Norte, como pretendia a elite local.

A ausência, anteriormente observada, de um plano de desenvolvimento do governo central, que atendesse aos interesses dos atores políticos e econômicos das regiões, abriu espaço para o surgimento da chamada “guerra fiscal” entre Estados da federação. Como teremos a oportunidade de demonstrar, no caso do Pólo Gás Sal, a “guerra” se deu dentro do próprio Estado interessado, entre empresas multinacionais, em torno do controle dos meios necessários à implantação desse projeto, contribuindo ao final, segundo os empresários, para inviabilizar a vertente industrial do Pólo ligado a indústria química. Observe-se que, apenas os empreendimentos de responsabilidade da Petrobras, como a construção de uma segunda Unidade de Processamento de Gás Natural, a produção de querosene de aviação e a construção de uma Termelétrica tiveram continuidade.

A falta de uma política de desenvolvimento regional, nos anos 90, pode ser explicada pelas prioridades definidas nos períodos de governo de Fernando H. Cardoso, onde predominava o debate, como já anotamos, sobre a redefinição do papel do Estado na economia; o tamanho que este Estado deveria ter e a legitimidade da sua intervenção nos negócios privados, em detrimento das políticas de desenvolvimento econômico regional, predominantes nos programas de governo e nos debates sobre os caminhos para a redução das desigualdades regionais dos anos 50 aos anos 80. No primeiro governo de Cardoso, nos anos 90, foi priorizada a implantação das políticas de “livre” mercado, de integração ao

mercado global, de ajustamento econômico e de reformas estruturais, tendo em vista adequar a economia brasileira ao novo cenário econômico globalizado.

Por fim, neste estudo de caso, duas observações chamam atenção: a primeira se refere aos fatores que inviabilizaram as promessas e a utopia do capital (a criação de mais empresas e empresários e a geração de milhares de emprego, apoiado pelo Estado nacional e regional e pela elite local, sob o argumento da existência de um “ambiente” favorável a essas transformações), assim como a sua natureza ideológica enganadora. A utopia da industrialização sob a égide do capital sempre que apareceu – e ela esteve presente, mais fortemente, nos últimos quarenta anos no RN, alimentada pela ilusão de uma modernidade industrial e agrícola - representou um discurso que, muitas vezes, não saiu do plano das idéias, mas alimentou um imaginário modernizador das nossas elites; segundo, o processo de globalização econômica, modelo de expansão capitalista predominante na década de 90 no Brasil, não se fez de forma homogênea, como muitos propagavam, mas fragmentada, seletiva, deixando a margem espaços ou setores econômicos que não reuniam as condições para se impor num cenário de competição econômico globalizado, como pode servir de exemplo a produção de barrilha no RN.

Os governos, da década de 90 do século passado, calibraram na condução de uma política econômica de inserção passiva numa globalização que parecia ser comum e que contemplaria igualmente a todos. Não foi bem assim, pelo menos para o Rio Grande do Norte. Os projetos aqui idealizados, especialmente o Pólo Gás Sal, ficaram pelo meio, as aspirações de modernidade de suas elites, as centenas de empregos prometidos aos milhares de trabalhadores desempregados e o aumento da arrecadação de impostos para os municípios e para o Estado continuam, em grande parte, no plano das promessas, continuam utopias não realizadas. É o que ficará demonstrado ao final desse trabalho.

8 A INDUSTRIALIZAÇÃO DA BARRILHA NOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem como objetivo fazer uma análise da história da intervenção do Estado a partir das políticas direcionadas ao fomento da produção de barrilha e de sal no Brasil a partir dos anos 40 do século XX, ao mesmo tempo em que procura relacionar o desenvolvimento desse setor econômico com o avanço da indústria química nacional ocorrida no Centro-sul do Brasil.

As políticas estabelecidas pelo Estado nacional para o sal e a barrilha, ao longo dos últimos 60 anos, abrangem um conjunto de ações estratégicas que vão da organização de infra-estrutura material à intervenção direta na organização da produção, com a criação de empresas estatais, como a Companhia Nacional de Álcalis, no Estado do Rio de Janeiro, e a Álcalis do Nordeste S.A (Alcanorte), com sede no Rio Grande do Norte, além das políticas de incentivos fiscais e financeiros e de desestatização, entre outras.

A barrilha, o aço, o cimento, a celulose e a borracha são matérias primas consideradas essenciais ao processo de industrialização no Brasil a partir dos anos 40 e 50 do século XX. É nesse período que surge a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce compondo um elenco de empresas caracterizadoras das políticas de substituições de importação, quando o Brasil direciona o foco do seu desenvolvimento para a modernização industrial.

Os projetos de modernização do parque salineiro, de implantação do Pólo Químico Industrial, da construção do Porto Ilha de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, foram definidos, posteriormente, no contexto dessa política de desenvolvimento, e atendia a expansão de um mercado consumidor interno ligado à indústria de alimentos – laticínios, conservas, pescado, charque; de transformação – couros, peles, tecidos, papel e similares; e química – soda cáustica, cloro, barrilha, etc. Ou seja, o mercado consumidor de sal e de barrilha se tornara vasto e promissor no período de 1940 a 1990.

Para Heitor Ferreira Lima (1976), a escassez de barrilha e de soda cáustica, mais a necessidade de economizar divisas pela redução das importações desses produtos eram considerados, a partir de 1945, como ponto de estrangulamento da economia brasileira e por isso utilizado como justificativa para a definição de investimento nesse setor. Foi nesse contexto que o sal e a barrilha mereceram destaque em vários programas de governos, ao longo desse período que vai de 1945 a 1992, com as políticas de privatizações.

As políticas direcionadas à industrialização da produção do sal e da barrilha constam de quase todos os Planos de governos que vão da década de 40 a 90. Começa com Getúlio Vargas (1930-1945), em seguida aparecem Juscelino Kubitschek (1955-1960), Costa e Silva (1968-1970), Ernesto Geisel (1974-1979) e Collor de Melo (1991-1992). A partir dos planos desses governos a seguir destacados, foram implementados os projetos destinados à construção da Fábrica Nacional de Álcalis; a modernização das empresas de extração do sal; a construção de uma segunda fábrica de barrilha no Brasil com sede em Macau-RN; a construção do Porto Ilha para exportação de sal na cidade de Areia Branca - RN.

Partindo-se das políticas definidas por cada um desses governos para o setor industrial, especialmente aquelas destinadas à implementação de uma indústria química nacional, vamos encontrar uma forte preocupação do Estado brasileiro em definir em seus planos econômicos diretrizes destinadas a promover a produção interna de insumos básicos essenciais a essa indústria, tais como sal e barrilha.

8.1 GETÚLIO VARGAS: O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO E A POLÍTICA DE INSUMOS BÁSICOS

Para Octavio Ianni (1970), o primeiro governo de Getúlio Vargas cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais do tipo propriamente burguês. No plano do desenvolvimento econômico, gradativamente, o Estado vai sistematizando ações na direção da construção de uma nação industrializada.

No período anterior aos anos 30, segundo Wilson Suzigan (1986), o crescimento da produção industrial estava atrelado ao desempenho do setor agrícola – exportador. O mercado interno de produtos manufaturados dependia da renda gerada nesse setor, que por sua vez dependia da demanda externa de produtos agrícolas, aqui produzidos. A partir da primeira guerra, o Estado começou a estimular o desenvolvimento de algumas indústrias específicas, mas não o desenvolvimento industrial em geral. Nessa fase, o Estado desenvolve uma política sistemática de defesa do setor agrícola exportador em crise – o café, apoiando indiretamente o setor industrial. A demanda de produtos manufaturados passou a crescer primordialmente em função da renda gerada nas atividades ligadas ao mercado interno, e o nível de renda foi mantido elevado por políticas macroeconômicas expansionista

em defesa do setor exportador. Já a proteção da indústria, segundo ainda Suzigan, se fez pelas desvalorizações cambiais e restrições não tarifárias às importações, motivadas pela crise cambial. Com isso a industrialização avançou substituindo importações de bens de consumo não duráveis e de alguns bens intermediários. Só nos anos 40, o Estado passou a investir em bens intermediários com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a **Companhia Nacional de Álcalis**.

Para Paulo Brandi, a década de 40 do século XX pode ser considerada como marco de ação do Estado na direção e organização de um setor industrial no Brasil.

O início das realizações econômicas propriamente inovadoras, planejadas já em 1939, quando Getúlio Vargas e o ministro da Fazenda, Souza Costa, trabalharam na elaboração de um plano quinquenal, publicado em janeiro de 1940. Esse plano previa a instalação de indústria de base, especialmente a siderúrgica, e outros itens tais como a usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a drenagem do Rio São Francisco, a construção de estradas de ferro e de rodagem [...]. (PRANDI, 1983, p. 146).

Em 1942, de acordo ainda com Paulo Brandi, por iniciativa do governo de Getúlio, o Brasil recebe a missão técnica norte-americana coordenada por Morris Cooke para ajudar a planejar a mobilização econômica do Brasil. Essa missão foi considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país. Segundo (BRANDI, 1983, p. 161) Cooke, em seu relatório, concluía “que o país dependia excessivamente das importações e que essa situação de dependência se agravava em decorrência das restrições do período de guerra”. É nesse contexto, e com base nesse diagnóstico, que o governo de Getúlio organizou, entre outras, uma empresa de economia mista para implantar uma indústria de álcalis com a intenção de reduzir o dispêndio em importação de barrilha, matéria prima essencial à produção de vidro e outros produtos de consumo industrial. Para esse fim foi criada, em 1943, a empresa estatal Companhia Nacional de Álcalis, com a finalidade de instalar uma fábrica de barrilha em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, não chegando, no entanto, a funcionar em seu governo.(BRANDI, 1983, p. 161). É nesse momento que cresce a importância do sal como matéria prima para a produção de barrilha, da soda cáustica e de seus derivados, ligando, por essa via, o sal ao desenvolvimento da indústria química nacional.

8.2 JUSCELINO KUBITSCHKEK: O PLANO DE METAS (1956-1961), A FÁBRICA NACIONAL DE BARRILHA E A CRIAÇÃO DA SUDENE

A partir de 1956, o Estado, através de um conjunto de medidas na área da economia, sintetizado no Plano de Metas, define de forma organizada e deliberada uma política de desenvolvimento econômico. O Plano de Metas foi o principal instrumento de orientação de política econômica do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). A implantação de uma estrutura industrial integrada, tendo em vista alcançar o desenvolvimento, era objetivo básico desse plano. Para Lessa, o Plano de Metas constituía “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do Brasil”. (LESSA, 1981, p.127) Assim, para a execução desse Plano foram feitas uma intensa mobilização das forças políticas e econômicas do país, sendo adotada a seguinte estratégia: no domínio das ações internas propunha-se o estímulo às inversões privadas, declaradas prioritárias, um esforço interno de poupança, a ampliação da participação direta do setor público na formação de capital, a manutenção de uma alta taxa inflacionária, que deveria ser mantida em níveis operacionais, a manutenção do salário real de ampla faixa da população e a elevação gradativa da renda média do trabalhador brasileiro; no domínio da política externa o capital internacional participava como complemento ao capital nacional, sendo definida uma estratégia de endividamento externo com incentivo à entrada líquida de poupança externa (via investimentos externos diretos e financiamentos). (LESSA, 1981).

Definidos os mecanismos de política econômica para viabilizar o Plano de Metas, três setores básicos foram priorizados: a criação de infra-estrutura – a produção de energia e a construção de estradas; a indústria intermediária – siderurgia, cimento, **álcalis**, papel e celulose; borracha e fertilizantes; e a indústria de bens de capital que contemplava os bens necessários à indústria automobilista, as construções navais, mecânicas e de material elétrico pesado. (LESSA, 1981; LAFER, 1973; CONH, 1976).

A partir das prioridades definidas para a indústria de produtos intermediários, a barrilha, pela sua importância para indústria química e dado a sua escassez no mercado nacional, constava das metas econômicas do governo de Kubitschek, como constata Carlos Lessa:

[...] em 1955 a produção da barrilha no Brasil era de 35 mil t/ano, quantidade insuficiente para o consumo industrial em expansão. Para suprir esse mercado a intenção do Plano de Metas era concluir a instalação da Companhia Nacional de

Álcalis, iniciada em 1943, no governo de Getúlio Vargas, uma empresa estatal com capacidade para produzir 140 mil t/ano. (LESSA, 1981, p. 41).

Mesmo constando como prioridade do Plano de Metas, houve atraso no andamento das obras da Álcalis, de modo que só foi obtida a ampliação da sua produção em 1960. Em 1961, a produção de barrilha chega a 200 t/dia e a de soda cáustica 247 t/dia, para um consumo, respectivamente, de 246 t/dia e 460 t/dia. O que atesta o vigor com que surgia a indústria química no Brasil. (LESSA, 1981, p. 45).

Ao concentrar os investimentos industriais no Centro-Sul, o Plano de Metas não contemplava com projetos inovadores o setor industrial do Nordeste. Ao contrário, era-lhe desfavorável, pois não constava sequer desse plano a indústria tradicional aqui existente, como têxtil, alimentos, açúcar etc. A partir do GTDN e da criação da Sudene é que o Nordeste aparece nas políticas do governo de Kubitschek, tendo, no entanto, o seu I Plano Diretor aprovado pelo Congresso Nacional para o período (1961-1965), posterior, portanto, a esse governo.

Segundo Amélia Conh “a criação da Sudene não se dá como resposta às necessidades econômicas estruturais do desenvolvimento capitalista brasileiro na época em questão”. (CONH, 1976, p. 127). A criação da Sudene se dá em função das tensões sociais resultantes das lutas políticas ocorridas, a partir dos anos 50, entre trabalhadores e latifundiários pela posse da terra. Nesse sentido, são os movimentos promovidos pelos trabalhadores e as preocupações das elites políticas, empresariais, intelectuais e religiosas, daí decorrentes, no interior do próprio Nordeste, que levam o Governo Central a propor medidas modernizantes e reformistas em relação a essa região.

A década de 50, no Nordeste é rica em acontecimentos políticos, sociais e naturais motivadores de uma forte mobilização e de intensa organização da sociedade civil e do Estado em busca de saídas para os seus problemas econômicos e sociais. Nessa década, tivemos duas grandes secas, entre 1951 e 1953 e a seca 1958. A tragédia social advinda desse fenômeno veio demonstrar que as medidas tomadas desde o início do século por órgãos como o IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, e posteriormente pelo DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e pelo IAA – Instituto de Açúcar e do Alcool não surtiram os efeitos transformadores que se propagava. Daí a mobilização da sociedade civil com a realização de inúmeros eventos políticos nesse período, como “O Congresso de Salvação do Nordeste”, em Recife, em agosto de 1955, numa iniciativa do Partido Comunista Brasileiro. Esse Congresso esboça, pela primeira vez, uma concepção reformista e desenvolvimentista para essa região, e ressalta em suas conclusões a industrialização e o planejamento

como caminhos para o desenvolvimento regional.²⁹ Logo em seguida, em setembro de 1955, foi realizado o I Congresso Camponês de Pernambuco, com a participação de três mil camponeses e trabalhadores rurais, sob a presidência de Josué de Castro. Nesse Congresso é eleita a primeira diretoria das Ligas Camponesas e a reforma agrária é definida como meta principal. A Igreja Católica, também preocupada com as questões sociais da região, se mobiliza e promove três encontros sob a coordenação dos Bispos do Nordeste para debater a questão regional. Esses encontros se realizaram em Campina Grande (PB), em 1956; em Salgueiro (PE), em 1958; e em Natal (RN), em maio de 1959. Os empresários, através da Confederação Nacional da Indústria, demonstrando, igualmente, preocupação com a questão nordestina realizam, em 1959, na cidade de Garanhuns (PE), uma reunião que contou, também, com a participação de políticos e intelectuais em busca de soluções para a economia regional. Concomitante a essa intensa mobilização da sociedade organizada, o governo de Juscelino Kubitschek desencadeou a “Operação Nordeste”, que se traduzia no grande debate sobre as novas ações que seriam dirigidas a essa região, sob a coordenação do economista Celso Furtado. Respondendo a esse cenário de intensa mobilização, Juscelino envia ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1959, projeto de Lei criando a Sudene, e, ao mesmo tempo, transforma o GTDN, em 20/02/59, no Codeno – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, com o objetivo de implementar as diretrizes gerais de políticas econômicas proposta com a criação da Sudene. Assim, o Governo de Kubitschek aparece no contexto das inovações de políticas econômicas dessa década, no Nordeste, como criador do GTDN, do Codeno e da Sudene e pela absorção das concepções reformistas e modernizantes definidas pelos movimentos sociais ocorridos, então, no Nordeste, como caminho para o desenvolvimento regional. (CONH, 1976).

No plano das realizações, as ações mais visíveis desse governo, para essa região, foram a construção do açude de Orós, no Estado do Ceará; a assistência a 500 mil flagelados na seca de 1958; além de concessão de subsídios à lavoura da cana de açúcar e do financiamento a fundo perdido da construção de açudes e barragens em propriedades particulares. Portanto, um elenco de realizações de cunho, ainda, nitidamente tradicional e conservador.

No contexto dos debates sobre a criação da Sudene, as preocupações em relação à indústria salineira aparecem nos encontros realizados pelos Bispos do Nordeste em Campina Grande, em 1956,

²⁹ O congresso de salvação do Nordeste é ressaltado como um acontecimento político que redirecionou as políticas implementadas no Nordeste nos anos 50 e início dos anos 60 do século passado, além de ser precursor das idéias que possibilitaram o surgimento da Sudene. Cf. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**; AZEVÊDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. CAVALCANTI, Paulo. **A LUTA CLANDESTINA**. O caso conto como o caso foi. Vol. IV. Memórias.

e em Natal, em 1959. Nos documentos finais elaborados a partir desses encontros destacam-se reivindicações direcionadas a esse setor na área de infra-estrutura – armazém, estrada de ferro e porto – para baratear os custos da produção e facilitar o transporte do sal para os principais centros consumidores desse produto como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul³⁰. Quanto ao Plano de Metas, não consta nenhuma proposta específica para o RN, na área do sal ou da barrilha. Para esse setor industrial, as propostas do Plano de Metas se destinavam à conclusão da fábrica de barrilha na cidade de Cabo Frio no Rio de Janeiro, para produção de insumos básicos direcionados à indústria química, de alimentos e de transformação. Em relação ao setor salineiro no Rio Grande do Norte, só no final dos anos 60 e início dos anos 70, a Sudene se fará presente, atendendo as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do governo do Marechal Costa e Silva, ao financiar a modernização do parque salineiro e a construção do Porto Ilha de Areia Branca.

8.3 COSTA E SILVA: O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1968-1970) E A MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA SALINEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-1970) adotado pelo governo do presidente Costa e Silva contemplava dois objetivos principais de política de desenvolvimento: o primeiro se referia à aceleração do desenvolvimento econômico e o segundo ao controle da inflação. A orientação central desse plano na área dos investimentos era fortalecer o setor privado, sem definição de prioridade sobre a origem do capital, se nacional ou internacional.

Em resposta ao visível esgotamento do modelo de substituição de importação, até então dominante e que fora fator fundamental na dinâmica econômica interna, até os anos 60, o PED estabeleceu como estratégia de enfrentamento a esse esgotamento a diversificação dos investimentos em setores dinâmicos da economia, priorizando o fomento e a modernização tecnológica da indústria química e a criação de uma indústria petroquímica, em espaços regionais. Com a intenção de dotar o país de um desenvolvimento auto-sustentável, foram definidas políticas fiscais de fortalecimento do setor privado e dada prioridade aos investimentos em infra-estrutura. Este último setor foi contemplado com 80% dos investimentos totais previstos no PED. (ALVES E SAYAD, 1973). Ao Rio Grande do Norte, na

³⁰ A partir dos encontros promovidos pela Igreja foram elaborados dois documentos com as reivindicações da região, esses documentos receberam a denominação de “Roteiro de Sugestões”, elaborados a partir do encontro de Campina Grande,, entre os dias 21 e 26 de maio de 1956 e “Declaração dos Bispos do Nordeste”, do encontro realizado em Natal, entre os dias 24 e 26 de maio de 1959. Cf. Jornal Tribuna do Norte, Natal, edições de 04/05/1956, e 22/05/1959.

área da infra-estrutura, coube a construção do Porto Ilha na cidade de Areia Branca para facilitar o transporte do sal destinado aos centros consumidores do Centro-Sul.

No tocante às políticas de investimentos na área industrial, o PED priorizou os setores que produzissem as matérias primas indispensáveis à dinâmica da indústria química e de transformação, ao lado da implantação de grandes projetos relacionados à produção de alumínio no Maranhão e no Pará, setores industriais que têm o sal como componente essencial à composição dos seus produtos. ((SUZIGAN, 1986).

É nesse contexto que ocorreu a mecanização das salinas no litoral do Rio Grande do Norte (FERNANDES, 1995) e (QUEIROZ, 1983), entre os anos 60 e 70, e a construção do Porto Ilha.³¹

Alguns aspectos são fundamentais dentro desse processo de modernização, dentre eles a transferência da maioria das empresas nacionais para o controle de grandes grupos econômicos internacionais. Obedecendo a essa dinâmica, a Sociedade Salineira do Nordeste – Sosal, controlada por Antônio Florêncio de Queiroz, com sede em Natal, passou para o domínio do grupo norte-americano Dow Chemical; a Companhia Comércio e Indústria do Nordeste – CIRNE, sob o controle de Paulo Ferraz, com sede no Rio de Janeiro, foi vendida ao grupo Holandês AKZO; a empresa Henrique Lage Salineira, controlado por Francisco Bocaiúva Catão, com sede na Bahia, associou-se ao grupo italiano Nora, passando a ser denominada de Nora Lages. Esses três grandes grupos passaram a controlar 80% da produção de sal no litoral norte-riograndense, absorvendo, em seguida, 90 pequenas e médias empresas das 120 existentes. (FERNANDES, 1995).

Em relação aos processos produtivos, com o advento da mecanização sob o controle das multinacionais, registram-se profundas mudanças. O sal cristalizado nos tanques de evaporação, antes quebrados e removidos pelo braço humano, passou a ser obtido por tratores e transportado por esteiras mecânicas, substituindo a chibanca e o carro de mão, respectivamente, na quebra e no transporte do sal dos cristalizadores para os aterros. O transporte para os porões dos navios, antes feito por pequenos barcos, passou a ser feito por grandes barcaças de até 600 toneladas. A purificação do sal, antes feita pela sua exposição prolongada à ação do sol e do tempo, passou a ser feita mecanicamente, agregando valor ao reduzir o tempo de permanência deste nos aterros das salinas para conservação e purificação. Esse processo de inovação acarretou a elevação da produtividade, a melhoria na qualidade do produto,

³¹ O Porto Ilha é uma espécie de Ilha artificial. Foi construído a 11km da costa da cidade de Areia Branca, com 150m de comprimento por 66 metros de largura, com uma capacidade de estocagem de 90.000 mil toneladas de sal. Sua construção foi iniciada em 1970 e concluída em 1974. Foram investidos 35 milhões de dólares oriundos do BNDS e de empréstimos feito ao Emxibank. Este Porto, que continua estatal, é, ainda hoje, a principal via de exportado do sal produzido no RN. (QUEIROZ, 1974), (COSTA, 1993).

a redução do custo da produção, entre outros efeitos positivos; ao mesmo tempo em que promoveu o desemprego de uma enorme massa de trabalhadores; a eliminação de inúmeros sindicatos e a migração de milhares de operários para os centros urbanos, como efeitos negativos. As cidades salineiras e suas populações continuam ainda hoje, 2007, tão pobres quanto antes. Acrescente-se que as multinacionais não implantaram, na região salineira, projetos industriais de aproveitamento do sal, além de que, os novos dirigentes – diretores, gerentes e técnicos especializados - das multinacionais vinham de fora, de outros centros, não residindo nas cidades litorâneas onde se localizavam essas empresas. Este conjunto de fatores não possibilitou o surgimento de uma nova dinâmica econômica que beneficiasse as populações locais, frustrando as esperanças criadas em torno das ações modernizadoras implementadas. Ao contrário, esse processo, tal como conduzido, tornou-se pesadelo para muitos, principalmente, para as pequenas empresas e para os trabalhadores do sal e suas famílias.

Resumindo, o cenário sócio-econômico pós-modernização da indústria do sal no Rio Grande do Norte assumiu a seguinte configuração: os operários das salinas e do transporte do sal foram expulsos, em grande número, das suas atividades pela eliminação dos postos de trabalho, causados pela mecanização dos processos produtivos e pela introdução das barcaças no transporte do sal. Acrescente-se a essas mudanças a natureza repressiva do Estado, ao submeter os operários à nova ordem monopolista de acumulação imposta pelo avanço da modernização. Estes foram severamente reprimidos, sendo suas lideranças presas e banidas, e seus sindicatos desarticulados e transformados em agência de locação de mão-de-obra para o capital.

Os pequenos e médios empresários que tinham negócios ligados às atividades de extração do sal foram forçados a vender ou fechar suas empresas pela impossibilidade de competir com as multinacionais recém-instaladas. Aduzindo-se, ainda, o papel desempenhado pelo Estado, neste caso, ao financiar, privilegiadamente, o processo de modernização das salinas controladas pelas grandes empresas. Além de boicotar a melhoria (o asfaltamento) das rodovias que ligavam Macau, o principal centro produtor de sal e onde se localizava a maioria das pequenas e médias empresas, a Natal, Açu e Mossoró, via de escoamento da produção dessas empresas. Lembrando ainda que os pequenos e médios empresários do sal não tinham acesso às modernas barcaças para transportar a sua produção, acessível apenas àquelas empresas que produzissem acima de 200 mil toneladas.

Considerando ainda esse cenário, não podemos deixar de registrar as ações do governador do Estado, Cortez Pereira de Araújo, ao criar, em 1973, o Fundo de Apoio ao Pequeno Produtor de Sal - Funpesal e ao apoiar a criação de uma cooperativa para organizar as pequenas empresas salineiras,

numa reação à situação de privilégios concedidos pelo governo central, através da Sudene, às grandes corporações internacionais. Cortez, ao defender o papel do Funpesal de apoio a esses produtores afirma: “O Funpesal é discriminatório e foi feito para salvar as empresas locais”. (ARAÚJO, 1974, p. 15) Essas iniciativas foram ferrenhamente combatidas pelos representantes das multinacionais, a exemplo do Coronel do Exército Paulo Barreto, da alta direção da empresa “Henrique Lage Salineira”, controlada pelo grupo italiano Nora (BARRETO, 1974). Essa política de apoio aos pequenos e médios produtores é abandonada pelo sucessor de Araújo no governo do Estado, Médico e fazendeiro Tarcísio de Vasconcelos Maia. Consolidando-se de uma vez o domínio da indústria salineira pelo grande capital internacional.

8.4 O GOVERNO GEISEL: O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E O PÓLO QUÍMICO INDUSTRIAL

A proposta do Pólo Químico Industrial contemplado pelo II PND, a ser executado no Rio Grande do Norte, não chega a se concretizar, mesmo tendo sido investido 280 milhões de dólares (o dobro do investimento previsto inicialmente) a partir de 1974, data da sua criação, aos dias atuais.³² Este fato chama atenção e suscita uma indagação: o que teria contribuído para a sua não implementação, considerando-se que outros pólos de desenvolvimento, iniciados na mesma época e constante do mesmo plano de desenvolvimento como o de Camaçari na Bahia são implantados com sucesso e o Pólo Químico do RN não o é? Para responder esta questão vamos discutir três aspectos que podem ajudar na compreensão desse insucesso: primeiro, a crise do Estado, as dificuldades de cumprimento das metas do II PND e a implantação da Alcanorte; segundo, a Alcanorte no contexto das disputas pelo controle do mercado da barrilha; e terceira, os grupos políticos e econômicos locais e a implantação da fábrica de barrilha.

8.4.1 A crise do Estado, as Metas do II PND e a implantação da Alcanorte

A política de desenvolvimento do Governo Geisel, baseado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), previa três linhas básicas de ação: investimento em infra-estrutura;

³² O custo da instalação da primeira etapa da fábrica de barrilha com uma produção prevista de 200 mil toneladas era de US\$ 110 milhões. Cf. Exposição de Motivos GM/No 79, de 2 de Agosto de 1974, do Ministério da Indústria e Comércio. In. Necessidade de implantação de uma Fábrica de Barrilha no Rio Grande do Norte. (Queiroz, 1975).

produção de insumos básicos para a indústria; e incremento à produção de bens de capital. O capital estatal e o capital privado nacional eram à base do financiamento das metas desse Plano e o capital internacional entrava como complemento necessário ao sucesso de suas metas. É nessa ótica que o governo procura consolidar uma economia capitalista dinâmica, elevando continuamente as suas margens de autonomia e reduzindo gradualmente os desequilíbrios regionais que a acompanhava, de forma a assentar as bases para a emergência do Brasil como potência no plano mundial, ideário dos governos militares de 1964-1985.

A criação de pólos industriais direcionados a dinamizar a economia regional, especialmente no Nordeste, constava das prioridades definidas pelo II PND. Estes pólos deveriam atender as necessidades de produção de insumos básicos para abastecer o mercado nacional da indústria química, de alimentos e de transformação, em consonância com a orientação do governo central de descentralização dos investimentos industriais, de redução da dependência de importação desses insumos e de redução das desigualdades regionais. Segundo Rômulo de Almeida “a crise do petróleo a partir de 1973 teria levado o governo federal a estabelecer, através do II PND, prioridades mais nítidas para a indústria de bens de intermediários e para descentralização industrial, definindo alguns projetos para o Nordeste como a implantação efetiva do COPEC, da Salgema e da Dow Quemical (Aratu), todos em processos de complementação, ao lado do início da implantação da planta de amônia-uréia e do projeto dos evaporitos (potássia) em Sergipe e do projeto da barrilha no Rio Grande do Norte”. (ALMEIDA, 1985, p. 102).

Como se pretende entender a trajetória histórica dessa iniciativa e os movimentos conscientes de intervenção do Estado nacional na implantação desse pólo se faz necessário avançar na análise das diretrizes de política econômica estabelecidas pelo II PND.

O Estado, no regime militar (1964/1985), se caracterizava, na área da economia, pela capacidade de intervenção, criando, nesse período, “mais de 300 empresas estatais” (FIORI, 1995, p. 58); definindo políticas de investimentos nos setores chaves e utilizando os instrumentos de política econômica e financeira na expansão do capitalismo. As empresas privadas nacionais, nesse contexto, seria o núcleo central dos investimentos.

O governo do General Geisel, sob a orientação do II PND, é a marca desse período. A política de desenvolvimento econômico proposta é caracterizada como desenvolvimentista. Porque ao ajustamento econômico preferiu o financiamento do desenvolvimento interno, com o propósito de consolidar uma economia moderna, adequando as suas estruturas produtivas às novas economias

mundiais associadas, por sua vez, a uma nova etapa no esforço de integração nacional. Por outro lado, o Estado nacional exercia, de acordo com o II PND, um papel ativo, planejador e condutor, num esforço de continuidade da expansão e diversificação industrial, negando-se a delegar ao mercado a condução das decisões econômicas. Esse governo responde ao estrangulamento – de financiamento e de juros altos - externos e à crise do petróleo dos anos 70 com a reestruturação do aparelho produtivo, buscando decisivamente a complementação da estrutura econômica do país.

Observa-se que as diretrizes de política econômica do II PND se agrupavam em três eixos principais: 1 – a adoção de um padrão de desenvolvimento associado onde deveria predominar o capital privado nacional como núcleo central do desenvolvimento, tendo o capital estatal e o capital internacional como complemento do sistema; 2 – a definição de uma política de desenvolvimento, onde os investimentos seriam financiados com recursos oriundos de empréstimos externos; 3 – e, por último, uma política externa em que a economia deveria aprofundar suas relações com o mercado internacional, ajustando-se às novas realidades da economia mundial. A proposta de hegemonia do capital privado nacional, na direção do desenvolvimento, constante do II PND, tinha como eixo fundamental à criação de tecnologias sob o controle das empresas nacionais na perspectiva da construção de uma autonomia econômica para o país. Mas os estudos sobre esse período demonstram que os resultados obtidos atestam o fracasso dessa política. Entre os motivos para esse insucesso, anotamos: 1 - o elevado crescimento da dívida externa; 2 - um maior domínio do capital internacional, com o aumento da dependência econômica; 3 - e uma crescente elevação do déficit da balança comercial. (LESSA, 1978); (CASTRO E SOUZA, 1985); (CARNEIRO, 2002).

Para suprir a insuficiência da poupança interna, determinada pelas importações, por falha na estrutura industrial – escassa produção de bens intermediários e de capital, os governos do período de 1964/1985 seguiram o caminho do crescimento com endividamento. No caso específico do II PND, os fundamentos dos macro-projetos propostos nesse plano, no sentido de transformação da estrutura produtiva – implantação de um parque industrial moderno, relacionado à produção de insumos básicos e bens de capital – estavam assentados em políticas de financiamento, por meio de empréstimos externos. Ricardo Carneiro (2002), ao analisar a dívida externa brasileira nos anos 70, constata a elevação da dívida líquida nesse período em função de três fatores principais: dos empréstimos necessários à execução das metas do II PND; da elevação dos juros internacionais e da deterioração das trocas comerciais. Este último fator determinado pelo choque do petróleo entre 1973-1979.

Assim, o avanço da acumulação de capital, já submetido aos interesses do capital monopolista internacional e nacional e marcado pelo endividamento do Estado calibrou o avanço do capitalismo brasileiro nos anos 70. Passava-se do modelo de produção baseada nos bens de consumo duráveis à política de substituição de importação de máquinas e equipamentos, anteriormente importados. A proposta do governo constante no II PND era produzir internamente os bens de capital, os insumos básicos e as tecnologias necessárias a uma maior autonomia econômica. Na visão de Guido Mantega (1979), essa conjuntura econômica apresentava com maior ênfase a questão de uma nova inserção da economia ao mercado internacional. Ao capital estrangeiro interessava investir no setor de bens de consumo duráveis e importar máquinas e equipamentos das suas matrizes no exterior. Ao governo e aos empresários nacionais importavam desenvolver internamente o setor de bens de capital e de insumos básicos, modificando o perfil da economia e redefinindo sua relação com o mercado internacional. Só que a consolidação desses dois setores (de bens de capital e de insumos básicos) não se deu como previsto no II PND. Ela vai ocorrer de fato com a decisiva participação do capital externo, associado ao capital nacional com o apoio do Estado, abandonando o projeto da chamada autonomia interna. Ao expor o insucesso do modelo de desenvolvimento autônomo constante do II PND e utilizando-se de uma citação do empresário Paulo Villares (BLUM, 1984, p. 144) verifica que: 60% das indústrias de bens de capital instaladas no país, pertencem ao capital estrangeiro e 90% da tecnologia usada é importada do exterior – das multinacionais”.

O déficit da balança de pagamento é o terceiro aspecto a ser destacado. A alta dos preços do petróleo, em outubro de 1973, do carvão e de fertilizantes, matérias primas de que o Brasil precisava, e dos produtos industrializados, numa estratégia dos países desenvolvidos em transferir para os subdesenvolvidos os custos do preço do petróleo são causas fundamentais da elevação do déficit da balança de pagamento. Internamente, a orientação adotada pelo II PND para a produção de bens de produção e de insumos básicos exigia enormes investimentos com retorno lento e com tecnologias sofisticadas. A política de incentivos às empresas privadas nacional, para fazer frente ao avanço das estatais e do capital internacional e a construção de grandes complexos industriais com financiamentos externos agravaram, sobretudo, a balança de pagamento comprometendo a orientação de desenvolvimento econômico, imprimida pelo II PND. (BLUM, 1982); (BATISTA, 1983).

Para o nosso propósito cumpre destacar a chamada questão regional para esclarecer como a política esboçada no II PND contemplava o desenvolvimento dos espaços regionais e qual a dinâmica econômica proposta em suas diretrizes.

Em relação à articulação dos espaços regionais ao projeto de desenvolvimento nacional, deve-se ressaltar que nos anos 70 se consolidava um tipo de integração inter-regional pela via do setor produtivo, diferentemente da integração comercial ocorrida entre as regiões, até os anos 60. (GUIMARÃES NETO, 1989). No que se refere à dinâmica econômica regional, o II PND previa investimentos em infra-estrutura financiados, via de regra, a fundo perdido pelo Estado nacional, assim como ao setor industrial, que seria subsidiado com recursos públicos, no espírito da desconcentração da indústria nacional, iniciada nos anos 60, e que seguiu até a primeira metade dos anos 80 do século passado. Tornou-se consenso entre estudiosos da economia regional como Leonardo Guimarães Neto. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*, (1989) e *Trajectoria econômica de uma região periférica* (1997); Tânia Bacelar de Araújo. *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação* (1997), que, entre os anos 60 e 80, as regiões no Brasil assumiram um novo padrão de integração. Ao demonstrar esse novo padrão, Tânia Bacelar, por exemplo, afirma:

O país passa da articulação comercial entre as regiões para uma 'integração produtiva' inter-regional. Não se trata mais de produzir em São Paulo para vender no mercado do Brasil. Trata-se de produzir nas diversas regiões brasileiras. É um momento novo, vai haver uma migração de capitais. Parte dos capitais que estavam no espaço mais dinâmico do país vai deixar esse espaço para ir a outras regiões. Esse é o momento em que se tem uma mudança qualitativa importante. A indústria implantada no Nordeste nesse período não era para o mercado nordestino. É uma indústria montada para o mercado brasileiro, localizada no Nordeste (ARAÚJO, 1997, p. 77).

Como ocorrera em outros estados do Nordeste (Bahia, Ceará, Pernambuco), a economia do RN se integra à economia nacional pela nova política de descentralização industrial intensificada nos anos 70. Essa política coordenada pelo Estado nacional e expressa na definição do setor econômico a receber investimentos, através da concessão de incentivos e subsídios aos capitais privados e da ação direta das empresas estatais, trouxe para o RN a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. e a Álcalis – Companhia Nacional de Álcalis, responsáveis, aqui, por essa política de integração produtiva. A Petrobrás chega em 1973, desenvolvendo atividades de pesquisa e de perfuração de poços em busca de petróleo e gás natural, e a Álcalis em outubro de 1974, através da criação da empresa estatal, Álcalis do Nordeste S. A – Alcanorte para a fabricação de barrilha e seus derivados.

Essa política de integração estabelecida pelo Estado nacional indica que o novo padrão de integração regional tendo como base o desenvolvimento industrial foi o caminho seguido no RN. Propunha-se a industrialização como o fator básico na criação de uma nova dinâmica econômica

interna a cada Estado. Assim, em nosso caso, o capital privado internacional com a participação decisiva do Estado promoveu, nos anos 70, a mecanização das salinas para suprir de sal as indústrias localizadas no Sudeste e criaram o Pólo Químico Industrial buscando, por essa via, integrar a economia do RN através da modernização do nosso parque salineiro e da produção de barrilha necessária ao abastecimento do mercado nacional.

Ocorre que nem todas as proposições de políticas econômicas contidas no II PND se viabilizam. Como já dito, o Brasil é atingido nesse período pela crise do petróleo, do endividamento externo, do balanço de pagamento, além da elevação da inflação e da retração dos investimentos externos. Esse conjunto de fatores leva o governo brasileiro a adotar uma política de contenção de despesas, reduzindo os investimentos na área produtiva. Os projetos constantes do II PND sob a responsabilidade das empresas estatais nas áreas de bens de capital e de insumos básicos são paralisados ou têm seus cronogramas de conclusão adiados. Nesse meio encontra-se o projeto de construção da fábrica de barrilha de Macau – RN, que, após ter recebido investimento da ordem de US\$ 128 milhões entre 1975-1980, não é concluída no tempo previsto. Observe-se que os recursos previstos para pôr em funcionamento a fábrica em sua primeira fase era de US\$ 110 milhões. O grupo externo de capital holandês, representado pela empresa AKZO nesse empreendimento, perde o interesse por este projeto e retira-se do empreendimento, ficando o Estado responsável pela sua condução. Em crise, o Estado não destina os recursos necessários a sua conclusão, sendo este transferido, em 1992, ao grupo do empresário Fragoso Pires, já no governo de Collor de Melo.

8.4.2 A Alcanorte e o Mercado da Barrilha

A escassez da oferta de barrilha e de seus derivados ao mercado nacional sempre foi utilizada pelos representantes do Estado como justificava para criação de uma fábrica de barrilha no Rio Grande do Norte. Esta justificativa, pelo menos num primeiro momento, não levava em consideração a fase monopolista em que se encontrava o capitalismo brasileiro e notadamente o mercado da barrilha, dominado por grupos econômicos internacionais. Raciocinava-se como se a economia brasileira fosse isolada, livre de competição, não tivesse que enfrentar, ao instalar uma indústria nessa área, os monopólios com atuação nesse setor. É assim que pensa o Diretor Administrativo da Alcanorte Ubiratan Galvão ao justificar a necessidade da conclusão da fábrica de barrilha em construção no RN, em dezembro de 1979:

Como o Brasil é deficitário na produção de barrilha – haja vista que a fábrica localizada em Cabo Frio produziu em 1978, 180 mil toneladas, tendo o Brasil que importar outras 180 mil toneladas para equilibrar o seu consumo e que em 1979 a produção brasileira ficou em torno de 200 mil toneladas, sendo ainda importada mais 200 mil – desnecessário se torna dizer que toda produção a ser obtida no Rio Grande do Norte já está totalmente comprometida dentro do próprio país. Mas, somente após entrar em funcionamento a segunda etapa do projeto em nosso estado, o Brasil deixará de ser importador para ser exportador. (GALVAO, 1979, p. 175).

Ubiratan Galvão, ao utilizar o argumento da pouca produção em relação ao consumo interno da barrilha, não atentava para o fato de que esse mercado já era ocupado, em boa parte, como ele mesmo reconhece, pela barrilha importada, portanto, que havia grandes empresas com interesses fincados no mercado de consumo da barrilha no Brasil. Pensava Ubiratan no crescimento do consumo interno desse insumo por conta do avanço da indústria química e de transformação ocorridas no Centro-sul a partir dos anos 70.

Porém, esquecia-se que, já nos anos 70, havia um cartel internacional que controlava o mercado mundial da barrilha, cartel este agrupado na “American Natural Soda Ash Association” – ANSAS³³, que era responsável pelo fornecimento de 75% da barrilha consumida pela indústria química brasileira e que precisava ser levado em consideração na discussão da viabilidade de implantação da fábrica de barrilha de Macau.

Assim, o poder das empresas multinacionais, controladoras do mercado mundial e nacional da barrilha precisava ser levado em conta, não sendo, nessa visão, apenas a crise porque passava o Estado brasileiro a responsável principal pela não conclusão desse empreendimento. Tinha-se que se considerar o real controle do mercado interno desse insumo. Atente-se para o que afirma o jornalista Cassiano Arruda Câmara, um atento observador da nossa cena econômica, em entrevista ao autor:

[,,] não havia mercado para a barrilha e a fábrica começou a apodrecer. Chega Tarcisio Maia porque ele [o governador Tarcisio Maia] não tinha o mercado. O grande problema: não tinha o mercado. Ele não tinha a ANSAS. A ANSAS não deixou fazer o projeto da barrilha. O que ele pôde fazer para não parar fez. Lembre-se que toda a infra-estrutura da fábrica ficou pronta, a vila operária, (...) tinha dinheiro ele fez. Ele fez tudo. Só não fez botar a fábrica para moer porque ele não é dono do mercado. Essa é que é a realidade. É que o mercado é maior que o Estado. (CÂMARA, 2006).

³³ Referenciada daqui pra frente pela sigla ANSAS.

Cassiano Arruda Câmara se refere à força dos grupos econômicos internacionais controladores do mercado da barrilha no Brasil. Ele reconhece que esse mercado já estava sob o domínio de um grupo de empresas organizadas na ANSAS, composta por quatro empresas americanas e uma empresa belga. Esse cartel produzia à época 12 milhões de toneladas de barrilha/ano e era quem já abastecia em mais da metade as empresas consumidoras desse insumo básico no Brasil. Diante de uma produção de 12 milhões de toneladas/ano e dos investimentos em ciência e tecnologia feitos por este cartel, tornava-se quase impossível a barrilha produzida no Brasil (apenas 450. 000 toneladas/ano) concorrer em um mercado não regulamentado, aberto. (FERNANDES, 1995). E mais, a barrilha importada e vendida no Brasil era, de fato, mais barata do que a barrilha produzida pela fábrica de Álcalis no Rio de Janeiro. Essa visão é interessante porque considera o mercado e os preços praticados pelas empresas agrupadas na ANSAS como o maior obstáculo ao funcionamento de uma nova fábrica de barrilha no território brasileiro. A Revista Época, em reportagem de 04 de setembro de 2000, alerta para este fato: “A Álcalis fabrica barrilha em torno de US\$ 235 a tonelada, enquanto o produto importado dos Estados Unidos e distribuído no país custa US\$ 220, incluindo impostos e despesas alfandegárias”. (NEWTON; GUEDES; NOGUEIRA, 2000, p.120). Diante desses dados seria muito difícil organizar uma indústria que pudesse sobreviver num mercado desregulado.

A visão de que o controle do mercado seria decisivo na implementação de um projeto químico no Rio Grande do Norte se fortalece quando se propôs a criação do Pólo Gás Sal, nos anos 90. Sabendo-se da relação da ANSAS com o mercado consumidor de barrilha no Brasil e com a história da construção da Alcanorte, os defensores desse projeto definiram estratégias que pudessem atrair as multinacionais da barrilha para a retomada da construção da fábrica de Macau. Foi a compreensão da importância do papel da ANSAS no mercado da barrilha no mundo, e especialmente no Brasil, que levou a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte a convidar a empresa U.S. Salt Corporation, associada a ANSAS, mais a empresa de energia elétrica América Florida Power & Light, e a empresa Peak Investments (representado investidores internacionais) a participarem das negociações da retomada da construção da fábrica de barrilha, nos anos 90. Ao Definir a estratégia e os grupos empresariais que comandariam a retomada do Pólo Químico Industrial, assumindo o controle da fábrica de barrilha, o núcleo de coordenação do Pólo Gás Sal entendeu ter resolvido as dificuldades existentes em relação à concorrência nesse setor, já que a ANSAS assumiria o controle desse empreendimento. Nesse sentido, a fala do Presidente da

Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte, Abelírio Vasconcelos da Rocha, em entrevista ao autor, corrobora nesse tipo interpretação:

Para viabilizar esse projeto fomos atrás do homem que representava a ANSAS no Brasil, o Sr Michel Boyce, um grupo americano. Ele foi receptivo desde que tivesse, a ANSAS, a garantia dos investimentos. Para nós era mais confiável tocar o empreendimento com ela do que qualquer outra. E aqui Fragoso Pires facilitou tudo, na transferência da fábrica de barrilha. Para isso vem sempre o problema de energia. Ele queria que alguém, sob a sua orientação, tocasse a parte energética, o da termoelétrica. Nós contatamos uma empresa chamada América Flórida Power Light que é muito grande. Então veja, assinaram com o governo do estado o protocolo de intenção, aonde a Florida Power Light ficaria com a Termoassu que garantia a energia para a fábrica de barrilha. A fábrica de barrilha seria tocada pelo Michel Boyce da ANSAS. Os dois grupos atraíram investidores internacionais através da Peak Investments. Estava pronta a engenharia. Vamos agora produzir barrilha no Rio Grande do Norte. Era o que esperávamos. (ROCHA, 2006).

Adotada a estratégia de atração das multinacionais da barrilha, considerada a mais razoável do ponto de vista do mercado e dos coordenadores locais do projeto de retomada da fábrica de barrilha, já que eliminava possíveis disputas comerciais pelo mercado brasileiro desse insumo básico essencial à indústria química, já, em grande parte, sob o domínio das empresas associadas a ANSAS, poder-se-ia, agora, viabilizar esse projeto. O que, mais uma vez, terminou não ocorrendo. Fato que será demonstrado com mais detalhe no capítulo seguinte.

8.4.3 A Alcanorte e o Poder Político Local.

Com a edição dos planos nacionais de desenvolvimento, notadamente, a partir da segunda metade dos anos 70, a Sudene deixa de ser o lócus definidor das políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Essas políticas passam a ser estabelecidas pelo governo central, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e seus programas especiais (a política dos pólos pode ser citada como exemplo). Esse novo formato de política regional, com predominância do Estado nacional, reduz as possibilidades de influência dos grupos econômicos regionais na definição das prioridades de investimentos. Mesmo antes desses programas de industrialização específicos, quando predominava o planejamento definido pela Sudene, para áreas da indústria tradicional como têxtil, de alimentos e de bebidas, alguns estudiosos da questão regional, como Silvio Maranhão (1984) e Francisco de Oliveira (1977), afirmavam que a medida em que o Nordeste ia se integrando à economia nacional se perdia as

possibilidades de organização e fortalecimento de uma burguesia regional que pudesse ter influência na definição das políticas de industrialização para aqui direcionadas. O padrão industrial nordestino, para esses autores, reflete, desde sempre, as reações empresariais do Centro-Sul, a oportunidade de investimentos e não a um modelo de estrutura produtiva que tenha sido determinado por interesses regionais. Esse ponto é fundamental para a explicação do papel desempenhado pelos grupos locais nas tentativas de implantação de uma política de modernização industrial nessa região.

Mesmo assim, surge, a partir dos anos 50 do século XX, um novo intelectual e uma nova abordagem sobre a questão nordestina, representados por profissionais liberais, religiosos, empresários e políticos que não aceitam a visão fatalista da seca, e como solução dos seus problemas as questões técnicas. Esse intelectual incluía em sua pauta de reivindicações mudanças na estrutura fundiária e uma política de industrialização das matérias primas locais, ao mesmo tempo em que denunciava as disparidades regionais e a estagnação da economia do Nordeste. A partir daí passou a exigir do governo central medidas efetivas, capazes de modificar a dinâmica de desenvolvimento da região; ao lado do questionamento das formas de dominação dos grupos políticos tradicionais. Entre os principais representantes desse novo intelectual e dessa nova política podem ser citados Celso Furtado, Josué de Castro, Manoel Correia de Andrade, Dom Hélder Câmara, Rômulo de Almeida, Barbosa Lima Sobrinho, os de maior destaque.

Lideranças políticas e religiosas do Rio Grande do Norte participam desse debate ao se posicionarem por mudanças na forma de encarar os problemas no plano da economia e no plano da política. Na economia eram reivindicadas ações na área de financiamento, através do Banco do Nordeste e de energia, com a construção da Hidroelétrica do São Francisco. Com esses instrumentos de desenvolvimento, na visão do então deputado federal Aluizio Alves seria possível implementar as indústrias nos setores químico mineral e rural. (ALVES, 1953,) No plano da política, Aluizio Alves, ao assumir o governo do Estado, em 1960, implementa ações de modernização da estrutura do Estado ao lhe atribuir as funções de planejamento, criando com esse objetivo a “Comissão Estadual de Planejamento” (CED), para fazer estudos e diagnósticos sobre a economia estadual. Sendo elaborado no seu governo o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte para o quinquênio (1961-1965). Essa comissão desenvolveu o seu trabalho assessorado por técnicos da CEPAL e da Sudene. (TINOCO, 2005). A Igreja Católica no Rio Grande do Norte também se posicionou frente aos problemas enfrentados pela maioria do seu povo. Em reunião dos seus Bispos, em Natal, em 1951, lança uma Carta Pastoral condenando as estruturas oligárquicas dominantes,

conquistadas e mantidas pela corrupção eleitoral, através da compra do voto. Em relação à economia e as questões sociais, os Bispos do Nordeste, reunidos em Natal, em maio de 1959, com a presença de Celso Furtado, propõem debater o atraso da agricultura nordestina, a educação de base e a promoção do trabalhador rural, a assistência e saúde, a estrutura agrária, as migrações internas e a colonização (SOUZA, 1982).

É importante firmar, ainda, que o Rio Grande do Norte não criou uma classe burguesa do tipo clássico, do tipo formado com a revolução industrial européia ou um agricultor, ou comerciante ou mesmo um industrial do tipo gerado pela exploração do café em São Paulo. E mais, aqui não foi criada uma classe média significativa a partir das atividades econômicas desenvolvidas no campo ou no comércio que desse sustentação a um processo de industrialização autônomo. Mesmo porque os industriais e comerciantes, em nosso caso, eram pouco numerosos e economicamente débeis para que aspirassem a uma dominação social e política do tipo exercida pela burguesia do ocidente ou mesmo paulista. Mesmo assim, os nossos líderes empresariais, da indústria e do comércio defenderam e lutaram pela modernização da economia local, nesse caso, recorrendo ao Estado no fomento a esse movimento. Estes fatos retiraram desses empresários as possibilidades de exercer maiores influências na direção dos processos de modernização encetados. Não se deixando, por isso, de reconhecer as suas responsabilidades políticas na modelagem de um determinado sistema social, reservando para si, quando possível, parcela da acumulação, fruto desse processo.

Essas condições levaram esses grupos sociais, com o apoio do Estado, a se juntarem ao capital de fora para o financiamento das ações de modernização, na indústria, na agricultura e no setor de serviços. Nesse sentido, eles não estabeleceram diferença entre capitais: se de origem nacional ou internacional. Importava para eles modernizar a economia. Fosse através dos mecanismos de planejamento ou não, sob o comando da empresa privada nacional ou não. Eles lutam há 50 anos pela implantação de pólos de desenvolvimento modernizados, como serve de exemplo às tentativas de implantação dos pólos têxtil integrado, metal-mecânico, petroquímico, químico industrial, que avançou de alguma forma sob o comando do Estado, da empresa privada nacional e internacional ou sob o comando do Estado associado a estas.

Tratando-se especificamente da indústria salineira, verifica-se que, até o final dos anos 60 do século XX, os empresários nacionais e locais mantinham o seu controle, a partir da mecanização ocorrido em seguida, ela passa para o domínio das empresas multinacionais ligadas à indústria química, também internacionalizadas. Sendo este o fenômeno mais visível no movimento do capital,

ocorrido nesse período, e que vai determinar os destinos dessa indústria nos anos 80 e 90 desse mesmo século. Isso porque o seu avanço na direção da modernização passou a depender dos interesses daqueles grupos. Os empresários locais, nessa nova configuração, tinham pouco poder para definir os destinos dessa economia, agora, submetida aos interesses de grupos econômicos externos. Este fato pode ser demonstrado a partir da análise das iniciativas em torno da implementação do Pólo Químico Industrial; da privatização da Alcanorte e da criação do Pólo Gás Sal, analisados mais adiante.

Mesmo antes da transferência das grandes empresas de extração do sal para o controle das multinacionais, a participação dos empresários locais na produção do sal era marginal. Elas estavam antes do surto de modernização dos anos 60/70, em sua grande maioria, sob o domínio de investidores do Sudeste, como lembra o jornalista Cassiano Arruda Câmara em entrevista ao autor:

Veja bem, no sal tem uma diferença, o poder de decisão sobre essa indústria sempre ficou fora do RN. Quem são os grandes? Aqui só apareceram os executivos, desde a exploração comercial, quer dizer, nós temos Paulo Ferraz, Companhia Comércio Navegação [Rio de Janeiro], temos a Condessa Pereira Carneiro [Rio de Janeiro], o grupo de Francisco Bocaíuva Catão da [Bahia], controlador da Henrique Lage. Quer dizer, salina era um grande negócio, mas os donos estavam fora, os lucros ficavam fora. Do Rio Grande do Norte tínhamos Tertuliano Fernandes que foi para o Rio de Janeiro. Lá criou a casa Títos, o edifício Vifer, na praia de Botafogo, um edifício para o povo dele. E aqui nós nunca conhecemos um salineiro de dinheiro. O nosso empresário do sal logo ia para o Rio de Janeiro, pois o mercado estava lá. (CÂMARA, 2006).

Com o avanço da modernização, as salinas, como já afirmamos, passaram para o controle de grandes empresas estrangeiras, com destaque para a Morton Norwich Products INC, Americana; a Nora, Italiana; e o grupo Holandês AKZO. Essas mudanças reduziram a participação do empresário nacional e afastaram ainda mais, a influência dos grupos políticos locais das deliberações sobre os caminhos tomados por essa economia.

Este fato aparece de forma concreta por ocasião da implantação da fábrica de barrilha em Macau-RN nos anos 70. As iniciativas em torno da construção da fábrica de barrilha se dão numa parceria entre o Estado nacional e o grupo holandês AKZO, ficando à margem os grupos nacionais e locais, como relata, ainda, Cassiano Arruda Câmara:

A história da Barrilha? A história da fábrica de barrilha no Rio Grande do Norte é a seguinte: no Brasil a produção de álcalis era estatal, pois era considerado produto estratégico. E a Barrilha é carbonato de sódio, é a união de sal com calcário. E nós tínhamos ambos, em abundância. Em Macau se produzia sal e o calcário era só

furar o chão que achava. Essas condições convenceram os executivos da Álcalis de que em Macau seria o melhor lugar para a localização de um novo projeto para a produção de barrilha. Então, a Companhia Nacional de Álcalis, uma estatal, se juntou ao Grupo Internacional AKZO para tocar esse empreendimento. Desgraçadamente morre o general Orlandini e é escolhido para substituí-lo, na presidência da Companhia Nacional de Álcalis, o coronel e ex-deputado federal, amigo dos militares, Edílson Távora (...) na hora que a fábrica poderia sair. Na hora H da conclusão da fábrica de barrilha, o Dr. Edílson me dá uma entrevista dizendo que vai impedir uma nova invasão holandesa no Rio Grande do Norte e acaba o contrato com a AKZO que tinha o know how e força no mercado. Aí a fábrica pára. Depois Tarcísio Maia assumiu a presidência da Companhia Nacional de Álcalis, com a morte de Edílson, e então Tarcísio fez tudo para concluir a fábrica de Macau. Aí aconteceu uma mudança na economia internacional desse setor. Os EUA descobriram um produto similar, um produto natural, que tinha as mesmas características da barrilha, chamada Trona, aí foi criado um cartel internacional da barrilha que atraiu os holandeses, o grupo que controlava a AKZO, que em parceria com o Estado estava construindo a fábrica de Macau. Então os holandeses deram o dedo pro RN, se foram. E, para nós, nada de barrilha. Não tínhamos sozinhos, como tocar esse empreendimento. (CÂMARA, 2006).

Cassiano levanta duas questões fundamentais que permeiam todo o debate sobre a produção de barrilha no RN. A primeira se refere à incapacidade dos empresários nacionais e locais de coordenarem um grande projeto nessa área industrial. Isso porque no início da mecanização das salinas, ainda nos anos 60-70, ocorre a exclusão destes do controle das empresas com atuação nesse setor, tendo sido reduzida às possibilidades de influência desses atores sobre os rumos que essa indústria tomaria. Outra constatação de Câmara era que, só seria possível dinamizar a indústria salineira com a presença do capital internacional.

Na mesma linha de caracterização da fragilidade das nossas lideranças econômica, observa-se que, também, os grupos políticos locais não se apresentavam com representatividade no cenário político nacional para reivindicar investimentos direcionados aos projetos de modernização para aqui destinados. É o que denuncia o engenheiro Ubiratan Galvão, ao responsabilizar esses políticos pelo atraso no cronograma de execução da fábrica de barrilha em implantação em Macau. Eis a denúncia de Ubiratan: “Outro problema que atrasou a chegada da barrilha ao nosso Estado foi a injunção de interesses políticos e a falta de lideranças locais capazes de defender com mais força as causas do Rio Grande do Norte junto aos escalões superiores em Brasília”. (GALVÃO, 1979, p. 174).

A mesma constatação, da frágil liderança desses grupos políticos, é observada por ocasião da privatização da Alcanorte, sem uma ativa participação nos debates sobre essa privatização e sem reunir as condições para exigir do Estado e do seu novo controlador um compromisso público, através do

qual se pudesse conhecer os prazos para a sua conclusão, e conseqüentemente exercer alguma influência sobre o seu destino, se limitam a apoiar esse processo sem nenhuma exigência. Confira-se o relato do ex-presidente da Alcanorte, no período de 1984/1985, Otomar Lopes Cardoso, sobre esse aspecto:

O BNDES tripudiou sobre os interesses do Estado e da sociedade norte-rio-grandense de ter sua unidade de barrilha funcionando o mais breve possível. Enviou para cá um diretor que se deu até o luxo de se negar a receber uma comissão de três deputados estaduais. Ficou trancado em gabinete, a sete chaves, possivelmente com receio de se explicar. Posteriormente o BNDES fez convite à bancada federal, em Brasília, para a sessão “audiovisual” com apresentação superficial sobre a venda da Alcanorte/Álcalis. O presidente do BNDES se dignou a passar na sala de projeção menos de 10 minutos para cumprimentar nossos deputados e senadores. Não houve tempo hábil para os senhores parlamentares perceberem o envolvimento, quando poderiam exigir uma reunião mais séria, para se ir ao fundo da questão. Talvez por isso se deram por satisfeitos com as explicações, não viram o que poderia mudar. Nessa ocasião se perdeu um grande momento de tentar fixar as regras do jogo em defesa dos reais interesses do Rio Grande do Norte. (CARDOSO, 2002, p.74).

Diante de uma bancada numericamente inexpressiva (8 deputados federais e 3 senadores) e politicamente frágil, coube a esses atores políticos fazer a revolução possível: abrir-se para a modernidade capitalista, modernidade esta coordenada por grupos econômicos externos ancorados no Estado nacional e/ou regional. Em relação a esta postura, Cassiano Arruda Câmara afirma: “acho que isso aí reflete, sobretudo, a falta de representatividade política do RN. É incrível que a Paraíba tem o dobro da representação do RN. É inconcebível. E o Ceará muito mais. Então, eu acho que falta ao RN essa reoxigenação política, a força política nas instâncias de decisão do governo central”.(Câmara, 2006).

As condições de um Estado em crise e a existência de um mercado de barrilha oligopolizado e dominado por grandes grupos internacionais, acrescida da pouca representatividade de uma elite sem força política junto aos centros de decisão do poder burocrático nacional na atração e execução dos projetos industriais constituem um quadro não muito promissor à conquista da modernidade, por tanto tempo reivindicada.

Dito isto, pode-se afirmar que um conjunto de fatores relacionados ao Estado, ao mercado e ao poder de influência das lideranças locais foi os responsáveis pelas dificuldades enfrentadas na implantação de uma indústria química no Rio Grande do Norte. Reconhecendo-se, no entanto, que o Estado foi o ator central nas iniciativas modernizantes em relação essa economia, tendo como aliado o

capital internacional. Foi tarefa do Estado, planejar, financiar e subsidiar os projetos nesse setor industrial e assumir, em alguns casos, a própria produção, como ocorreu com a construção da fábrica de barrilha nos anos 70. Além de ser o responsável pela criação da infra-estrutura de estradas, de porto e de armazéns indispensáveis à marcha da modernização desse setor.

Mesmo fora do controle do processo de modernização da economia do sal e do processo de criação da fábrica de barrilha, as lideranças políticas e econômicas locais a defendem, porque interessava a ela criar as condições favoráveis ao avanço do capitalismo, cumprir o desafio histórico de levar a cabo a modernização econômica. Daí porque não se erigiam critérios sobre os capitais e grupos responsáveis pela condução desse processo. A comparação que ela fazia e ainda faz da natureza de modernização não é com uma alternativa fora do âmbito do desenvolvimento desigual do capitalismo, mas com as velhas estruturas de produção não modernizada e quase sempre submetida ao controle dos grupos oligárquicos atrasados. Nessa contraposição, defende com afinco a modernização das salinas, a construção do Pólo Químico Industrial, a privatização da Alcanorte e a criação do Pólo Gás Sal.

9 DA PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE À CRIAÇÃO DO PÓLO GÁS SAL

Neste capítulo, pretende-se analisar as políticas direcionadas à implantação do Pólo Químico Industrial no Rio Grande do Norte nos anos 90. Se nos anos 70 e 80 do século passado apostava-se no Estado como o instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, nos anos 90, desse mesmo século, essa missão é delegada ao setor privado da economia.

Nesse sentido iniciamos este capítulo analisando o processo de globalização econômica por ser ele o fator determinante da expansão capitalista nos anos 90 do século XX e por reforçar o projeto das elites periféricas do mundo, como a norte-rio-grandense, que pretendia ver sua economia inserida no circuito da economia mundial. Mesmo sabendo que a globalização econômica fragiliza os mercados internos, eleva a concentração econômica, força as privatizações das empresas públicas e fomenta a fusão e desnacionalização dos grupos econômicos nacionais, aumentando a dependência dos países em desenvolvimento ao capital financeiro internacional, essas elites a defende como alternativa para a superação do atraso econômico a que estão submetidas.

A globalização econômica é a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na mundialização da produção comandada pelas empresas transnacionais, gradativamente transformadas em atores centrais da nova economia mundial. As principais características do processo de globalização, para Boaventura de Souza Santos, são: “uma economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global; um processo de produção flexível e multilocal; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; privatização das empresas estatais, proeminência das agências financeiras multilaterais.” (SANTOS, 2002, p. 29).

Esse conjunto de proposições, segundo Santos, busca transformar o sistema econômico global, embora de forma desigual, e de acordo com a posição de cada país no contexto econômico mundial. Importa, para este estudo de caso, compreender os desafios colocados por esse modelo de acumulação para os países desigualmente desenvolvidos como o Brasil, no que se refere às diferenças e aos ritmos de desenvolvimento interno. Considerando, assim, as exigências impostas às nações periféricas como a abertura de mercado; a equalização dos preços internos aos preços internacionais; a prioridade às economias de exportação; as políticas fiscais e monetárias orientadas para o controle da inflação; a privatização do setor produtivo sob o controle do Estado; a predominância da lógica do mercado; entre outras exigências.

Os países atrasados, no contexto da globalização, são os que mais estão sujeitos às imposições desse receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa desses países, através dos programas de ajustamento estrutural. O Brasil, ao promover com maior intensidade, nos anos 90, suas reformas estruturais, seguiu fielmente esse receituário imposto pelas políticas neoliberais oriundas das agências de financiamento internacional como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, ao redefinir o papel do Estado em relação à economia: renunciando às políticas de desenvolvimento, “enxugando” e privatizando empresas sob o controle do Estado e priorizando os setores econômicos competitivos, notadamente, aqueles voltados para o mercado de exportação, de telecomunicação e de energia. (TAVARES e FIORI, 1993).

No período de maior avanço das políticas neoliberais, que correspondem no Brasil, aos governos de Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), um conjunto de ações destinadas a promover o avanço da globalização é adotado. Entre estas ações destacam-se as privatizações das empresas sob o controle do Estado e as medidas em direção à abertura do mercado. Com início no governo anterior de Collor de Mello, elas formam, ao lado da desregulamentação financeira e de apoio aos setores produtivos voltados para exportação, os eixos econômicos principais de atuação desses governos.

Como ficou notório naquele período (1990/2002), o planejamento econômico na direção do desenvolvimento regional não foi prioridade. Sem política de desenvolvimento, predominaram as estratégias de investimentos setoriais direcionadas a facilitar o avanço do capital em espaços econômicos competitivos, ficando à margem as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais. (ARAÚJO, 1996).

A prioridade política desses governos era encaminhar as reformas que atendessem as demandas do capital financeiro internacional, estabelecidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, aumentando a internacionalização dos centros de decisão brasileiros, fragilizando ainda mais o Estado e tornando-o, assim, mais dependente dos conglomerados econômicos e dos organismos internacionais de financiamento. A ausência coordenada de um projeto regional de desenvolvimento e a redução dos recursos públicos destinados a investimentos nas regiões caracterizam, desse modo, os dois períodos de governo de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, na década de 90 do século XX. Tânia Bacelar de Araújo, ao tratar desta questão, afirma que:

Substituindo a presença coordenadora do Estado têm-se, hoje, as regiões se digladiando na “guerra fiscal”, sobretudo nos anos 90. Nesse contexto que fragmenta e dispersa iniciativas, conclui-se que, na verdade, a dinâmica de cada região é comandada por agentes do setor privado, pelas decisões que eles tomam. (ARAÚJO, 1997, p. 89).

Glauco Arbix, caminhando na direção apontada por Tânia Bacelar de Araújo, ao realçar a inexistência de uma coordenação geral dos investimentos destinados aos espaços regionais, evidencia que:

Sem projetos nacionais, feridos em sua capacidade de comunicação com o setor produtivo e, fundamentalmente, sem a definição de uma clara linha de futuro quanto às qualidades de sua inserção na economia mundial, o Estado pulverizou e delegou a implementação de políticas industriais, agora transferidas para os domínios dos governos subnacionais. (ARBIX, 2000, p. 243).

O resultado dessa delegação de política de desenvolvimento industrial aos Estados regionais e ao setor privado nacional ou internacionalizado foi a “canibalização” entre Estados da federação por investimentos privados, que na visão de Arbix assumia a seguinte configuração:

Despreparados os governos sub-nacionais polarizaram as disputas por novos investimentos estrangeiros, deflagrando a “guerra fiscal”, política econômica adotada pelos governos estaduais, que se desenvolveu em meio a uma exagerada dose de incerteza sobre o retorno dos recursos públicos em termos de emprego, tecnologia e arrecadação de impostos. (ARBIX, 2000, p. 243).

Assim, as mudanças promovidas pelos governos neoliberais no Brasil dos anos 90 estavam direcionadas para a criação de um ambiente seguro – facilidades nas remessas de lucro, enxugamento das empresas estatais rentáveis a serem privatizadas, demissão de funcionários públicos, concessão de créditos pelo BNDES - para os investimentos externos diretos, criando, igualmente, um ambiente favorável a que os governos estaduais adotassem algumas dessas estratégias, como a privatização de empresas estatais sob seu controle.

Em relação ao Rio Grande do Norte, o governo federal privatizou a Alcanorte e o governo do Estado em consonância com essa política e contando com o apoio dos empresários associados à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte privatizou, através do Programa Estadual de Desestatização, regido pela Lei Complementar de no 143 de (03. 04. 1996) e pelo Decreto 13.056 de (06. 08. 1196), a Companhia de Energia Elétrica – COSERN. Concomitante à venda dessa empresa

ao grupo espanhol Iberdrola, os tecnocratas do Estado, com a participação dos empresários locais engendraram o Pólo Gás Sal, numa tentativa de inserção da economia do sal e do petróleo no circuito da globalização, através da atração de empresas multinacionais interessadas em investir nos setores da química e da petroquímica. Como esse estudo tem como objeto de análise: o Pólo Químico Industrial e o Pólo Gás Sal, focaremos a nossa atenção nessa parte do trabalho em duas políticas que se adequam ao receituário do processo geral da globalização econômica: a privatização da Alcanorte (junho/1992) e a proposta de criação do Pólo Gás Sal (1996), enquanto nova estratégia destinada à retomada do Pólo Químico Industrial, iniciando com a construção da fábrica de barrilha em Macau no RN, em 1974, e a criação ou aceleração de um pólo petroquímico. Essas recentes iniciativas passam a fazer parte da história das tentativas de produção de barrilha no Rio Grande do Norte e da instalação de uma refinaria de petróleo, defendidas por expressivas forças políticas locais, sob o argumento de que com a concretização dos investimentos previstos nesses setores seria possível criar as condições para a implantação de um parque industrial especializado na área da química e da petroquímica, criando-se a partir daí as condições para o surgimento de uma nova dinâmica na economia norte-rio-grandense.

9.1 A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE

Quatro pontos merecem destaque na abordagem do processo de privatização na ótica regional e local: primeiro, o sentido do Plano Nacional de Desestatização na articulação da economia regional à economia nacional; segundo, a história do grupo econômico que assumiu o controle da Alcanorte; terceiro, a reação das elites locais à proposta de privatização dessa empresa; quarto, as razões que levaram o fracasso da Alcanorte, agora, privatizada.

9.2 O PLANO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE

Partimos do Plano Nacional de Desestatização estabelecido pelo governo Collor de Mello (1990-1992) para entender o sentido da privatização ocorrida no Brasil em sua gestão.

O governo Collor de Mello divulga em março de 1990, seu primeiro plano de ação, o Plano Collor I. Preocupado com a crise fiscal e financeira do Estado, motivada pela aceleração do processo inflacionário e pelos elevados serviços da dívida, propõe, para atenuar esses problemas, medidas como: mudança do signo da moeda; reformulação no mercado cambial; manutenção da moratória

técnica do serviço da dívida externa; um programa de desregulamentação; um programa de privatização das empresas estatais; e cria os certificados de privatizações, entre outras medidas. Em abril desse mesmo ano é lançado o Plano Nacional de Desestatização (PND), definindo uma política de privatização das estatais brasileiras.

A política de privatização proposta no PND interessa aos objetivos deste trabalho, na medida em que foi através dela que se deu a privatização da Alcanorte. Para entender os seus propósitos, resgatamos a caracterização dessa política a partir de Francisco de Oliveira que a define como “um conjunto de ações conscientes de transferência do patrimônio público para o setor privado” (OLIVEIRA, 1992). E como um importante mecanismo seletivo de concentração e de fragilização da capacidade de gestão do Estado que, por várias décadas, havia exercido papel fundamental na estruturação do processo de desenvolvimento brasileiro e, principalmente, do Nordeste.

O Plano Nacional de Desestatização faz parte do ideário liberalizante desse governo e das forças políticas e econômicas nacionais que o sustentava, na pretensão de criar uma modernidade onde predominasse os princípios do mercado sobre as ações históricas que legitimavam a intervenção do Estado na economia. O ideário liberalizante adotado por Collor de Melo se contrapunha à forte presença do Estado na coordenação das políticas de desenvolvimento econômico que teve como base as empresas estatais criadas no Brasil, a partir dos anos 30 do século XX.

José Luiz Fiori, ao estudar o crescimento das estatais num largo período da nossa história econômica, constata que: “Até os anos 30, o Brasil dispunha de apenas 14 empresas estatais. Entre 30 e 54, na era Vargas, o Estado gerou 15 novas empresas; nos 05 anos do Governo de Kubitschek, 23; com Goulart foram criadas 33; e durante os 20 anos do regime militar 302” (FIORI, 1995, p. 58). Foi para inibir a presença do Estado na condução do desenvolvimento econômico que Collor de Melo, com base nesse plano, repassou ao setor privado dezenas dessas empresas, criadas ao longo da história econômica do Brasil. (BIONDI, 1996).

Vale salientar que a política de desestatização estava em acordo com os interesses econômicos das grandes empresas que comandavam os processos de globalização e com as políticas neoliberais que avançam no Brasil nos anos 90. No curto governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com as privatizações, o Estado sai do comando de setores considerados vitais para o desenvolvimento econômico brasileiro.

É nesse contexto que se situa a privatização da Alcanorte. Ela era uma das 302 estatais criadas no regime militar (1964-1985) e fazia parte do projeto de criação do complexo do Pólo Químico Industrial

proposto pelo II PND para o RN, em 1974, como demonstrado no capítulo 3. Sem receber investimento desde 1980, portanto, paralisada por 13 anos, foi privatizada em 10 de junho de 1992, de acordo com diretrizes contidas no PND e sob a justificativa da falta de recursos públicos para sua conclusão. Ela foi vendida em leilão público promovido pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sendo arrematada por 10% do seu valor real, pelo grupo do armador carioca Frago Pires.³⁴ Ao ser leiloada, na visão de Jaime Mariz de Faria, ex-secretário de Planejamento do governo Garibaldi Alves no período de março de 1996 a janeiro de 1999, era considerada um entulho, um amontoado de ferro velho, imprestável:

A visão que eu tenho é que o governo federal vendeu esse projeto da Alcanorte como sendo coisa velha. Coisa velha porquê? Porque os ativos que existiam eram: uma fábrica em Macau para produzir barrilha inacabada, uma outra com esse mesmo objetivo, em Cabo Frio, completamente no vermelho, se acrescentado que o preço da barrilha produzida lá [em Cabo Frio] não era competitivo internacionalmente, então esse projeto não foi bem vendido, quer dizer, não foi bem divulgado, por parte do governo federal. Era necessário fazer a distinção entre as potencialidades da Álcalis que produzia barrilha em Cabo Frio e a Alcanorte situada em Macau, que tinha condições de produzir a barrilha aqui por um preço bem mais barato e com muito mais competitividade. Daí não ter chamado atenção dos grupos internacionais do setor da barrilha para o leilão de venda da Alcanorte, habilitando-se apenas o grupo de Frago Pires que assume o seu controle. (FARIA, 2006).

O pagamento das empresas estatais privatizadas, ainda conforme o PND, podia ser feito com títulos da dívida pública - as chamadas moedas “podres”.(BIONDI, 1996)³⁵ No caso específico da venda da Companhia Nacional de Álcalis e da Alcanorte, Frago Pires (seu comprador) se comprometera a pagar as dívidas contraídas pela compra dessas empresas, com as moedas podres da Siderbrás e do Programa de Reforma Agrária. As facilidades nessas transações eram tamanhas que esse grupo sequer chegou a cumprir o contrato de compra da Alcanorte pagando ao BNDES os ativos adquiridos com essas moedas, mesmo podres, nem tão pouco saldou os US\$ 150 milhões em empréstimos concedidos pelo BNDES, por ocasião da privatização, para a conclusão desse

³⁴ Ao relatar o processo de privatização da Alcanorte, Otomar Lopes Cardoso adverte para o fato de que a privatização nos molde em que estava sendo proposta, não levaria à retomada desse empreendimento, como na realidade ocorreu. Até hoje, setembro de 2007, o grupo que assumiu o controle daquilo que sempre foi veiculado como o projeto industrial que traria à redenção econômica para o RN, não sentou um tijolo no sentido de levar a conclusão esse projeto. (CARDOSO, 2002).

³⁵ Nas primeiras privatizações, o governo chegou a aceitar que o pagamento fosse feito em “moeda podre”, isto é, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados no mercado por até 50% do seu valor real. (BIONDI, 1996)

empreendimento. Ou seja, a Alcanorte foi vendida ao grupo de Fragoso Pires por 10% do seu valor real, e este, ainda seria contemplado com um empréstimo de US\$ 150 milhões para a sua conclusão. (NEWTON, GUEDES, NOGUEIRA, 2000).

9.3 A ALCANORTE PRIVATIZADA: O SEU NOVO CONTROLADOR

Ao ser privatizada, a Alcanorte passou para o controle do empresário Fragoso Pires, proprietário de grandes salinas no Rio Grande do Norte, desde os anos 70 do século passado. Industrial e ex-banqueiro, com atuação no setor de navegação, como controlador da Companhia de Navegação Frota Oceânica e Amazônica, além de criador de cavalos puro-sangue inglês e presidente do Jockey Clube do Rio de Janeiro, consolidou sua fortuna a partir de negócios subsidiados pelos cofres públicos, tornando-se um dos maiores beneficiários dos créditos da Superintendência Nacional da Marinha Mercantil, na década de 70. (NEWTON; GUEDES; NOGUEIRA, 2000).

A aquisição da Alcanorte por este grupo expressa a ausência de uma rigorosa avaliação do governo de Fernando Collor de Mello, das reais possibilidades dos grupos interessados no controle de determinadas empresas privatizadas. A venda dessa empresa, como realizada, representou uma relação promíscua de um grupo privado com o Estado, onde fica clara a intenção de se obter concessões do Estado sem o propósito de tocar um projeto considerado indispensável ao desenvolvimento econômico regional.

Em matéria publicada na Revista Época, de 4 de dezembro de 2000 assinada por Carlos Newton, Cilene Guedes e Aguinaldo Nogueira, é denunciada a verdadeira intenção de Fragoso Pires ao participar do leilão de privatização da Alcanorte.

Oito anos atrás, ele viu uma oportunidade de um salto nos negócios com o programa de privatizações. Comprou a Álcalis, instalada em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, única fábrica nacional de barrilha, insumo vital da indústria de vidro. Era uma operação atraente. A Álcalis sempre foi fértil geradora de caixa. Tinha no patrimônio a Alcanorte, subsidiária instalada no Rio Grande do Norte, e uma vasta área em Arraial do Cabo, um dos mais cobiçados trechos do litoral fluminense. Além disso, o BNDES oferecia ao comprador um crédito imediato de US\$ 81 milhões a juros subsidiados. Daria outros US\$ 150 milhões para financiar uma segunda fábrica de barrilha, a Alcanorte. Fragoso Pires ganhou o leilão sozinho. Para o governo parecia uma solução. (NEWTON; GUEDES; NOGUEIRA, 2000, p.119).

Com a mesma desconfiança, o professor Otomar Lopes Cardoso, ex-diretor presidente da Alcanorte, assevera que Fragozo Pires sabia das dificuldades em concluir o projeto da barrilha. Por isso, suas preocupações estavam voltadas, primeiro, para a especulação imobiliária com os terrenos pertencentes a Álcalis, localizados em Cabo Frio (RJ); e, segundo, com a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras oficiais sob o pretexto de conclusão do projeto da Alcanorte, mas com a intenção de sanear as suas empresas, em crise. (CARDOSO, 2002).

Esse modelo de privatização, através do qual se promoveu a transferência da Alcanorte para o setor privado, impôs um dano ao patrimônio público no valor de mais de US\$ 200 milhões. Essa conduta dos agentes privados não é tão diferente do uso de fundos públicos pelo próprio Estado nacional quando este, ao não concluir o projeto da barrilha, desacreditou os mecanismos de planejamento que se fundamentavam na necessidade do mercado, de insumos básicos, essenciais à indústria química nacional.

Pior, o seu novo controlador a utilizou como meio para obtenção de empréstimos para fortalecer seu grupo econômico em decadência, em detrimento de um projeto de modernização fortemente propagado como redenção econômica de um Estado que vinha lutando, ao longo do tempo, pela modernização e integração da sua economia ao mercado nacional, através do aproveitamento industrial de suas matérias primas. O seu fracasso representou uma grande derrota das lideranças (políticas e econômicas) locais abalizadoras da privatização, como saída para a implementação dessa indústria.

9.4 A ELITE LOCAL E A PRIVATIZAÇÃO DA ALCANORTE

No plano estadual, a privatização da Alcanorte foi fortemente reivindicada por lideranças estatais ancoradas no governo do Estado e por lideranças econômicas na expectativa de que esse projeto fosse rapidamente concluído. Nesse sentido, o governador Geraldo Melo do PMDB (1987-1991), o primeiro governo do Estado após a redemocratização do país em 1985, em mensagem de prestação de contas à Assembléia Legislativa, em 1991, relata:

Depois de perceber que a crise de financiamento do Governo federal não ia permitir o reinício das obras da Alcanorte de conformidade com o esquema de financiamento original do projeto, que pressupunha forte participação de recursos estatais, tratei de deslocar o eixo da solução do problema para a área privada. Para isso contei com o estímulo dos diversos grupos empresariais que me manifestaram interesse em participar do empreendimento. Consegui, afinal, despacho do Presidente da República autorizando a privatização do empreendimento que, no

entanto, até hoje não se concretizou, a despeito do privatismo com que, ao menos doutrinariamente, se identifica à equipe econômica do atual governo da União. (GOVERNO DO ESTADO, 1991).

O governador seguinte, José Agripino Maia, do PFL (1991-1994), em mensagem à Assembléia Legislativa, em 1994, com a mesma concepção privatista do governador Geraldo Melo, comunica aos deputados estaduais que:

A Alcanorte privatizada no exercício de 1993 [sic] deverá ter suas obras retomadas, ainda nesse primeiro semestre de 94. Projeto de financiamento, nesse sentido, encontra-se em fase de análise no BNDES, valendo ressaltar que antigos óbices como a carga, descarga e transporte de barrilha para os centros consumidores encontram-se equacionados pelos novos detentores do controle acionário da empresa. O Governo do Estado não medirá esforços para atender as exigências de funcionamento deste empreendimento que, sem dúvida, direta ou indiretamente, se constituirá num dos maiores pólos empregadores de Estado. Para não falar o que significará a Alcanorte para a estabilidade do Parque Salineiro Potiguar. (GOVERNO DO ESTADO, 1994).

Com o propósito de facilitar a retomada da construção da fábrica de barrilha de Macau, esse governo estabeleceu, ainda, um kit de facilidades em forma de empréstimos, através Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte (BDRN); de isenção fiscal através de Secretaria de Tributação; além da promessa de melhoria na infra-estrutura, como aparelhamento do Porto de Natal e recuperação da estrada de ferro que liga Macau – Natal, meios de transportes para o escoamento da barrilha a ser produzida, entre outras facilidades. (GOVERNO DO ESTADO, 1994). Há de se notar que em nenhum momento desse processo, exceto quando do seu lançamento, em 1974, se torna público um cronograma de execução de suas obras, nem é feita uma avaliação do desempenho, por qualquer instituição, desse empreendimento. A preocupação principal dos dirigentes públicos era anunciar as facilidades concedidas a esses e a outras ações, sem exigir rigor e racionalidade na aplicação dos fundos públicos disponibilizados. Esse tipo de conduta nega a racionalidade apregoada pelo grande estudioso da racionalidade capitalista moderna, Max Weber, quando prescreve em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” o tipo de conduta a ser observada na construção do capitalismo ocidental.

Já os empresários locais assumiram a defesa pública da privatização e aplaudiram Frágoso Pires pelo controle desse empreendimento, enviando telegramas e mensagens de pleno êxito na esperança de que, agora, com a eficiência do setor privado teríamos em funcionamento uma indústria especializada,

ligada a uma área industrial de ponta da economia brasileira: a indústria química, ansiosamente esperada, por eles, ao longo dos últimos 32 anos. (CARDOSO, 2002). Nesse caso, os empresários são chamados a legitimar a proposta da privatização, sem ter o cuidado de exigir dos investidores contemplados com recursos públicos um cronograma de execução do empreendimento incentivado. Reivindicar do Estado nacional e subnacional concessões de toda ordem aos pretensos agentes da modernidade, sem exigir destes, sequer uma contabilidade que lhes resguardassem, enquanto líderes de um grupo social portador de um projeto de modernização econômica, aparece como a preocupação principal dos empresários e políticos locais.

9.5 O FRACASSO DA ALCANORTE PRIVATIZADA

Essa política, orientada para o fortalecimento do setor privado, sob a ótica do mercado, deveria destravar a economia e retomar o desenvolvimento econômico nacional e regional. Já as lideranças econômicas e políticas locais acreditavam ter encontrado o caminho para a retomada de uma indústria que não passara de um sonho no decorrer de duas décadas. Porém, mesmo assim esse projeto continuou um sonho, ou uma lição para aqueles que acreditaram na sua viabilidade. Porque, mesmo recebendo todos os empréstimos e facilidades dos governos federal e estadual, não se conseguiu pôr em funcionamento a tão desejada fábrica de barrilha. As suas instalações físicas, assim como as máquinas adquiridas com recursos públicos, componentes do que seria uma fábrica para produzir barrilha e matriz de um moderno pólo de desenvolvimento, a partir da sua inauguração, prevista para 1981, estão sendo destruídas, ainda hoje (2007), pela ação da maresia ou imprestáveis, no caso dos equipamentos, pela defasagem tecnológica a que estão submetidas ao longo desse tempo. Sem criar as condições para a instalação das empresas previstas no seu plano inicial e sem gerar, conseqüentemente, a nova dinâmica econômica esperada, nem a riqueza e os 3.500 empregos festivamente prometidos pelos detentores do poder (econômico e político) em inúmeras solenidades públicas por todo esse período.

Há na história do desenvolvimento brasileiro um tipo de empresário que cria e nutre seus impérios econômicos tendo como suporte os fundos públicos. Fundos estes nem sempre empregados na execução dos projetos para os quais foram solicitados. Eles são, em muitos casos, simplesmente desviados. Não foi esta a principal justificativa para a criação do Finor em 1974, em substituição aos mecanismos de incentivos fiscais definidos pelos artigos do 34/18 adotados pela Sudene? Os

burocratas do Estado em conluio com esses empresários também têm contribuído para manter essa prática, impedindo, por vezes, a expansão das relações capitalistas de produção tão desejadas pelos grupos econômicos e políticos situados nas periféricas do capitalismo. Juntos, empresário e burocrata se constituem, em certas circunstâncias, em verdadeiro obstáculo ao progresso, sempre visto cinicamente como um valor positivo, e contribui com suas ações ou omissões para abortarem o nascimento da anunciada modernidade capitalista, como servem de exemplo às negociatas em torno da criação do Pólo Químico Industrial no RN ao longo da sua história.

9.6 O PÓLO GÁS SAL

O Rio Grande do Norte tem um quadrilátero de 70km² que nenhuma outra parte do mundo tem, ou seja, o mundo tem e alguns países têm, mas não concentrado em 70 km². Temos numa mesma área de 70km², água doce no manancial imenso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, calcário abundante, sal obtido pela evaporação, petróleo e gás natural. Nesses 70km² essas matérias primas lhes dão uma condição de produção, ou uma vantagem comparativa inigualável. A partir daí foi que se perguntou: juntando tudo isso, se pode reestruturar a economia do RN no setor industrial? Daí a idéia do Pólo-gás-sal. (ROCHA, 2006).³⁶

9.6.1 Continua Aposta na Modernização Industrial.

A aposta na modernização da economia brasileira residia, nos anos 90, no capital privado, ancorado no Estado e na dinâmica do processo de globalização. Daí a adoção das políticas de reestruturação econômica levada a cabo; onde o Estado já não teria mais credibilidade para conduzir esse processo, transferindo-se para o capital privado as possibilidades de implementação de uma economia industrial moderna.

A partir dessa compreensão, os Estados regionais definiram políticas de atração de investimentos com base na ofertas de incentivos fiscais bancados com fundos públicos. A oferta desses fundos gerou a política conhecida como “guerra fiscal”, traduzida pela disputa por investimentos entre Estados de

³⁶ Abelírio Vasconcelos da Rocha ou Bira Rocha, como faz questão de ser chamado, foi um empresário da área da metalurgia. Hoje atua na pecuária como criador de caprino e nas telecomunicações como prestador de serviços de TV a cabo. Destacou-se na presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte como idealizador do Fórum Empresarial do Rio Grande do Norte, co-fundador do Pacto pelo Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e mentor do Pólo Gás Sal, entre outras iniciativas.

uma mesma região ou entre Estados de regiões diferentes, e, até mesmo, entre empresas dentro de um mesmo Estado. A localização da refinaria de Petróleo a ser construída no Nordeste pode servir de exemplo de disputa por investimento ocorrida entre Estados de uma mesma região. Já a implantação do Pólo Gás Sal exemplifica as contendas internas entre empresas interessadas em investir em projetos componentes de um setor econômico específico em um determinado Estado.

Nesse estudo de caso, o Pólo Químico Industrial e, mais especificamente, a retomada da fábrica de barrilha se constituía na economia a ser dinamizada pela atração de capitais e tecnologias internacionais. Internacionais porque, para os dirigentes do Estado e para os empresários locais, a produção de barrilha só seria possível com a presença desses capitais, já que o capital nacional e local fora deslocado desse setor ainda na década de 60. Daí as políticas destinadas a criar facilidades e assegurar à rentabilidade dos capitais externos atraídos.

A política de atração de capitais tendo em vista retomar a construção da fábrica de barrilha e implantar novas indústrias na área da petroquímica comandada pela Petrobrás gerou uma forte disputa pelo controle da energia a ser produzida pela Usina da Termoaçú e pela destinação do gás natural extraído dos poços da Petrobrás. Na visão dos empresários, essas disputas inviabilizaram o projeto de implementação do Pólo Gás Sal. A Petrobrás, a multinacional espanhola Iberdrola - distribuidora de energia no RN, e as multinacionais norte-americanas, U.S. Salt Corporation, América Flora Power & Light e Peak Investments, articuladas a ANSAS, protagonizaram esse cenário de disputas. Detalhado mais à frente.

Outro aspecto que merece destaque, já que se vem dando atenção ao papel desempenhado por lideranças locais nas áreas da economia e da política em relação ao projeto do Pólo Gás Sal, se refere ao fato que, o empresário local não aparece nos debates como potencial investidor na implantação desse Pólo. De acordo com o jornalista Cassiano Arruda Câmara, isso ocorre porque “os investimentos são altos e os empresários locais não têm poupança para isso. Tudo depende do capital externo. Não temos poder de decisão”. (CÂMARA, 2006).

Do que diz Cassiano Arruda Câmara nessa narrativa sobressai o entendimento de que o sucesso de implantação de uma indústria química no RN dependia de investimento externo, já que era limitada a capacidade de investimentos do Estado e do empresariado local.

Foi nesse contexto que o projeto do Pólo Gás Sal, versão ampliada do Pólo Químico Industrial, projetado para o Rio Grande do Norte na segunda metade dos anos 70, renasce. O seu objetivo era atrair investimentos externos para fomentar a industrialização na área da petroquímica, que tinha como

base a utilização dos hidrocarbonetos de petróleo e de gás natural; e na área da química, através do aproveitamento do sal, do calcário e das águas mãs, integrando, desse modo, essa economia ao circuito do mercado internacional. (GOVERNO DO ESTADO, 2004).

Ao surgir como uma iniciativa do poder público e contando com o apoio de lideranças empresariais locais, o Pólo Gás Sal fugia ao padrão anterior (nos casos da modernização das salinas e da proposição inicial de implantação do Pólo Químico Industrial), quando essas ações consideradas modernizadoras partiram do Estado Nacional. Este fato chama a atenção, primeiro, para a natureza do Estado neoliberal nos anos 90, quando não era adotada uma política de desenvolvimento regional, articulada ao mercado nacional e aos interesses modernizantes dos grupos empresariais e políticos locais; segundo, e como consequência, a ausência dessa política de desenvolvimento forçou os Estados regionais a buscarem investidores externos, nacionais ou internacionais. Ganharia a preferência desses investidores aquele Estado que oferecesse a melhor oportunidade de investimentos, o melhor kit de incentivos e a maior gama de privilégio ao capital privado disposto a assumir os projetos de desenvolvimento econômico localizados nessa região. Economicamente, como há Estado mais desenvolvido do que outro, com maior poder de barganha, com possibilidades de doar mais, se acabava reforçando a desigualdade econômica entre os Estados de uma mesma região.³⁷

Nesse cenário, as forças políticas e econômicas interessadas no projeto de modernização industrial no Rio Grande do Norte, compreendendo a fragilidade do Estado e sem recursos próprios para comandar os investimentos, nesse setor, procuram reunir as condições para atrair os grupos econômicos externos, indispensáveis à implementação de projetos industriais ligados aos setores da química e da petroquímica, freneticamente pretendidos por elas, desde os anos 70 do século passado.

Reforçava essa pretensão a consciência que tinham, agora, essas lideranças de que o grupo empresarial de Fragoso Pires, que assumira o controle da fábrica de barrilha após a privatização em junho de 1992, não demonstrara, em nenhum momento, interesse em concluir esse projeto. Enormes dívidas contraídas junto aos órgãos públicos de financiamento, especialmente o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) e o Banco do Rio Grande do Norte (Bandern), e não investidos no projeto da fábrica de barrilha foi a herança

³⁷ Ao discutirem o papel do Estado no desenvolvimento recente do Nordeste, Tânia Bacelar de Araújo, em “A questão regional” e a “questão nordestina” (1996), e José Luís Fiori, em “O Novo papel do Estado frente à globalização” (1997), asseguram que a crise do poder público, como se verificou nos anos 90, penaliza mais os espaços economicamente mais atrasados, reduzindo-lhes as chances de obtenção de novos investimentos. Este estudo de caso contribui para a comprovação desta tese, quando não teve sucesso o projeto do Pólo Gás Sal e nem foi, aqui, instalada a refinaria de petróleo prevista para a Região Nordeste.

deixada por esse grupo. É nesse emaranhado de dificuldades e desejando retomar o renovado sonho de implantação de uma indústria moderna nas áreas da química e da petroquímica, que o governo do Estado propôs retomar com o entusiástico apoio dos empresários ligados à Federação das Indústrias e contando com o manifesto interesse do consórcio internacional, ANSAS, controlador do mercado mundial da barrilha, o projeto do Pólo Químico Industrial, acrescido, agora, de um novo projeto ligado à petroquímica, que ficaria sob a responsabilidade da Petrobrás. Essas iniciativas do governo do Estado, aglutinadas na idéia do Pólo Gás Sal, oferecem como atrativo principal energia subsidiada, facilidade nas negociações dos débitos de Frágoso Pires, controlador da Alcanorte, para com os órgãos públicos de financiamento, além da construção de infra-estrutura – estrada de ferro, estradas de rodagem, melhoria e aparelhamento dos portos, doações de terrenos para construção de instalações industriais, conforme as expectativas do capital privado interessado.

9.6.2 As Condições Naturais e Institucionais e a Implantação do Pólo Gás sal.

São apresentadas ao capital internacional, pelo governo do Estado e pelos empresários ligados à Federação das Indústrias, como fatores capazes de tornar rentáveis os investimentos realizados nesse Pólo: sal, a baixo custo, obtido pelo processo de evaporação, calcário em abundância, encontrado em terras próximas à localização da fábrica de barrilha; garantia da oferta de energia subsidiada, obtida pela construção de uma termoeletrica e pela extração do gás natural dos poços da Petrobrás.

A promessa de fornecimento de energia térmica e de gás natural subsidiado, na visão dos coordenadores do Pólo Gás Sal, constituía o “diferencial” capaz de atrair as indústrias previstas no seu Plano Diretor para a produção de soda cáustica, potassa, PVC, barrilha, sal refinado, magnésio metálico, brometos, óleo diesel, GLP e gasolina automotiva, todas oriundas de matérias-primas que se encontram na área do complexo industrial a ser implantado, o que nos daria uma vantagem comparativa muito grande. (GOVERNO DO ESTADO, 1998). Para isso, foi criado pelo governo do Estado, através da Lei de no 7.059 de 18 de setembro de 1997, e regulamentado pelo decreto no 12.957 de 11 de maio de 1998, um conjunto de incentivos na área da energia para fomentar as indústrias que viessem se implantar nesse Pólo. Essas medidas receberam a denominação de “diferencial RN”. Confirma o que assegura, com base nessa legislação, o Plano Diretor de implantação do Pólo Gás Sal a quem participasse desses empreendimentos:

O Gás Natural é um insumo energético fundamental na concepção e viabilidade do Pólo Gás Sal, já que o tipo de indústria concebido demanda um elevado consumo de energia elétrica e/ou vapor. Para suprir esse requisito um volume de 1.900.000 m³/dia de gás natural alimentará uma central térmica com capacidade para gerar 330 MWh de energia elétrica e 250 t/h de vapor. Do volume total do gás necessário, 1.600.000 m³/dia terão subsídios proporcionados pelo governo do Estado correspondente a um desconto de 48,77 % em relação ao seu preço original. Como resultado desse incentivo, o preço do gás passará de US\$ 2.44/ MMBtu para 1,22 / MMBtu. (GOVERNO DO ESTADO, 2004, p. 11).

Embora fosse a oferta de energia isenta de impostos e fator principal para atrair os investimentos, ela não era suficiente para atender a demanda das indústrias que estavam sendo propostas. Logo os conflitos de interesses em torno do controle da energia subsidiada pelo governo do Estado apareceram, envolvendo o grupo espanhol Iberdrola, a empresa norte-americana América Florida Power e Light, a Petrobras, o governo estadual e os empresários locais.

Isso porque o controle da Usina Térmica foi a condição estabelecida pelo consórcio formado pelas multinacionais americanas – U. S. Salt Corporation, América Florida Power & Light e Peak Investments, associadas a ANSAS, para assumir o projeto da fábrica de barrilha de Macau, constante do conjunto de empreendimentos propostos pelo projeto do Pólo Gás Sal. Os empresários ligados à Federação das Indústrias, à frente o seu presidente Abelírio Vasconcelos da Rocha, concordavam com essa pretensão, tendo o governo do Estado, assim como a Petrobras, divergido desse encaminhamento. Essa divergência é apresentada pelos empresários representados pelo presidente Abelírio Vasconcelos da Rocha, como a razão principal para o impasse no prosseguimento dos entendimentos sobre a construção da vertente química do Pólo Gás Sal, mais especificamente, sobre o segmento do grupo da barrilha.

Observe-se que a energia é o insumo principal ofertado pelos gestores do Pólo Gás Sal a quem tivesse tecnologia e capital e se dispusesse investir em projetos industriais ligados ao ramo da química e da petroquímica no Rio Grande do Norte, nos anos 90. Nessa perspectiva o gás natural produzido pela Petrobras e a energia térmica a ser produzida pela usina da Termoacú serão analisadas nessa parte do trabalho considerando-se três aspectos: 1 - a energia como fator de atração de tecnologia e de capitais interessados na implantação das indústrias previstas no Plano Diretor do Pólo Gás Sal; 2 - a energia enquanto meio para impulsionar o Pólo Gás Sal e instrumento de conquista da legitimidade política do grupo no poder, através veiculação de um discurso sobre a existência de uma economia em acelerado progresso; 3 - e o desenlace final em que os atores envolvidos nesse processo interpretam de forma divergente o papel desempenhado pela energia, pelo Estado, pelo mercado e pelas lideranças

locais na atração dos investimentos necessários à concretização dos projetos previstos no Plano Diretor do Pólo Gás Sal. Para o cumprimento dessa tarefa serão analisados depoimentos concedidos ao autor, entrevistas e artigos publicados em jornais, por lideranças que exerciam forte influência na definição de políticas de desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte, na década de 90.

9.6.3 A Energia: o Diferencial RN

Observe-se, inicialmente, a importância dada à energia – gás natural e energia térmica - para a implantação de um parque industrial ligado à química e à petroquímica no Rio Grande do Norte. Iniciemos com o ex-secretário de Planejamento do Estado na primeira gestão de Garibaldi Alves PMDB (1995-1999), professor Jaime Mariz de Faria.³⁸

A produção de barrilha necessita de altas quantidades de energia. Daí a necessidade de se agregar ao projeto de retomada da sua produção uma quantidade significativa de gás que fosse, mais ou menos, suficiente para as necessidades energéticas da Alcanorte. Além da barrilha, a Petrobras é um grande consumidor de energia, a sua parceria com a Iberdrola-Cosern na construção da Termoçu tinha o objetivo de assegurar a energia suficiente a sua expansão no Rio Grande do Norte. A proposta era criar os meios para a produção alternativa de energia: a energia térmica. Como se configurava a crise de abastecimento de energia, face ao esgotamento da capacidade de produção de energia hidráulica no Nordeste, pretendia a Petrobras ser independente em relação a essa energia, controlada pela multinacional Iberdrola, detentora da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Norte - Cosern. Na hora da crise, a Petrobras queria ter sob seu controle parte da energia produzida pela usina da Termoçu. Além disso, a Petrobras precisava de vapor para injetar nos poços de extração do petróleo. É por isso que a Petrobras não se dispôs a abrir mão do controle da energia térmica a ser produzida em favor de um grupo multinacional, que, supostamente assumiria o controle do projeto da barrilha. (FARIA, 2006).

A partir desse relato verifica-se que não são mais as ofertas de recursos naturais (sal, calcário, águas mães e sílica), apresentados em outros momentos, como favoráveis à implantação de uma indústria química, e a existência de um mercado consumidor dos produtos daí derivados, os fatores principais na atração de investidores, mas outro insumo, também natural: a energia. Verifica-se, por outro lado, que essa energia era insuficiente para pôr em funcionamento os projetos ligados à química (a fábrica de barrilha) e a petroquímica (uma possível refinaria de

³⁸ Jaime Mariz de Faria assumiu a Secretaria de Planejamento do Governo Garibaldi Alves, de Março de 1996 a janeiro de 1999, após a gestão de Abelírio Vasconcelos da Rocha à frente dessa Secretaria.

petróleo): “a Petrobras não abre mão do controle da energia térmica em favor de um grupo multinacional”, assevera Faria. A existência dessa energia, nessa visão, destacava a economia do Rio Grande do Norte do contexto da crise do setor energético brasileiro naquele momento. Lembre-se que a década de 90 registrou uma grave escassez de energia, configurando uma realidade de obstáculo ao crescimento econômico nacional, realidade esta que, na visão de Jaime Mariz Faria, estávamos imunes.

Na mesma perspectiva de valorização da energia como um insumo indispensável à atração das indústrias previstas no Pólo Gás Sal, o jornalista Agnelo Alves, personagem decisiva na definição das estratégias de poder político do seu grupo, que controla o PMDB no Rio Grande do Norte, partido do governador Garibaldi Alves Filho, destaca:

O Pólo Gás Sal é uma decisão de governo. Ponto um. A partir da assinatura dos atos constitutivos, sexta-feira, irá provocar o que uns chamam de “cascata” de indústria, uma fazendo nascer outra, mudando o “status” do Rio Grande do Norte de um Estado pobre, quase miserável, em um estado desenvolvido, rico. No diferencial, a razão. O Governo do Rio Grande do Norte vai dispor de um milhão e cem mil metros cúbicos de gás por dia para fornecer às indústrias por um preço inferior ao cobrado pela Cosern, talvez 48 por cento. Não apenas dentro do pólo Gás Sal, na área de Macau-Guramaré, mas por onde passar o gasoduto Nordeste, que demanda para o Recife, e o que será construído até Fortaleza. (ALVES, 1997, p. 2).

A energia, para Agnelo Alves, extrapola a proposta do Pólo Gás Sal. Ela é fundamental para a industrialização do Rio Grande Norte, como um todo. Para ele, onde passar o gás, como uma dádiva da natureza, o progresso acompanha, as indústrias aparecem, os empregos surgem, a miséria some. O Estado, em sua visão, é absoluto, definidor. Ele decidiu, determinou, concedeu, por isso a indústria há de vir e com ela a realidade há de mudar.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, empresário Abelário Vasconcelos da Rocha, ao destacar a importância do gás natural para o desenvolvimento de um parque industrial moderno, afirma:

O Rio Grande do Norte tem hoje condições que nenhum outro Estado tem, com a disponibilidade de gás natural para ser utilizado como combustível para indústrias. Para atestar o que afirmo basta verificar os seguintes dados: somente na indústria têxtil é possível reduzir os custos em até 35% com a utilização do gás como força motriz de equipamentos. Esta particularidade já fez com que os grupos Vicunha e Coteminas manifestassem interesse em absorver o gás obtido na negociação com a Petrobras. Dos dois milhões de metros cúbicos de que

dispomos 900 mil estão comprometidos com a Alcanorte [fábrica de barrilha] e o Pólo Gás Sal. Os outros demais 1,1 milhão estão disponíveis para outros setores industriais. (ROCHA, 1997, p. 32).

Alguns pontos podem ser ressaltados a partir da narrativa de Rocha. A abundância de recursos naturais energéticos faz com que esse dirigente patronal vislumbre a possibilidade de se criar uma nova dinâmica no setor industrial têxtil já instalado, representado pelas empresas Vicunha e Coteminas e de atrair investidores para retomar a construção da fábrica de barrilha. Quando Rocha fala: “o gás obtido na negociação com a Petrobrás”, ele está apontado para existência de um insumo energético que, além de abundante, é subsidiado. Vê-se aí a presença de um discurso que resgata a herança dos debates sobre outros setores da economia local, como a modernização da agricultura. Quando se apresentavam os recursos naturais abundantes e o apoio do poder público em forma de subsídios como atrativos aos investidores. Esse discurso retoma e sustenta a crença de uma modernidade econômica baseada em dois eixos: a força do Estado no fomento ao avanço dos processos de produção e a existência de um meio natural favorável a esse avanço. Que, como já analisamos em outra parte desta tese não são suficientes para atrair capital tendo em vista dinamizar uma região ou mesmo um setor industrial dentro dessa região.

9.6.4 O Pólo Gás Sal: está Chegando o Progresso

Esse discurso sobre a importância da energia como fator do progresso incorporou, também, um conjunto de idéias como elementos de criação de um imaginário positivo, a exemplo do que fizeram os defensores da modernização de outros setores da nossa economia no decorrer do século XX, sobre as reais possibilidades de se construir, aqui, uma economia desenvolvida. Procurava-se transmitir, à sociedade em geral, a concretude de um renovado sonho, num território preñado de potencialidades, capaz de fomentar o desenvolvimento de um parque industrial avançado, conquistando-se por essa via a legitimidade política do grupo à frente do Estado e a justificação da adoção de um determinado modelo de modernização. Analisem-se alguns depoimentos sobre esta questão, a seguir.

O presidente da Federação da Indústria do RN, Abelário Vasconcelos Rocha, em artigo intitulado: “Camaçari mudou a Bahia, Pólo Gás Sal mudará o RN”, ao expor os pontos básicos desse projeto, de forma entusiástica, afirma:

O Pólo Gás Sal fez-se realidade. Dele sairão produtos como barrilha, magnésio metálico, soda e potassa cáustica, PVC, sal refinado, brometo orgânico e inorgânico, vidro e sabão em pó. Estes produtos finais se constituem, por sua vez, em matérias primas a serem destinadas a uma multiplicidade de outras aplicações industriais. O estudo do Plano Diretor de Implantação do Pólo não deixa dúvida. Assim como a Bahia está para Camaçari, dentro de alguns anos o Rio Grande do Norte será referido como antes e depois do Pólo Gás Sal. (ROCHA, 1998, p. 22).

Observa-se, a partir da fala de Rocha que não há mais obstáculos ao pleno funcionamento do Pólo Gás Sal. Ele “fez-se realidade” e impulsionará muitas outras indústrias e com isso alçará a economia do RN aos níveis de desenvolvimento da economia baiana. Rocha abstrai a realidade sócio-econômica daquele Estado ao fazer a comparação entre a criação e implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari nos anos 70 e as condições em que se dava a criação do Pólo Gás Sal, nos anos 90, no Rio Grande do Norte. O sucesso da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari teve como base o capital privado local (capital financeiro e da construção pesada), os investimentos das empresas estatais, subsidiárias da Petrobrás e o capital das empresas multinacionais (Union Carbide, Dow Chemical e Dupont). O empresário baiano tinha, à época, forte representação em cargos de comando nas agências executivas de política industrial e econômica. Vários empresários ocuparam diretorias e presidências de órgãos como o Banco do Brasil, Banco Central, BNDES, ou o comando do Ministério da Indústria e do Comércio. (MELO, 1994). No caso do Pólo Gás Sal a ser implementado no Rio Grande do Norte, nos anos 90, existia apenas dois fatores considerados positivos: a Petrobras e a presença do ex-governador Tarcísio Maia na presidência de uma das suas subsidiárias, a Petroquisa, por pouco tempo. Não existia capital local disponível para participar desse empreendimento, multinacionais verdadeiramente interessadas em investir nesse projeto, nem tão pouco empresários ou políticos locais comandando agências públicas nacionais de planejamento e de fomento ao desenvolvimento.³⁹

³⁹ Analise-se o que afirma Airton Paula Torres, ex-secretário da “Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Pólo Gás Sal”, do governo Garibaldi, em entrevista concedida a Edith Fernandes Souto e Carlos Henrique Cavalcanti Fernandes, publicada no livro “A importância da Indústria Salineira do Rio Grande do Norte para a Economia Brasileira” sobre as condições em que se obteria sucesso na implantação do Pólo Gás Sal. “O setor químico está dividido em três partes: barrilha, produzida com sal, calcário e energia; e o magnésio metálico, produzido com águas-mãe das salinas e energia; e a Soda-Cloro, produzida com sal, energia e um produto retirado do gás natural chamado etileno. O mercado de barrilha é dominado no mercado mundial por um cartel de cinco empresas americanas e uma européia. O de magnésio metálico é de um cartel japonês, americano, judeu e outros. A Soda-Cloro existe no mundo todo, pois não dá para transportar cloro, portanto aonde há necessidade, ela é produzida, assim, há várias empresas envolvidas na produção em todo o mundo, mas termina sendo um cartel. A continuidade

Na mesma direção, o jornalista Agnelo Alves, em artigo publicado na Tribuna do Norte em 19 de março de 1997, desenha um quadro de rasgado otimismo, verdadeiro ufanismo, informando aos seus leitores o surgimento de uma nova realidade na economia potiguar:

A refinaria que a Petrobras vai se comprometer em instalar no Pólo Gás Sal, sexta-feira, na solenidade presidida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, será maior do que a refinaria de Manaus, maior do que a refinaria de Manguinhos, no Estado do Rio, maior do que a refinaria Ipiranga, no Rio Grande do Sul. A refinaria ainda sem nome, compondo o projeto do Pólo Gás Sal, produzirá 1.600 barris por dia de gasolina c + 5 para produção de tintas, vernizes e corantes, mais 4 mil barris por dia de óleo diesel e mais o equivalente a 40 mil botijões de gás liquefeito por dia. O Rio Grande do Norte deixará de ser importador de óleo diesel. A produção da refinaria do Pólo-Gás será equivalente ao consumo hoje do Estado. Mas terá capacidade de expansão. E, no tocante à produção de gás, a refinaria com toda certeza, provocará uma cascata de ocorrência. Além de abastecer a Alcanorte, abastecerá a Usina Termoelétrica com oferta para o que o governador chama de “diferencial” na oferta para atração de indústrias para o Estado. (ALVES, 1997, p. 2)

A narrativa de Agnelo Alves informa que o processo de implantação do Pólo Gás corre sereno. Não há conflitos de interesses a serem resolvidos. Basta que se aguarde a chegada do Presidente Fernando Henrique Cardoso para que as coisas aconteçam. As suas determinações à Petrobras farão deslanchar a produção de gás, gasolina, óleo diesel. Com elas virão as fábricas de tinta, vernizes, corantes, barrilha, tudo em atendimento às políticas previstas. E tem mais, a produção é grandiosa, maior de que em muitos outros lugares. Resta comemorar a modernidade industrial instalada.

Não é diferente o que afirma o governador Garibaldi Alves Filho, nessa mesma perspectiva, ao reforçar essa construção imagética em relação à chegada da modernidade. Os investimentos externos, para ele, já definidos, em relação à retomada do Pólo Gás Sal, causam-lhe incontido entusiasmo:

Os americanos devem investir US\$ 140 milhões na Alcanorte e outros US\$ 100 milhões na usina termoelétrica que vai gerar energia para a fábrica e todo o Pólo Gás Sal. A Alcanorte deve produzir cerca de 300 mil toneladas de

do Pólo Gás Sal só será realidade quando todos esses cartéis se interessarem”. (SOUTO; FERNANDES, 2005, p. 109). Complicado, não?

barrilha/ano, que representam em torno de 60% do consumo nacional do produto. Sem contar as inúmeras fábricas que surgirão com o advento da barrilha. (ALVES FILHO, 1999, p. 3).

Esse tipo de discurso busca a legitimidade do poder político, pela propagação dos feitos do capitalismo ou pela possibilidade de suas realizações. Eles são divulgados como resultado de ações encetadas pelos dirigentes políticos do momento. E são apresentados como se só pela ação desses grupos pudessem ocorrer. E mais, eles, como divulgados, criam um mundo renovado, modernizado, trazendo benefícios para todos. Na idealização desse novo mundo ninguém é excluído, todos participam. Como se fosse da essência das forças avassaladoras do progresso que, ao se instalar, a modernidade rompesse com o atraso e construísse um mundo desejável. Esse discurso de caráter totalizador leva de embrulho qualquer possibilidade de crítica efetiva, visto que nenhum argumento contrário pode ser construído nesse cenário. Todos têm que ter o mesmo conteúdo, o mesmo sentido político de aclamação, a mesma validade.

9.6.5 E lá se foi Progresso

Os fatos não ocorreram como informado pelos líderes empresariais e pelos políticos locais à sociedade. Os interesses econômicos dos grupos envolvidos nesse projeto geraram conflitos insanáveis diante de uma economia dependente de tecnologia e de capital externos, da existência de uma elite econômica local descapitalizada e de uma elite política frágil e desarticulada, mesmo que ávidas pela conquista de uma economia moderna. O sonho acalentado por mais de três décadas por essas elites, mais uma vez, se desfez, interrompendo um discurso de progresso, de avanço industrial, de conquista da modernidade e de harmonia entre elas, alicerçada na possibilidade de integração econômica, através da conquista de uma indústria química e petroquímica. Seguindo a mesma metodologia de exposição dos tópicos anteriores, serão destacados os motivos apresentados por cada ator de referência sobre o insucesso do Pólo Gás Sal.

Analise-se como Jaime Mariz de Faria identifica os fatores que impediram a concretização do Pólo Gás Sal, especialmente, da vertente química industrial, enunciado com tanta ênfase no decorrer dos anos 90, como vimos nos relatos anteriores. Para esse alto funcionário do governo

Garibaldi, foram, especialmente, fatores de ordem externos, ligados ao mercado e à conjuntura econômica internacional, naquele momento, que impossibilitaram a concretização desse projeto.

Eu diria que o governo Garibaldi estava indo atrás dos investidores para assumir o Pólo Gás Sal num momento desfavorável. Por quê? Porque o muro de Berlim tava caindo, a União Soviética estava se desintegrando. Estava havendo uma privatização mundial na Argentina, no Brasil e na Rússia; no leste Europeu, como um todo. E como o capital internacional não tem pátria, não tem sentimento, ele sempre procura avaliar as oportunidades e na época havia um excesso de ofertas e ativos que estavam rodando, empresas estavam investindo em espaços econômicos mais atrativos. Investir em uma empresa que ainda precisava de muito dinheiro para produzir barrilha não atraía. Acrescente-se que os preços da barrilha produzida no Brasil não eram competitivos internacionalmente. Daí porque naquele momento, no governo Garibaldi, não era um momento favorável para a retomada da produção de barrilha no Rio Grande do Norte, porque havia muita oferta de investimento no mercado. As estatais russas estavam à venda, assim como as estatais do Leste Europeu, as brasileiras, as argentinas, as mexicanas, entre tantas outras. O mundo estava vendendo empresas mais atrativas que a fábrica de barrilha de Macau. Porque muitas já estavam prontas, produzindo. Ora, por que as multinacionais iriam entrar numa coisa que renderia menos, se poderia lucrar mais investindo em outras áreas? Eu diria que, apesar de esforço do governo de Garibaldi, nós entramos no mercado oferecendo algo que era menos atrativo. Diga-se mais que o grupo que se interessasse pela Alcanorte teria que se submeter a certas condições. Se aceitasse assumir o seu controle teria possíveis complicações com o grupo de Fragoso Pires, tinha complicação com o governo do estado, complicação com o BNDES, com o BNB e outros [...]. Então a engenharia era mais complexa do que a mera discussão sobre o controle da energia a ser produzida pela Termoacú.(FARIA, 2006).

De acordo com Faria, os fatores internos também dificultaram os encaminhamentos do projeto da barrilha: “as condições em que se encontrava esta fábrica”. O novo possível controlador teria complicações com Fragoso Pires – um empresário em decadência e endividado com o governo federal (BNDES, BNB) e com o governo estadual (Bandern E BDRN) face os débitos desta empresa para com estas instituições financeiras. Pode-se observar, a partir dessa visão que o Estado tanto nacional como regional não teria sido racional no emprego dos recursos públicos ao fazer investimentos nesse projeto. Ou, nessa fase, a lógica da acumulação capitalista em escala mundial torna a intervenção estatal menos relevante e, ao mesmo tempo, menos transparente para a determinação de políticas de investimentos. Configurando-se, dessa forma, a aplicação de somas de fundos públicos sem critérios de avaliação e de controle e, por fim, sem retorno. Um enorme

desperdício para a economia de um Estado sem uma dinâmica econômica própria e incapaz de fomentar no seu interior um significativo processo autônomo de acumulação.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, Abelírio Vasconcelos da Rocha, tem outra visão sobre o fracasso do Pólo Gás Sal e mais especificamente do projeto da fábrica de barrilha. Para ele, a disputa pelo controle da Termoçu seria o elemento principal do fracasso do projeto de retomada dessa fábrica.

Feitos os contatos nacionais e internacionais, assinamos com o governo do Estado um protocolo de intenção, onde a América Florida Power Light ficaria com a térmica que geraria a energia para a fábrica de barrilha e a fábrica ficaria sob o controle da U. S. Salt Corporation ligada a ANSAS, sob a direção de Michael Boyce. Dois fatos ocorreram no decorrer dessas discussões: um é que Fragoso Pires recua e não aceita transferir suas salinas a U. S. Salt Corporation. Ele queria controlar o sal, facilitava apenas a fábrica, mas isso era contornável. Mas, aí veio uma paulada muito grande que foi a minha surpresa. Foi o governo do Estado destinar o gás, que não dava para todo mundo, ao grupo Iberdrola. Quando este grupo viu que Michael Boyce estava articulado com a América Florida Power Light, procura a Petrobras, contando com o apoio do governo do Estado, passa a fazer parte no consócio de montagem da Termoçu. Daí o rompimento do grupo ligado a ANSAS. Ao se afastar do projeto ele sela a segunda morte da fábrica de barrilha. Em seguida a isso, a Flórida desiste e Michael Boyce sai fora da jogada. Esse tipo de articulação era importante porque Boyce representava um grupo inserido no mercado internacional. Para esse mercado não cumpriu o que diz é fatal. Veja bem, Michael Boyce representava um grupo que tinha o mercado e a tecnologia. Então a montagem da fábrica era, nesse caso, uma questão de financiamento. Ele tinha a garantia fantástica que era o mercado. Essa é que é a verdade. A verdade a ser contada é essa. (ROCHA, 2006).

Atente-se para os argumentos levantados por Rocha ao relatar o fracasso do projeto da fábrica de barrilha. Para ele, o governo do Estado e a Petrobras são os responsáveis pelo insucesso desse projeto. Segundo o seu relato, as negociações com o capital internacional e com os órgãos credores da Alcanorte, sob a sua responsabilidade, foram adequadamente conduzidas. A disputa pelo controle da energia (térmica e do gás natural) entre a Petrobras, a Iberdrola e a América Florida Power Light, tendo o governo do Estado apoiado à pretensão da Petrobras e da Iberdrola em controlar a energia da Termoçu em detrimento das iniciativas em torno do projeto da barrilha, é que teria inviabilizado esse empreendimento.

Já o governador e candidato à reeleição, Fernando Freire (PP)⁴⁰, em debate com empresários da Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, em 24.09.2002, externa outra visão sobre o fracasso do Pólo Gás Sal e responsabiliza os empresários ligados à FIERN por este fato. Leia-se o que afirma Fernando Freire:

O Pólo Gás Sal é um engodo, que eles [os dirigentes da Federação das Indústrias] inventaram para ludibriar os empresários e a opinião pública. O que eles deixaram foi um rombo de R\$ 30 milhões em renúncia fiscal dada a Petrobras e que simplesmente não vem sendo usado, porque as empresas que utilizariam o gás incentivado não vieram. E ainda queriam que o governo do Estado preparasse toda infra-estrutura sem nem mesmo saber se as indústrias viriam mesmo. (FREIRE, 2002, p. 3).

Ao responsabilizar os dirigentes da FIERN pelo fracasso do Pólo Gás Sal ele estaria apontando na direção do senador Fernando Bezerra, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN e da Confederação Nacional da Indústria – CNI, um dos idealizadores do Pólo Gás Sal, e seu concorrente na eleição para o governo estadual em 2002, por esse fracasso.

Mas, não só por isso. É preciso que se faça a contextualização da participação do empresariado norte-rio-grandense ligado à CNI e à FIERN na composição do poder político local, nos anos 90, para se compreender as articulações destes em torno do projeto no Pólo Gás Sal.

O ex-governador Aluízio Alves, dirigente do PMDB, é derrotado em 1982, ao disputar a eleição ao governo do Estado com o ex-prefeito de Natal, engenheiro José Agripino Maia (PDS). A partir dessa derrota de Aluízio, Garibaldi Alves Filho, seu sobrinho, passa a assumir gradativamente a liderança do seu grupo político e a buscar uma aliança mais orgânica com os empresários da Federação das Indústrias. Pelas conseqüências que teve essa eleição no rearranjo das forças políticas locais e para melhor compreensão do papel desempenhado por esses líderes no cenário político norte-rio-grandense, se faz necessário caracterizar a trajetória política de cada um deles.

⁴⁰ Fernando Freire, fora vice-governador de Garibaldi Alves Filho (PMDB) de 1995 a 2002, representando o (PP) quando assume o governo com a renúncia deste, para se candidatar ao senado da República.

O jornalista e ex-governador Aluizio Alves se destaca na vida pública como uma expressiva liderança política ao ser eleito, em 1960, ao governo do Estado. Numa seqüência que tem início em 1946, quando aos 23 anos é eleito para a Câmara dos Deputados pela UDN, reelegendo-se para essa mesma função, mais quatro vezes. Em 1969, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar, quando exercia o seu quinto mandato de deputado federal, agora, pela ARENA, partido de sustentação da ditadura que o cassara.

Fora da vida pública, Aluizio protagoniza dois episódios que pode ajudar na compreensão do cenário político-econômico do período em análise: na atividade privada torna-se diretor do grupo União das Empresas Brasileiras – UEB (indústria têxtil) e o principal articulador da vinda da Indústria Têxtil Seridó para o RN, em 1973, e logo transferida para o grupo Coteminas em 1974; no plano da política, mesmo afastado compulsoriamente das lutas partidárias, continua exercendo forte influência nos destinos do poder político estadual. O reconhecimento dessa influência pôde ser verificado pelo interesse que teve o grupo Maia (ARENA) em contar com a adesão de Aluizio, por ocasião da eleição de 1978, para o senado da República. Mesmo cassado pelos militares, Aluizio celebra um acordo com o grupo de sustentação destes, representados pela família Maia, emprestando o seu apoio político-partidário à eleição do candidato a senador pela ARENA, empresário Jessé Pinto Freire, em detrimento dos candidatos lançados pelo seu próprio partido, o MDB, empresários Radir Pereira de Araújo e Francisco Rocha. Essa decisão política de Aluizio retira do seu discurso a condição de vítima de uma cassação considerada injusta pelos seus correligionários, fato propagado ao longo da sua ausência do cenário político nacional e estadual, ao mesmo tempo em que corrói um imaginário criado junto aos seus eleitores, a partir das lutas políticas que comandou “contra” as oligarquias ao longo da década de 60, de defensor das aspirações de ascensão social dos pobres, da “gentinha” como gostava de propagar. É nesse contexto que Aluizio disputa e perde a eleição para o governo do Estado contra José Agripino Maia (PDS), em 1982.

José Agripino Maia é um jovem executivo com experiência na construção civil, como engenheiro e diretor da Empresa Industrial Técnica – EIT. Em 1979, aos 33 anos, é alçado pelo seu primo e governador pela ARENA, Lavoisier Maia Sobrinho (1979-1983), para assumir a prefeitura de Natal. Ao chegar à vida pública no RN, conta com o apoio desse segmento empresarial e do setor da agricultura irrigada. A EIT, empresa da qual fora diretor, atuava também na produção de frutas tropicais para exportação, ao criar em 1973, a Mossoró

Agroindústria S.A. - Maisa. Além da atuação dos seus familiares nessa área, já que detinham o controle da Fazenda São João, dedicada, igualmente, à produção e exportação de frutas. A construção civil⁴¹ e a produção irrigada de frutas tropicais para exportação representavam, no período de 70 a 90, os setores dinâmicos da economia potiguar. (ARAÚJO, 1998). No plano da política regional, Agripino passou a compor um elenco de “novos” líderes alçados ao comando de prefeituras de capitais e governos de Estados do Nordeste, como Hugo Napoleão (PI), João Alves Filho (SE), Divaldo Suruagi (AL), Luiz Gonzaga Mota (CE) e Gustavo Krause (PE), Todos do PDS, partido de sustentação do governo militar.

Registre-se, ainda, que o grupo político de José Agripino Maia mantinha uma estreita relação com a indústria salineira e com o projeto da Alcanorte. O ex-governador Tarcísio Maia (1975-79), seu pai, foi responsabilizado pelo então governador Cortez Pereira de Araújo (PDS) pelo desvio dos objetivos do Funpesal, com apoio restrito ao pequeno e médio produtor de sal, ampliado por Tarcísio Maia para beneficiar as empresas multinacionais com atuação na indústria salineira. (SÁ; CARVALHO, 1974). O ex-governador Tarcísio Maia pode ser considerado o político mais influente na definição dos rumos tomados pela indústria salineira e pela construção da fábrica de barrilha, ao exercer a presidência respectivamente da Alcanorte e da Petroquisa, esta, uma importante empresa subsidiária da Petrobras e então controladora da Álcalis e da

⁴¹ Analise-se o relato de Aníbal Barbalho, professor universitário, ex-presidente do Sindicato da Construção Civil e vice-presidente da FIERN na gestão de Bira Rocha sobre a relação dos empresários da construção civil com o Estado, através das obras implementadas por este ao longo das décadas de 70-80. “Até os anos 70, tínhamos pequenas construtoras que faziam pequenas obras isoladas, a cidade era muito pequena. O capital era pouco, na realidade não havia nesse setor os detentores dos grandes terrenos, os especuladores imobiliários, porque nunca tivemos terrenos, áreas urbanas para especulação. Na verdade, nós usamos nosso capital, um capital mais de conhecimento, não tinha grandes empresários milionários, apesar da luta, existia muita dificuldade. Quem trabalhava com obras públicas, precisava ter um pequeno capital, o dinheiro mesmo vinha do governo federal, estadual e municipal. Com o advento do BNH depois da revolução, da ditadura, então houve um crescimento muito grande na área habitacional principalmente de baixa renda. O Estado brasileiro precisava se legitimar precisava do apoio popular para dar continuidade ao regime. Então, ele idealizou um programa popular, criando o BNH, que foi uma idéia maravilhosa. Esse Banco de Habitação se sustentava na poupança e no fundo de garantia por tempo de serviço. Esse mecanismo de financiamento permitiu que Natal fosse uma das cidades que mais recebeu recurso em relação a outras capitais do Nordeste. Aqui foram construídos grandes conjuntos habitacionais com recursos do BNH, foi construída uma cidade na Zona Norte, em 4 anos, na época do governo Lavoisier, foram construídas 40 mil casas, eu estou falando só da Zona Norte. Tivemos a construção de grandes conjuntos na Zona Sul, como Ponta Negra, Cidade Satélite que na época era o maior conjunto da América Latina, Mirassol, Neópolis. Na verdade foi um boom, que provocou uma expansão na economia no RN. E tudo isso foi feito com empresa daqui de Natal. Com o fechamento do BNH em 1986 ocorreu um verdadeiro choque para a economia do RN, para essas empresas que trabalhavam nessa área. Tivemos também a Via-Costeira iniciada no governo de Tarcísio Maia [1975-1979], todos os hotéis da Via-Costeira foram empreendimentos de empresários locais da construção civil. Recebemos a Via-Costeira com bons olhos, quase todos os hotéis foram do ramo da construção civil, depois foi que eles começaram a vender os hotéis, mas o primeiro foi o Natal Mar Hotel que era de uma construtora de Álvaro Alberto, depois ele construiu um segundo hotel, outros construtores fizeram hotéis na Via-Costeira, várias pessoas da construção civil entraram na Via-Costeira para construir hotéis. Também não quero dizer que só o empresário da construção civil construiu hotel na Via-Costeira, tivemos outros ramos empresariais, hoje tem muitas empresas, muitos flats, apart-hotel. Então, eu acho, que o turismo foi outro boom, mas um boom permanente, quando a gente fala em boom, fala numa explosão de atividade, depois ela se retrai um pouco, na realidade o turismo levou a isso, a ser permanente e a construção civil acompanhou isso, com bons resultados.” (BARBALHO, 2006)

Alcanorte É nesse cenário de articulação com os setores dinâmico da economia que José Agripino Maia (PDS) vence, em 1982, as eleições ao governo do Estado contra Aluízio Alves (PMDB).

Com essa derrota de Aluízio, entra na cena das disputas políticas, como personagem principal, o seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho (PMDB). Após exercer as funções de deputado estadual por quatro mandatos (1970-1985) e de prefeito de Natal entre (1985-1990), se elege ao Senado da República em 1990, e já visando ampliar o seu grupo de articulação política convida para ser o seu suplente o empresário da construção civil e líder patronal Fernando Bezerra. Bezerra que, nesse momento, era presidente da FIERN e Tesoureiro da CNI, exercendo essa função de 1985 a 1995, quando se elege presidente da CNI. Ao chegar ao governo do Estado, em 1994, Garibaldi Alves Filho deixa o senado, assumindo em seu lugar, na condição de suplente, Fernando Bezerra. Verifique-se que, já nesse momento, Garibaldi Alves consegue rachar o bloco de apoio a Agripino Maia na área empresarial, notadamente na construção civil.

Ao se eleger governador em 1994, concorrendo com Lavoisier Maia Sobrinho (PFL), o candidato dos Maias, Garibaldi Alves aprofunda as suas relações políticas com os empresários, iniciadas em 1990. Na condição de governador, convida o presidente da FIERN, empresário Abelírio Vasconcelos da Rocha para ser o seu Secretário de Planejamento. O interesse principal de Garibaldi Alves⁴², ao se aproximar dos empresários da indústria, era renovar o seu grupo político, já que os empresários, com o declínio do regime militar, passaram a assumir a condição de principais portadores do projeto de modernidade. Atuando sempre no sentido de uma maior aproximação com a FIERN, convida Abelirio Vasconcelos da Rocha, seu presidente, para ocupar espaço político estratégico no aparato do Estado, sendo este designado para assumir a Secretaria de Planejamento. Nessa função Rocha torna-se o principal proponente das políticas de desenvolvimento econômico no início do primeiro mandato de Garibaldi Alves (1995-1999). Como instrumento de consolidação dessa aliança entre o governador recém eleito e o seu PMDB e os empresários e a FIERN é engendrado por Rocha, o projeto do Pólo Gás Sal. São criadas, a partir dessa aliança, as condições políticas para o surgimento do projeto econômico – Pólo Gás Sal - que dominou os debates sobre a modernização econômica do Rio Grande do Norte nos dois

⁴² Recorde-se que Garibaldi Alves Filho tem formação jurídica e experiência diária na imprensa. A partir dessa condição construiu a sua identidade política, ao assumir a defesa das liberdades públicas, dos direitos humanos e dos proprietários e trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte, durante o regime militar. Ele utilizava-se do programa diário da Rádio Cabugi “Falando francamente”, dos discursos no plenário da Assembléia Legislativa, dos artigos no jornal do seu grupo familiar a “Tribuna do Norte”, além da Revista RN-Econômico para atingir esse objetivo.

períodos de governo de Garibaldi Alves Filho (1995-2003). Um segundo ponto que merece destaque se refere às intenções que tinham os empresários ligados à FIERN de exercer maior influência sobre os destinos da sociedade norte-rio-grandense. Com Fernando Bezerra no senado e Abelírio Vasconcelos da Rocha no aparato do Estado ou na presidência da FIERN esta passa a interferir de forma mais sistemática nos destinos da política e da economia local. Para isso, Rocha procurou organizar os empresários e a sociedade civil, ao criar em 1994, o Fórum Empresarial do Rio Grande do Norte “com o objetivo de congregar as entidades representativas dos empresários nos seus mais diversos setores”. (GENTIL, 1996, p. 11-12). E, em 1996, ao estimular a criação do “Pacto pelo Desenvolvimento do Rio Grande do Norte”, com o objetivo de debater o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Esse Pacto pelo Desenvolvimento reunia todas as segundas-feira, das 7:30 às 10:30 hs, em salas cedidas pela própria FIERN, pessoas oriundas da Universidade Federal, da Igreja Católica, de sindicatos de trabalhadores, de empresários, da imprensa e outros setores interessados em estudar e debater o desenvolvimento econômico estadual. Contando com uma expressiva participação em suas reuniões, ele se manteve por longos meses, começando a se esvaziar no momento em que foi transformado em várias comissões de estudos técnicos. Isso se deu pela divisão entre os empresários. Para uns, a missão dos membros do Pacto era elaborar projetos técnicos do interesse de determinados grupos econômicos, representados pelo Sr. Tiago Gadelha e para outros a missão das pessoas que se reuniam espontaneamente nesse Pacto era debater políticas alternativas de desenvolvimento e, mais, trazer para dentro da FIERN a experiência profissional e o conhecimento teórico de pessoas e personalidades capazes de oferecer sugestões sobre os rumos a ser seguidos, na área econômica, representados por seu presidente Abelirio Vasconcelos da Rocha. Ao terminar o governo de Garibaldi Alves Filho e Fernando Freire, essas organizações se fragilizam e o grupo de Fernando Bezerra e de Abelirio Vasconcelos da Rocha, que controlava a FIERN há mais de 20 anos, perde o controle desta instituição e das organizações de debates por eles criados, fragmentando-se. Hoje (2007) a FIERN perdeu força e não mais expressa de forma articulada o pensamento de instituições e “personalidades” sobre os destino do desenvolvimento do RN.

Retomando a discussão do Pólo Gás Sal, pode-se dizer que Fernando Freire, ao reconhecer publicamente o fracasso desse projeto e ao responsabilizar os empresários, que vinham em sua coordenação ao longo de oito anos, reconhece, ao mesmo tempo, a debilidade política e a fragilidade econômica do empresariado local na atração de investimentos para a montagem de

uma indústria moderna, ao lado da impotência do Estado local em comandar o processo de criação de uma indústria química e petroquímica no território potiguar. Os empresários, de fato, não reuniam poder de articulação a nível nacional e internacional para atrair a tecnologia e o capital que lhes faltavam para promover a modernização econômica e o Estado não reunia força política capaz de negociar com instituições públicas federais, como a Petrobras e a Petroquisa, os meios indispensáveis à implantação de uma indústria especializada e moderna no Rio Grande do Norte.

10 CONCLUSÃO

Podemos agora tirar algumas conclusões quanto aos resultados das ações desenvolvidas pelos diversos atores interessados no processo de modernização econômica do Rio Grande do Norte: o Estado, as forças do mercado e as lideranças políticas e econômicas locais.

De forma direta e permanente, foi o Estado o indutor principal na tentativa de estruturação de projetos de modernização ligados à indústria do sal, da química e da petroquímica no Rio Grande do Norte. Foi ele que, em conjunturas diferentes, e diante da fragilidade ou desinteresse dos agentes econômicos privados, criou as condições gerais para o avanço do capitalismo ao estabelecer normas que disciplinaram a produção e comercialização do sal, através da criação do Instituto Nacional do Sal e posteriormente da Comissão Executiva do Sal. Além disso, promoveu ações na área de infraestrutura – construindo estradas de ferro e de rodagem, um Porto Ilha para o transporte do sal; assumiu responsabilidades diretas na área da produção – iniciando a construção de uma fábrica de barrilha em Macau; tendo, assim, participação decisivamente na criação das condições necessária a criação do Pólo Gás Sal. Foi ainda mais distante ao incentivar grupos privados específicos, concedendo empréstimos e ofertando subsídios econômicos e incentivos fiscais em todas as iniciativas destinadas a promover a modernização desse setor. Tudo com o propósito de fazer avançar as relações capitalistas de produção em uma economia regional carente de capital, de tecnologia e de organização empresarial, por si só, incapaz de romper com o atraso econômico preponderante. Porém, nem sempre essas ações obtiveram sucesso. Porque, reafirmando as características da economia e dos Estados periféricos, neste caso, não se logrou promover a modernidade industrial por eles, sempre, proposta, apoiada e financiada. Observe-se, em apoio ao que está dito, que mesmo com a criação da Alcanorte e sua posterior privatização não se conseguiu

implantar a fábrica de barrilha; o mesmo ocorreu com a criação do Pólo Gás Sal, não se logrando construir uma indústria moderna na área da química.

A segunda conclusão a ser tirada se refere à vinculação estabelecida entre o Estado e o capital privado internacional no processo de modernização econômica nesse setor. A mecanização da extração do sal, o projeto de produção de barrilha e o Pólo Gás Sal foram articulados pelo Estado nacional e/ou regional em parceria com o capital internacional em diferentes conjunturas políticas e econômicas. A modernização da indústria de extração do sal se fez, nos anos 1960-70, sob a liderança das multinacionais ligadas à indústria química instalada no Sudeste, incentivada pelo Estado nacional, através da Sudene. O projeto de produção de barrilha foi, originariamente, organizado e coordenado pelo Estado nacional em parceria com o grupo holandês AKZO, ligado internacionalmente ao cartel mundial da barrilha; o projeto do Pólo Gás Sal, idealizado nos anos 90, pelo governo do Estado em parceria com os empresários locais, e com a Petrobras, com o propósito de criar mecanismo de atração de investidores internacionais.

Uma terceira conclusão aponta na direção de que a economia potiguar, em vários estágios do seu desenvolvimento, não fomentou uma dinâmica econômica interna capaz de criar as condições que possibilitassem o surgimento de um empresário local que assumisse a liderança do processo de modernização industrial em curso. A ausência dessa dinâmica dificultou a implementação de uma indústria química moderna, reivindicada pelas lideranças políticas e econômicas locais. Porém, deve-se ressaltar que, mesmo sem essa condição o ânimo dessas lideranças não se arrefeceu. Elas lutaram pela mecanização da indústria de extração do sal e pela instalação, no Rio Grande do Norte, de uma indústria moderna nos setores da química e da petroquímica e para isso se articularam com forças estatais e com o capital internacional em diversos momentos desse processo. A concretização dessas alianças forjou a criação de uma razoável infra-estrutura material, a oferta de certas facilidades, como concessão de fundos públicos, incentivos fiscais e créditos a investidores externos, nacional ou internacional como estratégia de conquista da modernidade aspirada.

Uma quarta conclusão aponta na direção de que ocorreram, mesmo com dificuldade, algumas mudanças em setores básicos da economia local, sob a direção das lideranças empresariais e políticas locais ou mesmo sem a sua participação. Essas lideranças se organizaram em torno do avanço das relações capitalistas de produção na indústria, na agricultura e nos serviços. Porque acreditavam que a modernização trazia um conjunto de características positivas, apresentadas na mídia e nos discursos oficiais, como ficou demonstrado, como capaz de definir um novo padrão de desenvolvimento, pela

via da industrialização para superar o atraso econômico. Daí o decidido apoio à criação de indústrias específicas ligadas ao sal, a barrilha, a scheelita, ao calcário, ao petróleo e ao algodão, articulando, desse modo, a economia local à dinâmica de uma economia nacional e mundial em expansão. Pretendendo romper assim, com o atraso tecnológico e a escassez de capital a que estavam secularmente submetidas. Essa luta em torno da industrialização se respaldava na crença que tinham e têm esses líderes no capitalismo e no seu poder de transformação, que expressava no século XX, no Brasil, uma cultura política hegemônica. O avanço das relações capitalistas de produção era vista, ainda, por esses líderes, como o meio capaz de melhorar as condições sociais das maiorias excluídas.

Pode-se afirmar, por fim, que a partir dos anos 70 do século passado, essas lideranças arregimentaram forças em torno da criação das condições que levassem a economia local à modernização industrial; primeiro sob a sua direção, depois com a sua participação e, em seguida, sem essas duas preocupações. Elas tinham como meta modernizar, pela organização de um parque industrial moderno, tendo como base as matérias primas locais e através desse caminho inserir no cenário nacional e internacional uma economia, provinciana, atrasada. Nessa perspectiva, ela estava afinada com o ideário de progresso, calcado no emprego da ciência e da tecnologia no desenvolvimento das forças produtivas, sob a ótica do capitalismo. Elas procuravam ligar a economia local a esse cenário. E por isso pode-se inferir que elas eram dotadas, num primeiro momento, de um projeto liberal e, em seguida, de um ideário neoliberal, no sentido de que estavam abertas, nos dois momentos, às renovações vindas de fora. Sem abrir mão, contraditoriamente, do apoio do Estado a esse processo.

Mesmo assim, ao se analisar, hoje, o esforço despendido em torno do projeto de modernização encetado na área da química no RN tem-se o seguinte quadro: primeiro, na fase inicial, quando este projeto estava sob o controle do Estado, que vai de 1975 a 1992, contabiliza-se investimentos na ordem de mais de US\$ 200 milhões de dólares, (NEWTON; GUEDES; NOGUEIRA, 2000); segundo, após a privatização em 1992, agora sob o controle de um grupo privada nacional sob a direção do empresário Fragoso Pires teria sido feito um empréstimo pelo BNDES para concluir o projeto da barrilha no valor US\$ 150 milhões de dólares.(CARDOSO). Acrescente-se a esses valores os empréstimos concedidos a esse empreendimento pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - BDRN e pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB que alcança o valor de R\$ 80 milhões de reais. (OBRAS, 1999). Além dos gastos mais recentes em forma de subsídios, 30 milhões de reais, como lembrou Freire no debate na Federação do Comércio, de incentivos e na formulação dos

estudos e projetos do Pólo Gás Sal, onde foram empregados recursos oriundos do governo do Estado e da Confederação Nacional da Indústria –CNI. Diante desses dados, percebe-se que houve esforços dos setores públicos e privados em torno da implantação desse pólo de desenvolvimento já que grandes somas de recursos foram investidas pelo poder público federal, pelos vários governos do Estado e em menor proporção pelo setor privado, sob diversas formas. Considere-se que, mesmo com os expressivos investimentos realizados entre os anos 70 e 90 do século XX, portanto, em quase 40 anos, não se conseguiu a instalação de uma indústria especializada e moderna como se pretendia, nessa área. Torna-se evidente, assim, que a modernização econômica não é inevitável, como lembra Reinhard Bendix, porque, neste caso, mesmo com a manifesta pretensão do Estado nacional e regional, de grupos dirigentes locais e na presença de certas condições naturais favoráveis, ela não ocorreu. Tivemos, nesse caso, um verdadeiro desperdício, ou mesmo pilhagem dos recursos públicos, não se permitindo, sequer, que o Estado capitalista cumprisse uma das suas funções básicas: ajudar na reprodução do capital em uma região economicamente atrasada, com um empresariado economicamente frágil e sem conhecimentos técnicos para controlar um ramo industrial sofisticado, além de uma elite política sem representatividade no cenário político nacional.

O insucesso dessa política de desenvolvimento econômico para o setor da química, principalmente, parece negar a modernidade de que a sociedade capitalista contemporânea é portadora. Nesse sentido, ela é, também, uma economia peculiar, já que outros setores da economia potiguar, contemporâneos do projeto do Pólo Químico Industrial, foram modernizados, como é o caso da indústria têxtil, do turismo, da agricultura irrigada e do cultivo de camarão, além dos avanços do Pólo Petroquímico coordenado pela Petrobras.

REFERÊNCIAS

- A ECONOMIA do estado muda muito pouco em 15 anos. RN Econômico, Natal, n. 159, p. 39-41, nov. 1984.
- A FIERN, Bira Rocha e a Luta para desenvolver o RN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 30 de setembro de 2003.
- ALCANORTE está sendo visitado pelo futuro comprador. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 28 e 29 de agosto de 1999. P. 14.
- ALCANORTE produzirá em 2000. Diário de Natal, Natal-RN, 01 de julho de 1999. Cidades.
- ALCANORTE já tem calendário para reiniciar suas obras. Tribuna do Norte. Natal-RN, 10 de abril de 1999. Indústria, p. 14.
- ALCA recebe 49% das exportações do RN. O Poti, Natal-RN, 02 de novembro de 2003. Economia, Capa.
- ALMEIDA, Rômulo. *Nordeste: desenvolvimento social e Industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro, 1979.
- ALGODÃO – baixa produtividade levará à queda de safra. Tribuna do Norte, 24 de março de 1996, p. 36. Brasil impõe cotas a produtos têxteis importados. Tribuna do Norte, 24 de maio de 1996, p. 4.
- ALVES, Aluizio, *Memória Viva de Aluizio Alves*. Natal: EDUFRN, 1998, 140 p.
- ALVES, Aluizio. O Drama do Nordeste – dois instrumentos de recuperação – apelo de três séculos. Natal – RN, Tribuna do Norte, 21-11-1953, p. 3.
- ALVES, Aluizio. Aluizio Alves – o que eu não esqueci. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2001. 239 p.
- ALVES, Agnelo. O Pólogás-Sal - 2. Tribuna do Norte. Natal-RN, 19 de março de 1997. Opinião, p. 2.
- ALVES, Agnelo. O Pólogás-Sal - 3. Tribuna do Norte. Natal-RN, 20 de março de 1997. Opinião, p. 2.
- ALVES, Agnelo. O crescimento do RN no Nordeste. Tribuna do Norte. Natal-RN, 14 de julho de 1999. Espaço Livre. p. 2.
- ALVES, Agnelo. O Pólogás-Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 18 de março de 1997. Opinião, p. 2.

- ALVES, Garibaldi. Indústria de Confecção Procura Alternativas para Continuar Crescendo. RN-ECONOMICO, 1979-1980. p. 28-32
- ALVES, Henrique Eduardo. O “diferencial” do RN. Tribuna do Norte. Natal-RN, 09 de março de 1997. Opinião, p. 2.
- ALVES, Denysard O. E SAYAD, João. O Plano Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970. In. LAFFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- ANDRADE, Wilson. Discurso de posse no Fórum Empresarial do Rio Grande do Norte. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 23 de novembro de 2001. Artigos. P. 2.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Estado e Industrialização do Nordeste: intenções e resultados*. Revista Economia & Desenvolvimento São Paulo, Ano I, no. 3, P. 99 -114, JUNHO DE 1982.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição de. (Org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 71-92.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Revista de Estudos Avançados, volume 11, no 29, USP, Janeiro / Abril de 1997, p. 7-36.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Perspectiva de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte. Natal: Publicação do Coletivo Estadual de Formação Política do PT –RN – No 3 – julho/1998.
- ARBIX, Glauco. Política Industrial e o Laissez-faire na Guerra Fiscal. In: RATTNER, Henrique. Brasil no Limiar do Século XXI – Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 243-267.
- A’RBOCZ, Istivan Inre Lásvlo. Ensaio sobre a História econômica do RN. Natal: Editora Universitária - UFRN, 1986. 60 p.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As LIGAS Camponesas. Rio de Janeiro, 1982.
- AZEVEDO, Aroldo de. ESTRUTURA ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1961. 20 p.
- BARBALHO, Aníbal. Entrevista sobre a modernização econômica do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Geraldo de Margela Fernandes. Natal, 2006. Fita cassete sonora (60 min.)
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- BARRETO, Paulo. O Funpersal Cria um Injusto Regime de Privilégios. Revista RN-ECONÔMICO, Ano VI, No 59, dezembro de 1974, p. 21-23.

BARROS, Regina. Pólo Gás-sal, sonho em Macau. Diário de Natal, Natal-RN, 26 de março de 1998. Cidades, p. 12.

BARROS, Regina. Projeto das águas-mães afundou. Diário de Natal, Natal-RN, 06 de abril de 1997. Economia, p. 25.

BARROS, Regina. Salinas têm crise agravada. Diário de Natal, Natal-RN, 21 de agosto de 1998. Cidades, p. 9.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. MITO e REALIDADE na DíVIDA EXTERNA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania. São Paulo: EDUSP, 1996.

BEZERRA, Geraldo. O Rio Grande do Norte Perdeu a Vocação Algodoeira? Revista RN - ECONÔMICO, Ano X – No 108 – Dezembro-1979 e Janeiro de 1980, p. 81-82.

BEZERRA, Fernando. As razões do Nordeste. Jornal Integração/Fiern. Natal-RN, ago./set. de 1996. p. 2.

BEZERRA, Fernando. Fernando, o nome da vez. Diário de Natal, Natal-RN, 25 de julho de 1999. Entrevista concedida a Sarita Bogaard.

BIRA Rocha vê risco de novo monopólio. Diário de Natal, Natal-RN, 19 de agosto de 1999. p. 6.

BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

BLUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BNDES e BNB dão condição para retomar Alcanorte. Tribuna do Norte. Natal-RN, 30 de junho de 1999.

BOSCHI, R. R. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BRASIL. Ministério do Planejamento. BNDES. O Sal no Contexto da Economia Nacional. In. Coleção Mossoroense, Série B, No 664, 1989.

BULHÕES, Airton. BNDES aceita participar do projeto Alcanorte. Tribuna do Norte. Natal-RN, 03 de junho de 1999. Economia, Capa.

CÂMARA, Cassiano Arruda. Parceiro preferencial. Diário de Natal, Natal-RN, 06 de julho de 2004. Roda Viva, p. 2.

CÂMARA, Cassiano Arruda. Um repórter na roda viva – do tipo móvel ao notebook. Natal: Chegança Editorial, 2002, 288 p.

- CÂMARA, Cassiano Arruda. Povo subdesenvolvido. Diário de Natal, Natal-RN, 24 de julho de 2004, Roda Viva, p. 2.
- CÂMARA, Cassiano Arruda. Será que o Pólo sumiu? Diário de Natal, Natal-RN, 20 de agosto de 2004. Roda Viva, P. 2.
- CÂMARA, Cassiano Arruda. Entrevista sobre a modernização econômica do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Geraldo de Margela Fernandes. Natal, 2006. Fita cassete sonora (19-80 min.).
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reforma de Base (1931-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano, Vol. III, Sociedade e Política, São Paulo: Difel, 1981.
- CARDOSO, Otomar Lopes. Expansão do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: O Autor, 2002, p. 62-64.
- CARDOSO, Otomar Lopes. Pólo Gás-sal no Rio Grande do Norte. Diário de Natal, Natal-RN, 08 de abril de 1997. Opinião, P. 2.
- CASTRO, Iná Elias de. O MITO da NECESSIDADE: Discurso e Prática do Regionalismo Nordeste. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Avança Brasil: Proposta de Governo. Brasília: 1998. 332 p.
- CARDOSO, Ana Luiza. Censo 2000 mostra avanços no RN. Tribuna do Norte. Natal-RN, 20 de dezembro de 2001. Natal. Capa.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, 143 p.
- CARNEIRO, Ricardo. Repensando o Nordeste. Revista Vidas Secas, Recife, Ano 1, no.2, p.139 - 151, set-out-nov de 1980.
- CARNEIRO, Ricardo. Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 270 p.
- CARONE, Edgar. O Pensamento Industrial no Brasil. 1980-1945) RJ-São Paulo, 1977.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário. São Paulo: HUCITEC - SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Justiça Social e Acumulação Capitalista – O Proterra. Fortaleza: Editora UFC, 1982.
- CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio de. O Rio Grande do Norte em visão prospectiva. Natal: Fundação José Augusto, 1976, 194 p.

- CASTRO, Antonio Barros de. A Estratégia d 74. In. A Economia Brasileira em Marcha Forçada.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- CAVALCANTI, Keila Brandão. Estado e Política do Turismo: o caso da via costeira da cidade de Natal. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Administração da UFRN. 1993. Mimeografada, 279 p.
- CAVALCANTI, Paulo: A LUTA CLANDESTINA: o caso eu conto como o caso foi: Recife, Vol. 4, Memória, 1985.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial. Natal: Editora Universitária – UFRN, 1987. 271 p.
- CNI inaugura Centro do Gás. Diário de Natal, Natal-RN, 23 de março de 2002. Economia, p. 1.
- COMISSÃO estuda viabilidade para a unidade de eteno no Pólo Gás-Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 14 de abril de 2000. Economia, p. 13.
- COMISSÃO para discutir futuro do Pólo-Gás Sal faz primeira reunião. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 11 de abril de 2000. Geral. p. 8.
- CONH, Amélia. CRISE REGIONAL E PLANEJAMENTO. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, 170 p.
- CONSOLIDAÇÃO da Alcanorte fortalece implantação do Pólo Gás-Sal no Estado. Tribuna do Norte. Natal-RN, 30 de junho de 1999. Economia.
- CONVÊNIO será assinado dia 7. Jornal Integração/Fiern. Natal-RN, ago. /set. de 1996. p. 3
- CONVÊNIO dá início ao Pólo Gás-sal. Diário de Natal, Natal-RN, 21 de março de 1997.
- COSTA, Ademir Araújo da. Tecnologia e desemprego: o caso da região salina de Macau-RN. Natal: UFRN/CCHLA, 1993, 142 p.
- COSTA, Emilia Viotti. A Revolução Burguesa no Brasil. Revista encontro com a CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: Rio de Janeiro, número 4, p. 176-185, outubro de 1978.
- CRISE da indústria têxtil fecha fábrica da Alpargata. Diário de Natal, 21 de dezembro de 1995, p 14.
- CTGÁS: tecnologia do Rio Grande do Norte para todo o país. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 19 de março de 2002. p. 5.
- DANTAS, J. Garibaldi. Geographia Econômica do Rio Grande do Norte, Mossoró: Coleção Mossoroense, volume LXXVIII, 1979.

- DANTAS, Manoel. Homens de Outr´ora. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2001.159 p.
- DANTAS, Ana Ruth. Destino da Sudene em discussão. Tribuna do Norte. Natal-RN, 25 de março de 2001. Natal. Capa.
- DANTAS, Manoel. O RIO GRANDE DO NORTE – ensaio xerogrfico. Natal: Typ. D’ A República, 1918. 50 p.
- DENÚNCIA de Bira Rocha provoca muitas reuniões. Diário de Natal, Natal-RN, 17 de agosto de 1999.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1931-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil. Revista Brasileira de CIÊNCIAS SOCIAIS, Brasil, No 23, ano 8, outubro de 1993.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- DIRIGENTES da BASF visitam Guamaré. Tribuna do Norte. Natal-RN, 12 de abril de 2000.
- 12 BILHÕES de dólares para salvar o Nordeste. Revista Afinal, São Paulo, n. 09, p. 38-40, out. 84.
- DULCI, Otavio Soares. Política e Recuperao Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DULCI, Otavio Soares. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. IN: XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2001, Caxambu, 2001. P. 01-20.
- DUQUE, José Guimarães. SOLO e ÁGUA no polígono das secas. Mossoró: Coleo Mossoroense, Volume CXLII, 1980.
- ECONOMIA movida a petróleo. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 10 de novembro de 2005. Economia.
- EMPRESÁRIOS pretendem criar um pologs no RN. Diário de Natal, Natal-RN, 07 de agosto de 1996.
- EMPRESARIADO quer ajudar na busca de possíveis solues. RN Econômico, Natal, n. 139, p. 16-19, fevereiro, 1983.
- EMPRESÁRIOS belgas vêm ao RN conhecer estrutura do Pólo Gás-Sal. O Jornal de Hoje. Natal-RN, p. 5, 01 de agosto de 2000.
- OS EMPRESÁRIOS – Tomaz Salustino. Gente Potiguar, Natal, n. 02, p. 01-14.

EMPREGO em ascensão no RN. RN Econômico, Natal, n. 211, p. 08-15, jul. 89.

ESTADO quer atrair indústrias para agregar valor à mineração. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 11 de outubro de 2005. Economia.

ESTADO, Petrobrás e FIERN avaliam Pólo Gás-Sal. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 12 abr. 2000a.

ESTADO divulga Pólo Gás-Sal na Holanda. O Jornal de Hoje. Natal-RN, p. 13, 17 maio 2000b.

FALEIROS, Gustavo. Descentralização industrial do país. Valor Econômico. São Paulo-SP, 11 de março de 2002. P. A-7.

FARIA, Jaime Mariz. Entrevista sobre a modernização econômica do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Geraldo de Margela Fernandes. Natal, 2006. Fita cassete sonora (120min.).

FEDERAÇÕES discutem agenda da indústria. Diário de Natal, Natal-RN, 21 de março de 2002. Economia, capa.

FELIPE, José Lacerda A. (Org.) VINGT-UM: um intelectual militante. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série C - No 1331, 2004.

FELIPE, José Lacerda Alves. A (RE) INVENÇÃO DO LUGAR – Os Rosados e o “País de Mossoró”. João Pessoa: Editora Grafset, 2001. 192 p.

FELIPE, José Lacerda. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: GERMANO José Willington; OLIVEIRA, Ótom Anselmo (Org.). Caminhos do RN. Natal: UFRN, 2003, p. 131-136.

FELIPE, José Lacerda Alves. Imaginário Político e Território – O Imaginário Nacional-Desenvolvimentista no Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 1997. 38 p.

FELIPE, Emídia. Importação ameaça indústria salineira do RN. O Poti, Natal-RN, 17 de julho de 2005. Economia, Capa.

FELIPE, Luiz Antônio. Importância de um pólo. Tribuna do Norte. Natal-RN, 30 de abril de 2000. Negócios e Finanças, p. 4.

FELIPE, Luiz Antonio. A fábrica da discórdia. Revista Flagrantes, Natal, n. 1, p. 20-22, mar. 97.

FERNANDES, Geraldo de Margela. Multinacionais têm apoio sem apoiar. Diário de Natal, Natal-RN. Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Augusto.

FERNANDES, Geraldo de Margela. Falta maior controle da produção energética. In: GERMANO, José Willington; OLIVEIRA, Ótom Anselmo (Org.). Caminhos do RN. Natal: UFRN, 2003, p. 137-140.

FERNANDES, Geraldo de Margela. O SAL: Economia em Questão. Natal: Editora Universitária, 1995. 114 p.

FERNANDES, Geraldo de Margela. MODERNIZAÇÃO da indústria salineira e desenvolvimento da Região de Mossoró. *Jornal Dois Pontos*. Natal-RN, 24 a 30 de junho de 1999.

FERNANDES, Geraldo de Margela. Estado, Modernização e Poder Político no RN. *Jornal de Natal*, 17 de Outubro de 2005. p. B 3

FERNANDES, Geraldo de Margela. A barrilha e a ambigüidade das elites. *Diário de Natal*, Natal-RN, 22 de julho de 1995.

FERNANDES, Geraldo de Margela. Economia e política: caminhos alternativos para o RN. Natal: *Caderno de Debates*, p. 01-07.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FERNANDES, Fernando. FIERN acredita no Pólo Gás-Sal. Natal, 2003. Expositor, CCHLA, UFRN, p. 143-146.

FERNANDO, Freire. Freire fala a oficiais sobre plano de desenvolvimento. *Tribuna do Norte*. Natal-RN, 21 de outubro de 2000. Política, p. 3.

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol. 3, no. 3, p. 71-87, julho-setembro de 1983. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FHC assegura instalação de duas termelétricas na Grande Natal. *Tribuna do Norte*. Natal-RN, 09 de janeiro de 2002.

FIERN - Cadastro Industrial do Estado do Rio Grande do Norte, 1994.

FIERN e governo começam discussão sobre Pólo Gás-Sal na próxima semana. *O Jornal de Hoje*. Natal-RN, 01 e 02 de junho de 2002. p. 6.

FIORI, José Luís. *Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura Política de uma Industrialização Tardia*. In. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FIORI, José Luís. O novo papel do Estado frente à globalização. In. *Os moedeiros Falsos*. Petrópolis – RJ: Editora Voz, 1997, p. 241-251.

FREITAS, Micheline Cristiane Santos de. *Impacto da Abertura Econômica sobre os Fluxos de Comércio Regional e do Rio Grande do Norte*. Natal, 1999, 56 p. Monografia (Curso de Economia), Centro de Ciências Sociais Aplicadas – UFRN.

FREIRE, Fernando. Pólo Gás Sal é um engodo. In: KLEIBER, Luciano. Freire: “Pólo Gás é um engodo”. *Diário de Natal*, Natal-RN, 4 de outubro de 2002. Capa.

- FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexão sobre uma política alternativa de desenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, Vol. 4, no 3, p.5-13, julho-setembro de 1984.
- FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206 p.
- FURTADO, Celso. A Economia Latino-Americana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986, 339p.
- GALVÃO, Magnólia. Principais Recursos Minerais do Seridó, Destacando-se a Scheelita como Principal Fator da Economia. Natal: Editora Universitária, 1982, 74 p.
- GALVAO, Ubiratan. Ainda temos de esperar dois anos para que o RN produza barrilha. RN Econômico, Natal, n. 108, p. 174-175, dez. 79/jan. 80.
- GARIBALDI mostra a realidade do Estado. Tribuna do Norte. Natal-RN, 11 de outubro de 1998. Política, p. 3.
- GARIBALDI doa terreno a Termoçu. Diário de Natal, Natal-RN, 03 de julho de 2001. Cidades, p. 3
- GARIBALDI discute projetos no Rio. Diário de Natal, Natal-RN, 26 de fevereiro de 2002.
- GARIBALDI prioriza investimentos sociais. Diário de Natal, Natal-RN, 17 de fevereiro de 2002. Geral, p. 5.
- GARCIA, Odair Lopes. Desenvolvimento local e nacional: contradições e conseqüências. Palestra proferida na UFRN, 2003.
- GENTIL, Antonio. Compromisso com Natal. In: MEDEIROS FILHO, João Bezerra de. (Org.). O Rio Grande do Norte é um grande negócio. Natal: Editor Antonio Gentil de Souza, 1976.
- GERAÇÃO de energia a partir do gás natural será discutida em seminário. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 30 de julho de 2002. p. 8.
- GÓES, Francisco. Pólo Gás-químico começa a deslanchar com a Rio Polímeros. Diário de Natal, Natal-RN, 24 de julho de 2000. Empresas/Indústrias, P. 10.
- GOVERNO do Estado. Secretaria de Planejamento e Finanças. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó. Etapa I, Diagnóstico, 2000.
- GOVERNO do Estado. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Natal, digitado, 1995.
- GOVERNO DO Estado. Plano de desenvolvimento Sustentável para a carcinicultura do RN. Dezembro de 2001.
- GOVERNO do Estado. Projetos de destaque – Pólo Gás-Sal do Rio Grande do Norte. Net, Natal-RN. Disponível em: <<http://www.pologassal.rn.gov.br/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2004.

GOVERNO regulamenta lei que amplia benefícios do Pólo Gás-Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 21 de outubro de 2001. Economia, p. 4.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Norte – Secretaria da Indústria e Comércio. Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte, 1979.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Norte. Perfil do Estado do Rio Grande do Norte. Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente – IDEMA, 2002.

GOVERNADOR quer discutir o uso do gás com a FIERN. Diário de Natal, Natal-RN, 28 de maio de 2002. p. 2.

GOVERNO perde 30% da receita com incentivo fiscal. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro-RJ, 03 de abril de 1988. 1º caderno. p. 27.

GOVERNO analisa viabilidade do Pólo Gás-Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 12 de abril de 2000.

GOVERNO e FIERN ainda sem data para reunião sobre diferencial RN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 31 de maio de 2002.

GOVERNO Federal - Ministério da Indústria e Comércio. Comissão Executiva do Sal. Sinopse da Indústria Salineira. 1974. 12 p.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos” das mudanças”no Ceará (1987-1994). Ijuí: Editora UNIJUÍ. 1998. 80 p.

GRAMSCI, Antônio. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1987.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. FUNDAJ/Massangana. Recife, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. CICLOS ECONÔMICOS E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL. Cadernos de ESTUDOS SOCIAIS. Recife, Vol. 14, no 2. julho/dezembro de 1998, p. 315-341.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória Econômica de uma região periférica. Revista de Estudos Avançados, USP, Vol. 11, no 29, Janeiro / Abril de 1997, p. 37-54.

GRANDE Natal é a região mais rica do Estado. Tribuna do Norte. Natal-RN, 22 de novembro de 2005. Natal. Capa.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. Secas contra a seca. Mossoró: ESAM, 1980, 313 p.

HERF, Jeffrey. O MODERNISMO REACIONÁRIO: Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3º. Reich. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

IBERDROLA pode tirar pólo gás-sal. Diário de Natal, Natal-RN, 14 de agosto de 1999.

IMPORTAÇÃO de algodão sofre baixa de 60% no RN. Tribuna do Norte. Natal-RN, 30 de maio de 1999. Especial, p. 5.

INDÚSTRIA de Confecções Procura Alternativas para Continuar Crescendo. Natal: Revista RN-ECONÔMICO, Ano X - No 108 – Dezembro 1979 E Janeiro de 1980.

INDÚSTRIA tem gás natural a preço menor. Tribuna do Norte. Natal-RN, 30 de abril de 2002. Análise, p. 5.

INDÚSTRIAS querem isenção fiscal. O POTI, Natal, 18 de agosto de 1996, p. 32.

INDÚSTRIAS do RN estão no caminho da globalização. Tribuna do Norte, 21 de julho de 1996, p. 05.

INDÚSTRIAS perdem status. Diário de Natal, Natal-RN, 14 de dezembro de 2001. Brasil.

JORGE, Franklin. Rio Grande do Norte S.A. Jornal de Hoje. Natal-RN, 04 de setembro de 2001. Artigo, p. 2.

KLEIBER, Luciano. Governador promove reunião para discutir ameaça ao Pólo Gás-sal. Diário de Natal, Natal-RN, 20 de agosto de 1999. Cidades.

KLEIBER, Luciano. Postura da Petrobrás põe fim ao Pólo Gás-sal. Diário de Natal, Natal-RN, 24 de março de 2000.

KLEIBER, Luciano. Dívidas da Alcanorte serão analisadas. Diário de Natal, Natal-RN, 28 de maio de 1999. Cidades, p. 3.

KLEIBER, Luciano. Alcanorte mais próxima da reativação. Diário de Natal, Natal-RN, 30 de maio de 1999. Cidades, p. 15.

KLEIBER, Luciano. Grupo americano dá ultimato. Diário de Natal, Natal-RN, 19 de agosto de 1999. Cidades, p. 6.

KLEIBER, Luciano. Pólo Gás-Sal está novamente ameaçado. Diário de Natal, Natal-RN, 06 de fevereiro de 2000. Economia, p. 15.

KLEIBER, Luciano. Eles quem? Diário de Natal, Natal-RN, 26 de setembro de 2002. Economia, p. 3.

KLEIBER, Luciano. Aposta no Pólo Gás-Sal. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 30 de setembro de 1998. Mercado.

- KLEIBER, Luciano. Natal é a cidade-estado da economia potiguar. Diário de Natal, Natal-RN, 04 de novembro de 2001. Economia, P. 13.
- KLEIBER, Luciano. Algodão volta a ser viável no Estado. Diário de Natal, Natal-RN, 15 de agosto de 2004. Economia, Capa.
- KLEIBER, Luciano; FELIPE, Emídia. Calote no ICMS é de R\$ 1.17 bilhão. O Poti, Natal-RN, 03 de julho de 2005. Economia, Capa.
- KLEIBER, Luciano. Renda baixa predomina no RN. O Poti, Natal-RN, 29 de maio de 2005. Economia, Capa.
- KNEI-PAZ, Baruch. Trotski: revolução permanente e revolução do atraso. In. História do Marxismo. V. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Org. Eric J. Hobsbawm. 1985.
- LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, 187 p.
- LESSA, Carlos. 15 ANOS DE POLÍTICA ECONÔMICA. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, 173p.
- LIMA, Heitor Ferreira. História Político-Econômica e Industrial do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 434 p.
- MACCIOCCI, Maria-Antonietta. A FAVOR DE GRAMSCI. Rio de Janeiro, 1976.
- MAFFEZZOLLI, Marcone. Alcanorte deve mudar de mãos ainda neste semestre. Jornal de Comunicação. Natal-RN, março de 2000. p. 6-7.
- MAGALHÃES Filho, Francisco de B. B. de. História Econômica. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.
- MAIA, Tarcísio. Memória viva de Tarcísio Maia. Natal EDUFRN, 1998. 53 p.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. São Pulo: Editora Polis-Vozes, 1984.
- MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 166 p.
- MARTINS, Luciano. Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1: O Processo de Produção de Capital, Vol.1. 1975.

MARCOLINO, Iranilton. Garibaldi faz balanço do Governo. Diário de Natal, Natal-RN, 16 de fevereiro de 2002. Política, p. 3.

MARTINS, Paula. Petrobrás investe US\$ 590 milhões até 2003 no projeto do Pólo-Gás Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 14 de março de 1999. Economia, p. 5.

MARANHÃO, Sílvio. Desenvolvimento Econômico e Poder Político: Algumas Reflexões sobre o Caso do Nordeste Brasileiro, 1930-1975. In. A Questão Nordeste. _____ (Org.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MATOS FILHO, João. Modernização e Pobreza da agricultura do Rio Grande do Norte. O Poti, Natal – RN, 21 de janeiro 1996.

MEDEIROS FILHO, José Bezerra de. O Rio Grande do Norte é UM GRANDE NEGÓCIO. Natal: Editor Gentil de Souza, 1996, 165 p.

MEDEIROS FILHO, João Bezerra de (Org.). Rio Grande do Norte – Crescimento econômico com desenvolvimento social. Natal: Fórum Empresarial do Rio Grande do Norte, 1997, 194 p.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, 182p.

MELO, Marcus André B. C. de. Elites Empresariais e Processo de Modernização: notas introdutórias. Revista Política Hoje, Recife, ano I, No 2, p. 81-101, jun/dez de 1994.

MESQUITA, Valério. O RN vive de perdas e danos. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 15 de setembro de 2005. Opinião, p. 2.

MINISTRO diz que RN poderá dobrar as exportações em 2001. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 04 de maio de 2001, p. 5.

MILLS, C. Wright. A Elite do Poder. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1975.

MONTEIRO, Denise Matos. Introdução à História do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFERN, 2000.

NATAL, capital da moda verão. As fábricas estão chegando. Tribuna do Norte, 26 de março de 1995, p. 5.

NEGOCIAÇÃO entre americanos e Frago Pires pode ativar a fábrica de barrilha. Jornal de Hoje. Natal-RN, 08 de abril de 1999, p. 2.

NEWTON, Carlos; GUEDES Cilene; NOGUEIRA, Aguinaldo. UMA APOSTA DE ALTO RISCO – Como Frago Pires quebrou o Banco Vega, comprou a Álcalis com créditos do BNDES, não pagou e tenta salvar empresas na Justiça. Revista Época. São Paulo, Ano III, No 120, 4 de setembro de 2000, p. 118-121.

- NORDESTE briga por projetos, mas não tem plano de desenvolvimento. *Tribuna do Norte*. Natal-RN, 23 de junho de 1996. *Análise*, p. 4.
- NOVA onda está na mão dos estrangeiros. *Folha de São Paulo*. São Paulo-SP, 24 de fevereiro de 2002. Dinheiro, p. B6.
- OBRAS serão retomadas em janeiro. *Diário de Natal*, Natal-RN, 09 de abril de 1999. *Cidades*, p. 4.
- O DISTRITO está completo. *RN Econômico*, Natal, n. 221, p. 16-17, maio, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a Razão Dualista – o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. *COLLOR: A Falsificação da Ira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, 162 p.
- OLIVEIRA, Vilma Queiroz Sampaio de (Org.). *Rio Grande do Norte – Construindo o futuro*. Natal: Fórum Empresarial do Rio Grande do Norte, 1998, 408, p.
- OLIVEIRA, Vilma Queiroz Sampaio de (Org.). *Rio Grande do Norte – Ética e desenvolvimento*. Natal: Pacto pelo Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, 2001, 560 p.
- OLIVEIRA, Elaine Vlândia. Estado cobrará pólo e fábrica de gasolina. *O Jornal de Hoje*. Natal-RN, 26 de setembro de 2005. *Economia*. p. 8.
- O MUNICÍPIO de Macau continua a ser o maior produtor nacional de sal marinho. *Jornal de Macau*. Macau-RN, setembro de 2005. P. 3.
- OS POSSÍVEIS remédios para uma região abandonada. *RN Econômico*, Natal, n. 142, p. 20-21, jun. 83.
- O POTENCIAL do RN ainda é maior que a arrecadação. *RN Econômico*, Natal, n. 159, p. 51-54, novembro, 1984.
- O SEGREDO da camisa barata. *O POTI*, Natal, 23 de março de 1997, p.23.
- PAULINO, Luís Antônio. *O novo mapa da indústria brasileira*. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 38, p. 41-47, jul.ago.set. 98.
- PARENTE, Josênio C. *A Fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernismo das elites Cearenses*. Fortaleza: UFCE – Edições/ Edições UVA, 2000.
- PEREIRA, José Cortez. “Erros” do meu governo III. *Diário de Natal*, Natal-RN, 29 de abril de 2000.
- PEREIRA, José Cortez. “Erros” do meu governo. *Diário de Natal*, Natal-RN, 15 de abril de 2000.

PEREIRA, José Cortez. Novo governo, nova reflexão - 3. RN Econômico, Natal, n. 139, p. 34, fev. 83.

PEREIRA, José Cortez. Barrilha: Luta com imaginação. Diário de Natal, Natal-RN, 21 de agosto de 1999.

PEREIRA, José Cortez. O Funpersal é Discriminatório e Foi Feito para Salvar as Empresas Locais. Revista RN ECONÔMICO, Ano VI, N o 59, dezembro de 1974. p. 15-20

PEREIRA, José Cortez. Entrevista concedida ao programa Memória Viva –TVU, 1987, e Publicado em Memória Viva. Natal: NOSSA Editora, 1987, p. 219-287.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. Brasil de Cardoso a desapropriação do país. Petrópolis: Editora Voz. 2001.

PETROBRAS, FIERN e SENAI. Centro de Tecnologia do Gás – CT-GÁS, 1996.

PETROBRAS quer negociar sobre usina. Tribuna do Norte. Natal-RN, 24 de agosto de 1999. p. 10.

PETROBRAS: NETO Freire. Alternativa para o desenvolvimento. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 31 de outubro de 2003. Economia. p 77. NEGOCIAÇÃO

PETROBRAS desmente saída do projeto Pólo Gás. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 24 de março de 2000.

PINHEIRO, Joaquim: Múcio prega a união da classe política em favor do Estado. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 27 de março de 2000. Política. . 3.

PIONEIRISMO da CSN [Companhia Comércio e Navegação] na Indústria Salineira do Nordeste. Rio de Janeiro: Revista Estaleiros e Salinas, Ano 1 no 2, Janeiro de 1962.

POLÍTICOS e empresários sepultaram a Alcanorte. Jornal de Macau. Macau-RN, março de 2005. p. 6.

PÓLO Gás-Sal: Garibaldi vai cobrar uma posição de FHC. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 24 de março de 2000. Política. p. 3.

PÓLO industrial de Guamaré opera há 22 anos. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 05 de julho de 2005. Economia

PORTO, Marcelo. A MINERAÇÃO PODE TRANSFORMAR A REGIÃO – mas não a esse preço. Entrevista concedida a Revista Minérios – extração e processamento. São Paulo: Publicação da EMEP Editorial Ltda, Ano 10, no 109, fevereiro de 1986, p. 32-38.

PORTO, Mario Moacyr. NORDESTE NÃO QUER MAIS SUBSIDIAR O SUL. Entrevista concedida a Mário Chimanovitch. In. Revista Minérios – extração e processamento. São Paulo: Publicação da EMEP Editorial Ltda, ano 10, fevereiro de 1986, no 109. p 26-29.

PORTO, Mário Moacyr. Entrevista concedida ao Programa Memória Viva da TV Universitária em Natal, 11.02 1983. Publicada em MEMÓRIA VIAVA. Natal: NOSSA Editora, 1987, p 308-347.

PORTO de Natal embarca 500 toneladas de bananas para a Inglaterra e Holanda. O Jornal de Hoje, 12 de Junho de 2000.

PRESIDÊNCIA da República. Lei nº. 4.869, de 1 de dezembro de 1985. Net, + Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 17 de agosto de 2004.

PRESIDÊNCIA da República. Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 17 de agosto de 2004.

PRESIDÊNCIA da República. Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2004.

PRESIDÊNCIA da República. Lei 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2004.

PRESIDÊNCIA da República. Programa Brasil em Ação – 2 anos. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2004.

PRINCIPAIS produtos de exportação do RN ganham maior espaço na pauta nacional. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 03 de maio de 2001.

PRODUTO forte no passado. RN-ECONÔMICO, Ano XXI, No 224, junho de 1991.

PRODUÇÃO de frutas pode ser paralisada. Diário de Natal, Natal-RN, 26 de setembro de 2002. Economia, p. 3.

PROGÁS beneficia quatro empresas. Tribuna do Norte. Natal-RN, 06 de fevereiro de 2002.

PROMOTOR ouve acusações de Bira contra o Governo. Diário de Natal, Natal-RN, 24 de junho de 2003, p. 3.

PRONTO para vencer. Empresas e Empresários, Natal, p. 04-07, set. 97. Quem? RN

QUEIROZ, Antônio Florêncio de. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Documento. Rio de Janeiro - RJ, 28 de junho de 1977. 14 p.

QUEIROZ, Antônio Florêncio de. Necessidade de implantação de uma fábrica de barrilha no Rio Grande do Norte. Discurso proferido na Câmara dos Deputados. Brasília-DF, Senado Federal. 1975. 34 p.

QUEIROZ, Antônio Florêncio de. Exposição do Deputado Federal Antonio Florêncio sobre a crise da Indústria salinera. Centro de Estudos e Debate da Assembléia Legislativa do RN, 20 de setembro de 1984. 40 P.

QUEIROZ, Antônio Florêncio de. SAL: transporte, aplicação. Conferência proferida na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, 1974. 39 p.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos. (Org.) *No Fio da Navalha*: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã Editora, 1977.

REFINARIA agora só depende de FHC. Jornal do Comércio. Recife-PE, 31 de agosto de 1995. Economia.

RETIRADA de investimentos de Macau compromete a economia e o crescimento do município. Jornal de Macau. Macau-RN, setembro de 2005. p. 5.

RECURSO natural contribui para o desenvolvimento. Tribuna do Norte. Natal-RN, 06 de abril de 1997. Especial, P. 19.

REDE ferroviária faz convênio com Alcanorte. Tribuna do Norte. Natal-RN, 06 de setembro de 1995. Política.

RESSUREIÇÃO, Carlos Eduardo Silva da. Petrobrás cumpre investimentos no RN. Natal, 2003. Expositor, CCHLA, UFRN, p. 141-143.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem à Assembléia Legislativa, de No155/GE de 15 de fevereiro de 1991. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, Pelo Governador Geraldo Melo em 15 de fevereiro de 1991.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 781/GE, de 01 de março de 1983. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Lavoisier Maia, em 01 de março de 1983.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 028/GE, de 01 de março de 1984. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 01 de março de 1984.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 067/85, de 01 de março de 1985. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 01 de março de 1985.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 005/86, de 01 de março de 1986. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 01 de março de 1986.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 155/GE, de 15 de fevereiro de 1991. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 15 de fevereiro de 1991.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 033/GE, de 17 de fevereiro de

1992. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 17 de fevereiro de 1992.

.RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 077/GE, de 15 de fevereiro de 1993. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 15 de fevereiro de 1993.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 132/GE, de 17 de fevereiro de 1994. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador José Agripino, em 17 de fevereiro de 1994.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 0001/95, de 16 de janeiro de 1995. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Vivaldo Costa, em 16 de janeiro de 1995a.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 002/GE, de 15 de fevereiro de 1995. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 15 de fevereiro de 1995b.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 002/GE, de fevereiro de 1996. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em fevereiro de 1996.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 115/97-GE, de 17 de fevereiro de 1997. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 17 de fevereiro de 1997.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 164/98-GE, de 16 de fevereiro de 1998. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 16 de fevereiro de 1998.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 011/99-GE, de 12 de fevereiro de 1999. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 12 de fevereiro de 1999.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 048/2000-GE, de 15 de fevereiro de 2000. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 15 de fevereiro de 2000.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 109/200-GE, de 15 de fevereiro de 2001. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Garibaldi Alves, em 15 de fevereiro de 2001.

RIO GRANDE DO NORTE, Mensagem à Assembléia Legislativa, nº 001/03-GAC, de 17 de fevereiro de 2003. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, pela Governadora Wilma Maria de Faria, em 17 de fevereiro de 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Pólo Gás-Sal. Net, Natal-RN. Disponível em: <<http://www.pologassal.rn.gov.br/>>. Acesso em: 07 de julho de 2004.

RIO GRANDE DO NORTE, grandes oportunidades, grandes negócios. Governo do Estado do RN, Natal, 2005.

ROCHA, Abelírio (Bira). Só Pólo Químico compensaria o RN. O Poti, Natal-RN, 31 de julho de 2005. Entrevista concedida ao jornalista Luciano Kleiber.

ROCHA, Abelírio Vasconcelos da. Camaçari Mudou a Bahia, Pólo Gás-Sal Mudará o RN. In: OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio de. (Org.). O Rio Grande do Norte: construindo o futuro. Natal: Editoração Eletrônica, 1998.

ROCHA, Abelírio Vasconcelos da. Entrevista sobre a modernização econômica do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Geraldo de Margela Fernandes. Natal, 2006. Fita cassete sonora (120 min.).

ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SÁ, José Nilson de. A Estrada que Percorri. Natal: Impressão Gráfica Editora Ltda, 2003.

SÁ, Marcos Aurélio de. A história Econômica do RN nos anos 70. RN Econômico, Natal, n. 108, p. 09-26, dezembro de 1979 e janeiro de 1980.

SÁ, Marcos A. de. Agronegócio no RN pode exportar um bilhão de dólares. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 21 de outubro de 2002. Hoje na Economia p. 6.

SÁ, Marcos Aurélio de. Fazenda dos Montenegro dará lugar a um Assentamento rural Capitalista. O Jornal de Hoje, Natal – RN, 17 de maio de 2004, Economia.

SÁ, Marcos A. de. De volta ao extrativismo. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 08 de junho de 2000. Hoje na Economia. p. 4.

SÁ, Marcos A. de. Pólo Gás sem Bira. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 24 de agosto de 1999. Hoje na Economia. p. 4.

SÁ, Marcos A. de. Mega-solução para a fruticultura. O Jornal de Hoje: Natal-RN, 24 de março de 2000, 4.

SÁ, Marcos A. de. Incentivos fiscais sem bandidagem. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 31 de julho de 2000. Hoje na Economia. P. 4.

SÁ, Marcos A. de. Por uma nova política de incentivos. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 05 de abril de 1999. Hoje na Economia. P. 4.

SÁ, Marcos A. de. Quanto mais forte o governo, mais fragilizada a sociedade. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 16 de setembro de 2004. Hoje na Economia. Economia.

- SÁ, Marcos A. de. Um deserto de idéias e de ações. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 16 de julho de 2004. Hoje na Economia. Economia.
- SÁ, Marcos A. de. Interesses políticos levam ao afastamento de Bira da FIERN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 23 de maio de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Bira sugere CPI para apurar interferência do governo na FIERN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 11 de junho de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. A livre iniciativa perdeu uma voz que a defendia. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 30 de outubro de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Está próxima a democratização do capitalismo no Rio Grande do Norte. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 31 de outubro de 2003. Hoje na Economia. Economia.
- SÁ, Marcos A. de. Choque de capitalismo fará o país superar crise econômica. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 04 de junho de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Oportunidade que a globalização nos dá. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 14 de outubro de 2002. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Tragédia continua: a elite no poder só pensa em se arrumar. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 21 e 22 de dezembro de 2002. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Petróleo, gás natural e refinaria merecem ser temas prioritários no RN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 08 de janeiro de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Os fracassos do Estado em suas intervenções econômicas. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 07 de janeiro de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Pane no Porto-Ilha poderá liquidar indústria salineira. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 14 e 15 de junho de 2003. Hoje na Economia. p. 6.
- SÁ, Marcos A. de. A carta aberta de Bira Rocha a Fernando Freire. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 27 de maio de 2002. Hoje na Economia. P. 4.
- SÁ, Marcos A. de. Sem porto eficiente, economia do RN poderá ficar à deriva. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 24 de outubro de 2002. Hoje na Economia. P. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Quando o governo prefere ter os empresários como vassalos. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 27 de maio de 2003. Hoje na Economia. P. 6.
- SÁ, Marcos A. de. Se não mostrar competência, o RN, que perdeu a refinaria também perderá a indústria de PVC. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 27 de setembro de 2005. Hoje na Economia.
- SÁ, Marcos A. de. Sem infra-estrutura e logística o RN perderá o bonde do desenvolvimento. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 01 de agosto de 2005. Hoje na Economia. Economia.

SÁ, Marcos A. de. Sem que o RN faça uso da energia gerada, Termoaçu será apenas um cavalo-de-Tróia. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 13 e 14 de agosto de 2005. Hoje na Economia. Economia.

SÁ, Marcos A. de. Governo Federal lança o “Inova Nordeste” e o Rio Grande do Norte parece não saber. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 14 de julho de 2005. Hoje na Economia. Economia.

SÁ, Marcos A. de. Bancos oficiais estão a serviço da corrupção da classe política. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 09 e 10 de julho de 2005. Hoje na Economia. Economia.

SÁ, Marcos A. de. Proposta de José Agripino para o RN não perder o bonde das oportunidades. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 06 e 07 de agosto de 2005. Hoje na Economia. Economia.

SÁ, Marcos Aurélio de. Programa do Leite e Empregos. Hoje na Economia, p. 4. O Jornal de Hoje, Natal – RN, 31 de março de 2002.

SÁ, Marcos Aurélio de. CARVALHO, Sebastião. FUNPENSAL a lei que transformou em inimigos os dois governadores. RN Econômico, Natal, n. 59, p. 11-23, dez. 74.

SÁ, Sylvia de. Garibaldi e a economia do RN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 18 de setembro de 2001. Hoje na Economia. P. 4.

SANTANA, José Ricardo de. A Combinação Indústria – Estado na trajetória de Crescimento do Nordeste: 1950 – 1985. In. Economia Regional e Outros Ensaios. SILVA, Nilton Pedro da; ANSEN, Dean Lee (orgs). Aracaju: editora UFS, 2001. P. 237- 258.

SANTANA, Lindaura Maria. Produção, Emprego e Receita Tributária – O efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do AÇU/ RN. 1997

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Processo de Globalização. _____, A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SANTOS, Paulo Pereira dos. O RN na história do desenvolvimento brasileiro. Natal: Departamentos Estaduais de Imprensa, 2005, 167 p.

SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (Do Século XVI ao Século XX). Natal: Editora Carlos Lima, 1994, 300 p.

SAYAD, João. (Org.) Resenhas de Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1979. 291 p.

SECRETÁRIO da Caies visita Maisa e Pólo Gás-Sal. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 05 de julho de 2001. P. 13.

SEMENTE Precoce pode Salvar o Algodão. RN - Econômico, Natal, n 224, p. 25-27, jun. 1991.

SEM-convite. Diário de Natal, Natal-RN, 31 de agosto de 2000. p. 2.

SENADO Federal. Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2004.

SENADO Federal. Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Net, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2004.

SETOR têxtil se expande em vários estados. Gazeta Mercantil, 17 de dezembro de 1996. p. 28.

SETOR têxtil vive a sua pior crise. O POTI, 24 DE DEZEMBRO DE 1995, p. 25.

SETOR têxtil potiguar terá condomínio de empresas na região do Trairi. Diário de Natal, 20 novembro de 1996.

SILVA, Roberto Gama e. São Mesmo Nossos os Minerais Não-Energéticos? Rio de Janeiro: PHILOBIBLION Livros de Artes Ltda, 1985. 164 p.

SILVA, Roberto Gama e. Os Minérios são nossos! Revista de Humanidades, Brasília, junho/julho, 1987, No 13, p. 44-48.

SILVA, Maria Núbia Félix da. Programa do Leite do Rio Grande do Norte. Alternativa de Desenvolvimento Local. Natal, 2002, 70 p. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Social - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN.

SILVA, Rosemilton. Ctgás coloca Rio Grande do Norte na rota da tecnologia nacional. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 23 e 24 de março de 2002. P. 4.

SILVEIRA, Ricardo. Alcanorte tem mais um grupo interessado. Diário de Natal, Natal-RN, 17 de setembro de 2003. Economia, p. 3.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SUAREZ, Marcus Alban. Petroquímica e tecnoburocracia – capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986, 242 p.

SOUZA, Itamar de. **A LUTA DA IGREJA CONTRA OS CORONÉIS**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. 97 p.

SOUZA, Eloy de. O Calvário da Seca. Natal: Fundação José Augusto, 1983.

SOUZA, João Gonçalves de. O NORDESTE BRASILEIRO: uma experiência de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1979.

SOLVAY terá estudo para viabilizar fábrica de PVC no estado. Tribuna do Norte. Natal-RN, 02 de agosto de 2000. Economia, P. 13.

SOUTO, Edith Fernandes e FERNANDES, Carlos Henrique Cavalcante. A Importância da Indústria Salineira do Rio Grande do Norte para a Economia Brasileira. Mossoró: Coleção Mossoroense, SÉRIE “A”, volume 104, outubro de 2005, 109 P.

SUDENE financia empresas que vierem para o Pólo Gás-Sal. Tribuna do Norte. Natal-RN, 06 de abril de 1997. Investimentos, P. 7.

SUDENE financia Alcanorte. Diário de Natal, Natal-RN, 02 de setembro de 1999.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização Brasileira – Origem e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986. 403 p.

TAKEYA, Denise Monteiro; LIMA, Hermano Machado Ferreira. História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930. Natal: Editora Universitária, 1987, 129 p.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. Desajuste Global – e modernização Conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TEIXEIRA, Wani Fernandes Pereira. Os Agricultores Vão à Fábrica. Natal: Editora Universitária, 1981. 50 p.

TERMOAÇU vai conter problemas como a queda de tensão. Tribuna do Norte. Natal-RN, 12 de dezembro de 2001.

TERCEIRIZAÇÃO garante ampliação de negócios para o setor têxtil do RN. Gazeta Mercantil – NORDESTE, 21 de dezembro de 1996, p. 28.

TERMOAÇU deverá aumentar produção de Petróleo no RN. Diário de Natal, Natal-RN, 12 de dezembro de 2001.

TERMELÉTRICO é resultado de esforço do governo do RN. O Jornal de Hoje. Natal-RN, 04 de julho de 2001. Geral.

TEXITA anuncia aumento de produção este ano. Tribuna do Norte, 29 de maio de 1996, p. 5.

THIÉBLOT, Marcel Jules. Os homens do sal do Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, 139 p.

TINOCO, Dinah dos Santos. Trajetória do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte: 1961-2004. In: _____ ; BORGES, Djalma Freire; ARAÚJO, Maria Arlete Soares de; ALLOUFA, Jomária Mata de Lima (Org.). Política e Gestão Pública - – recortes da realidade do Rio Grande do Norte. Natal: Editora da UFRN, 2005. p. 9-31.

TORRES, João Carlos Brum. Marxismo e Teoria da Revolução Burguesa. Revista OITENTA, Rio Grande do Sul, volume 2. p. 187-226, verão de 1980.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. AUÍZIO ALVES: Populismo e Modernização no Rio Grande do

Norte. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2004. 295 p.

TROTSKI, Leon. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Vol. I.

TROTSKI, Leon. A Revolução Permanente. São Paulo: Editora Kairós Ltda. 1985.

TUDO Dentro da Lei: Pareceres da Procuradoria-geral da República inocentam Senador do PTB
Fernando Bezerra. Revista Veja, edição 1840, ano 37, No 6, p. 50, fev. 2004.

UMA POLÍTICA de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. In: VERSIANI, F. R e
BARROS, J. R. M. de. (Orgs) Formação Econômica do Brasil: a experiência de industrialização. São
Paulo: Editora Saraiva, 1978. 409 p.

UMA APOSTA de alto risco. Revista Época, São Paulo, n. 120, p. 118-121, set. 00.

UMA MÁQUINA em reparo. RN Econômico, Natal, n. 224, p. 12-17, jun. 91.

UM CRESCIMENTO acanhado. RN Econômico, Natal, n. 232, p. 08-18, jun./jul. 90.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck A revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil. Rio de Janeiro:
Revan, 2004.

WEBLEN, Tornstein. A Alemanha Imperial e a Revolução Industrial. São Paulo: Abril Cultural,
1980. Coleção: Os Pensadores.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: Difel, 1976.

VARELA, Cassius. RN cresce mais que o Nordeste. Tribuna do Norte. Natal-RN, 14 de dezembro de
2001. Economia, p. 5.

VICUNHA projeta ampliação de unidade industrial. Tribuna do Norte, 09 de março de 1997, p. .

WENTEX já produz camisa por R\$. 0,75. Tribuna do Norte, 17 de julho de 1996, p. 5.

WOLF, Martin. Um investimento melhor. Valor Econômico. São Paulo-SP, 14 de março de 2002. P.
A-17.

VASCONCELOS, José Mauro de. Barro Blanco. São Paulo: Edições Melhoramento, 1997.

VINGT-UM, Rosado. A Refinaria de Petróleo de Mossoró, um pleito de 31 anos. Mossoró: Coleção
Mossoroense, Série B – No 441,1986.

faz parte da história econômica do município de Macau desde a década de 50. Jornal de Macau. Macau-RN, setembro de 2005. p. 8.